

KELLY MATOSINHOS CARDOSO

**A BIOPOLÍTICA E O PARADOXO DA
OBJECTIVIDADE JORNALÍSTICA – UM ESTUDO
DE CASO SOBRE OS CONFLITOS
ISRAEL-PALESTINA.**

Orientador: António Fernando Cascais

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Comunicação, Arquitetura, Arte e Tecnologia da Informação**

**Lisboa
2012**

KELLY MATOSINHOS CARDOSO

**A BIOPOLÍTICA E O PARADOXO DA
OBJECTIVIDADE JORNALÍSTICA – UM ESTUDO
DE CASO SOBRE OS CONFLITOS
ISRAEL-PALESTINA.**

Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em Jornalismo, Política e História Contemporânea, no Curso de Mestrado em Jornalismo, Política e História Contemporânea, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientador: Professor Doutor António Fernando Cascais

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Comunicação, Arquitetura, Arte e Tecnologia da Informação

Lisboa
2012

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado ao meu irmão, Saulo José M. Cardoso.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Doutor António Fernando Cascais, por todo o acolhimento ao longo do desenvolvimento desta dissertação.

À minha amiga, irmã de coração e grande companheira de trabalho Simone Amorim, por todo o apoio oferecido desde que iniciei esta jornada.

Ao meu querido José Paulo Nunes Pardim, pela parceria incondicional e pelo grande incentivo, em todos os momentos.

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	3
Este trabalho é dedicado ao meu irmão, Saulo José M. Cardoso.	3
AGRADECIMENTOS.....	4
ÍNDICE.....	5
ÍNDICE DE FIGURAS	7
Resumo.....	9
<i>Abstract</i>	10
INTRODUÇÃO	11
Hipótese	15
Objectivo	19
Metodologia	22
CAPÍTULO I	26
1. A retórica da objectividade jornalística e o paradigma biopolítico	26
1.1 O ideal iluminista da comunicação como meio de emancipação	27
1.2 As origens do jornalismo contemporâneo	29
1.3 A biopolítica e a razão governamental moderna	34
CAPÍTULO II	39
2. A Inquietação diante do discurso proferido pelos <i>media</i>	39
2.1 Uma grelha analítica para ler as notícias sobre Israel-Palestina	40
CAPÍTULO III	43
3. O noticiário israelo-palestino em Portugal em de Junho de 2010.....	43
Tabela 1: lista do material impresso analisado ^(1,2)	45
3.1 Uma leitura crítica do primeiro dia das notícias sobre a Flotilha da Liberdade.....	46
3.2As notícias do dia 01 frente à grelha analítica: o que dizem efectivamente	62
3.3Os padrões na primeira semana de cobertura dos acontecimentos	65
3.5A segunda semana da cobertura dos acontecimentos	82
CAPÍTULO IV	88
4. Da introjecção do paradigma biopolítico à aceitação da tanatopolítica	88
4.1 A verdade objectiva dos textos jornalísticos.....	92
4.1 O desafio de Foucault.....	94
CONCLUSÃO	97

BIBLIOGRAFIA.....	100
SUPORTES ELETRÓNICOS	103

ÍNDICE DE FIGURAS

DEDICATÓRIA	3
Este trabalho é dedicado ao meu irmão, Saulo José M. Cardoso.	3
AGRADECIMENTOS.....	4
ÍNDICE.....	5
ÍNDICE DE FIGURAS	7
Resumo.....	9
<i>Abstract</i>	10
INTRODUÇÃO	11
Hipótese	15
Objectivo	19
Metodologia	22
CAPÍTULO I	26
1. A retórica da objectividade jornalística e o paradigma biopolítico	26
1.1 O ideal iluminista da comunicação como meio de emancipação	27
1.2 As origens do jornalismo contemporâneo	29
1.3 A biopolítica e a razão governamental moderna	34
CAPÍTULO II	39
2. A Inquietação diante do discurso proferido pelos <i>media</i>	39
2.1 Uma grelha analítica para ler as notícias sobre Israel-Palestina	40
CAPÍTULO III	43
3. O noticiário israelo-palestino em Portugal em de Junho de 2010.....	43
Tabela 1: lista do material impresso analisado ^(1,2)	45
3.1 Uma leitura crítica do primeiro dia das notícias sobre a Flotilha da Liberdade.....	46
3.2As notícias do dia 01 frente à grelha analítica: o que dizem efectivamente	62
3.3Os padrões na primeira semana de cobertura dos acontecimentos	65
3.5A segunda semana da cobertura dos acontecimentos	82
CAPÍTULO IV	88
4. Da introjecção do paradigma biopolítico à aceitação da tanatopolítica	88
4.1 A verdade objectiva dos textos jornalísticos.....	92
4.1 O desafio de Foucault.....	94
CONCLUSÃO	97

BIBLIOGRAFIA.....	100
SUPORTES ELETRÓNICOS	103

Resumo

O propósito desta investigação é identificar e analisar, a partir de um estudo de caso, o paradoxo com que se confrontam os *media* de referência ocidentais na cobertura dos conflitos Israel-Palestina: um trabalho jornalístico dividido entre a retórica da objectividade e a necessidade de conviver, de se apoiar e, via de regra, reproduzir o paradigma da biopolítica - à luz do qual se justifica a necessidade de controlo e subjugação dos corpos, por questões de segurança e de prevenção do terrorismo. A partir do entendimento clássico de que a objectividade - mesmo sendo uma utopia - é factor desejável e figura como componente basilar no ritual estratégico da produção jornalística, busca-se aqui remontar as origens dessa conceituação, mostrando que ela emerge numa altura da história imediatamente posterior àquela em que Michel Foucault localiza o nascimento do sistema biopolítico. Uma análise foucaultiana de discurso permitiu identificar pontos de cristalização desse paradigma em um grupo de notícias extraídas de dois jornais de referência portugueses. As teorias de Hannah Arendt e de Giorgio Agamben sobre a condição humana na Modernidade surgem, então, como chaves alinhadas ao pensamento de Foucault e subsidiam as reflexões conclusivas acerca dos quadros discursivos identificados neste trabalho.

Palavras-chave: jornalismo, biopolítica, Israel-Palestina.

Abstract

The purpose of this research is to identify and analyze, from a case study, the paradox faced by the Western mainstream media coverage of Israel-Palestine conflict: a journalistic work divided between the rhetoric of objectivity and the need to live, to support and, as a rule, play the paradigm of biopolitics - the light which justifies the need for control and subjugation of bodies, because of security and terrorism prevention. From the classic understanding that objectivity - even being a utopia - factor is desirable figure and as a component in basilar ritual strategic production journalistic, we seek to trace the origins of this concept by showing that it emerges at a time immediately after the story one in which Michel Foucault locates the birth of biopolitical system. A Foucauldian discourse analysis allowed us to identify points of crystallization of this paradigm in a newsgroup drawn from two leading newspapers Portuguese. The theories of Hannah Arendt and Giorgio Agamben on the human condition in modernity arise then as keys aligned to the thought of Foucault and subsidize conclusive reflections about the discursive frames identified in this work.

Keywords: journalism, biopolitics, Israel-Palestine.

INTRODUÇÃO

Como o paradigma biopolítico é equacionado, na actualidade, com o ritual estratégico da objectividade jornalística pelos *media* de referência do Ocidente nas coberturas dos conflitos israelo-palestinianos? Eis a questão central desta investigação.

Para chegar a respostas a esse respeito, o que se propõe neste trabalho é uma análise da sequência noticiosa sobre a acção perpetrada por Israel, em águas internacionais, ao abordar uma flotilha de ajuda humanitária que se dirigia à Faixa de Gaza, em Junho de 2010. O acontecimento ganhou destaque nos *media* de referência em várias partes do mundo e permaneceu nos noticiários por, pelo menos, uma quinzena. A cobertura foi seguida também por veículos portugueses, a exemplo dos impressos *Público* e *Diário de Notícias*, cujos textos serão analisados nesta dissertação.

A hipótese trabalhada é a de que o paradigma biopolítico influencia e permeia a construção textual veiculada pelos *media* de referência, cristalizando determinados conjuntos ideológicos que, em última instância, contribuem para um discurso que justifica o controlo e a subjugação dos corpos. Isso, mesmo em uma cobertura jornalística que deliberadamente possa primar por uma abordagem crítica e objectiva dos factos ou que, simplesmente, reflecta na *suapraxis* o ritual arraigado da objectividade - conforme os modelos e padrões que vigoram nos *media* ocidentais.

Em síntese: o que se pretende observar é como que o próprio rito estratégico, que condiciona determinados aspectos formais dos textos, acaba por contribuir para a escamoteação de um paradigma no qual a vida humana é gerida de uma maneira táctica e utilitária. Formular esta questão é algo que se torna possível – e necessário – a partir do cruzamento entre o conceito de “ritual estratégico da objectividade jornalística” desenvolvido pela socióloga norte-americana Gaye Tuchman (1999; pp. 74-90) e a teoria biopolítica traçada por Michel Foucault (1994a, 1994b, 1994c, 2006, 2008, 2009).

Desta forma, a expectativa é de que esta análise sirva, em primeiro lugar, para observar e identificar certos padrões discursivos e ideológicos que permeiam os textos jornalísticos em relação à questão israelo-palestina, revelando forte presença do paradigma biopolítico e evidenciando o paradoxo da objectividade.

A partir daí, o que se pretende é aventar algumas equivalências entre uma razão utilitarista - que demarca a Modernidade - e toda uma concepção que gira em torno do direito social à informação e universalidade (Karam, 1997), gerando uma relação dialéctica entre

ambos. Pois, um terceiro propósito é de que todos esses dados possam, de alguma forma, contribuir para reflexões mais alargadas sobre determinados desafios postos aos *media* na contemporaneidade. Finalmente, o que se pretende é poder vislumbrar vias alternativas para a *práxis* jornalística - dentro do que se pode chamar de um exercício com vistas numa libertação dos condicionamentos para as construções discursivas empreendidas pelas coberturas noticiosas, sem a pretensão de oferecer quaisquer fórmulas definitivas a esse respeito.

Por outras palavras, o que se propõe neste trabalho - a partir de um estudo de caso e das principais constatações alcançadas por meio de uma leitura crítica do conjunto noticioso seleccionado - é verificar até que ponto medidas de controlo e subjugação dos corpos são aceites e reproduzidas no âmbito dos *media* como parte de um alegado programa de segurança e de prevenção contra o terrorismo. Tal verificação enseja um exercício teórico que permite entender como, a partir de um paradigma biopolítico - muitas vezes apoiado em um discurso que transforma “a política em continuação da guerra” (Foucault, 2006; p.285) -, é possível que se tolere, em pleno Século XXI, toda uma máquina burocrático-militar que inflige penas antecipadas a toda uma população - esteja ou não ela envolvida em actividades terroristas.

Questionar isso é pensar, em última instância, se de facto querem os *media* contrariar esta «lógica» que coloca a vida humana num patamar utilitário. Depois, resta o desafio de saber se há caminhos possíveis para fugir das armadilhas desses discursos.

Chamada pelos *media* de ataque, raide ou, por vezes, de incidente, a acção israelita sobre a Flotilha da Liberdade, na madrugada de 31 de maio de 2010, resultou na tomada violenta do navio de pavilhão turco, *Mavi Marmara*, causando a morte de nove activistas a bordo. Na mesma operação, outras seis embarcações também foram apresadas, embora não com o mesmo nível de violência. A razão por detrás da operação está no embargo à Faixa de Gaza, promovido por Israel desde o ano de 2007. O objectivo declarado da flotilha - formada por navios turcos, mas organizada por várias organizações internacionais - era o de levar dez mil toneladas de bens de consumo, principalmente alimentos, à população da área sitiada. A bordo das embarcações estavam 671 activistas, no total.

A flotilha declarava-se pacífica. Conforme os *media*, a partida das embarcações e o intento de atracar na cidade de Gaza foram comunicados previamente ao Estado israelita e este, por sua vez, avisara aos activistas que não concederia autorização para a entrada na zona do embargo, uma área controlada militarmente, como se sabe. A abordagem dos barcos, entretanto, terá ocorrido ainda em águas internacionais, num episódio sangrento e mortal.

Portanto, o que havia a se noticiar, em primeiro lugar, era: um ataque militar letal a um contingente civil, numa zona internacional; a partir daí, era identificar e acompanhar

todos os incidentes militares e diplomáticos decorrentes do facto. Porém, os acontecimentos da madrugada do dia 31 de maio necessitavam também de serem contextualizados. Há um pano de fundo, uma razão que motiva os dois lados envolvidos: o embargo à Faixa de Gaza.

Explicar tudo isso - e de que forma fazê-lo – é, do ponto de vista jornalístico, apresentar as chaves de compreensão com as quais os leitores poderão formar juízos acerca dos factos ocorridos a bordo do *Mavi Marmara*. Por detrás das mortes ocorridas naquela madrugada há um drama humano de proporções gigantescas: o isolamento compulsório de aproximadamente um milhão e quinhentas mil pessoas (1,5 milhão de palestinianos).

A Organização das Nações Unidas (ONU) considerou o bloqueio à Faixa de Gaza como um “castigo colectivo, que viola os direitos internacionais”, conforme informara o *Público*, em meio a um de seus textos, a 1 de Junho de 2010 (p. 4). No mesmo dia, numa infografia, o *Diário de Notícias* (p.25) informava que o desemprego naquela área seria da ordem de 45% e que “mais de um milhão dos seus habitantes são refugiados, 320 mil dos quais vivem abaixo do limiar da pobreza”. O quadro crítico daquela população, àquela altura, já era, portanto, de conhecimento dos *media*.

As implicações humanas e sociais do embargo, desde 2007, também têm sido sistematicamente expostas por organismos internacionais, a exemplo de agências da própria ONU e da Organização Mundial de Saúde (OMS). Entidades reconhecidas pelo engajamento na luta pelos direitos humanos, como a Amnistia Internacional, também o fazem.

Desde 2008, a United Nations and Works Agency for Palestines Refugees in The Near East (UNRWA), organismo ligado à ONU, vem divulgando apelos de emergência e reportando a situação na Faixa de Gaza. Num dos seus relatórios, em 2010, citado pelo *site* da Amnistia Internacional, em Junho daquele ano, a informação era de que o número de refugiados em condição de extrema pobreza na Faixa de Gaza havia triplicado desde o início do bloqueio. As famílias, segundo a agência, estariam carenciadas de géneros de primeira necessidade, faltando até mesmo água potável e sabão, sendo que mais de 60% delas tinham dificuldade de acesso a bens alimentares.

A Amnistia Internacional, por sua vez, informava em seu *site*, a meio de 2010, que “o desemprego massivo, a pobreza extrema e o preço dos bens alimentares a crescerem em flecha devido à escassez” haviam deixado, desde 2007, “quatro em cada cinco habitantes da região dependentes de ajuda humanitária”. A mesma entidade dizia na altura que o bloqueio israelita a Gaza confinara mais de 1,4 milhão de homens, mulheres e crianças palestinianos “numa área com apenas 40 quilómetros de comprimento e 9,5 quilómetros de largura”, correspondente ao total do território da Faixa de Gaza. “Os cinco acessos entre Gaza

e Israel ou com a Cisjordânia têm sido mantidos fechados”, diz um trecho do documento, ressaltando ainda que “a última passagem possível, em Rafah, na fronteira entre Gaza e o Egito” encontrava-se fechada naquele momento.

A organização não-governamental também denunciara, pela Internet, que o embargo havia proibido “a maior parte da saída e da entrada de bens básicos”, incluindo alimentos e combustíveis e que “a maior parte dos bens alimentares disponíveis” seriam providos pelas Nações Unidas ou por outras agências de auxílio humanitário.

Outra forma de fazer chegar bens de consumo aos habitantes, conforme os relatórios, seria por meio do tráfico “através de túneis subterrâneos que passam por baixo da fronteira entre o Egito e Gaza, para serem vendidos a preços exorbitantes aos moradores sitiados de Gaza”. Para além disso, havia já em 2010 queixas quanto ao acesso a tratamento de saúde para os palestinianos.

Segundo a Amnistia, os doentes residentes na zona do embargo necessitavam apresentar pedidos de licenças que lhes permitam deixar o território para receber tratamento em hospitais estrangeiros ou em hospitais palestinianos na Cisjordânia. Porém, “as autoridades israelitas frequentemente recusavam ou adiavam tais licenças” e até mesmo camiões de equipamento médico da OMS eram repetidamente obrigados a retrocederem pelos oficiais de fronteira israelitas.

Todos os números apontam para uma situação de alto índice de pobreza e risco social, portanto. Incidentes de violência relacionados directamente a esse estado de coisas e também aos conflitos históricos que se perpetuam na região misturam-se numa situação cada vez mais baralhada. Será sobre esse pano de fundo geral que irão se desenrolar os acontecimentos noticiados na primeira quinzena de Junho de 2010 e é justamente de alguns dos discursos que gravitam em torno disto tudo que este estudo irá se ocupar.

Mais do que uma luta territorial, os conflitos entre Israel e Palestina guardam uma dimensão simbólica de extrema significância para as relações entre Ocidente e Oriente. Nesse sentido, perguntarmo-nos sobre como lemos essas informações nos nossos jornais, principalmente nos momentos de franco enfrentamento entre as partes, poderá nos dar uma pista sobre os valores que alimentamos e que sustentamos. Poderá ser algo que nos ajude a dissipar certa névoa na frente do espelho com o qual nos espreitamos a nós mesmos.

Hipótese

Desde que foi criado oficialmente, entre 1947 e 1948, o Estado de Israel é uma rubrica importante e praticamente obrigatória nas secções de notícias internacionais dos *media* de referência, nos países ocidentais. Muito pode ser dito e esmiuçado sobre as razões disso. Mas, para efeito deste estudo, basta considerar, por ora, as razões óbvias da configuração geopolítica mundial constituída ou construída no pós-guerra, assim como todas as implicações do mal sofrido pelo povo judeu durante o Holocausto e o posterior esforço no âmbito das Organizações das Nações Unidas (ONU) para viabilizar uma solução diplomática e potencialmente justa para a questão judaica.

Para além disso, as implicações conflituosas e polémicas acerca do local e termos de implantação daquele Estado - sobretudo no que diz respeito às articulações e embates com os povos árabes e não-árabes do entorno - demandaram um intenso e atento acompanhamento noticioso desde os primeiros dias de fundação daquele Estado. Desde sua criação, Israel é, portanto, tema recorrente, sério e potencialmente delicado em termos de atenção mediática, embora as questões sionistas e as reivindicações e justas relativamente àquela região remontem tempos ainda mais longínquos.

Já em relação ao povo palestino, muito embora as tensões entre eles e os hebreus remontem, pelo menos, aos fins do Século XIX, é razoável considerar que sua nação consolida-se na cobertura mediática como um verbete definitivamente associado ao Estado de Israel após, principalmente, a Guerra dos Seis Dias, em 1967 - quando Israel retoma parte do que considera seu território, que estava ocupado por tropas árabes lideradas pelo Egipto desde 1948, passando a dominar a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, dando início aos campos de refugiados e assentamentos. A primeira e a segunda Intifada, em 1987 e em 2000, chamaram ainda mais atenção do mundo para a região.

Para além disso, também não se pode deixar de citar que, entre 1969 e o início dos anos 2000, a figura polémica e controversa do então líder da Organização para Libertação da Palestina (OLP) Yasser Arafat - morto em 2004 - deteve também uma extraordinária capacidade de levar a questão palestiniana a receber atenção mediática.

Portanto, ao longo dos anos e das décadas, a partir da segunda metade do Século XX, entrando por toda a primeira década do Século XXI, a temática israelo-palestiniana tem estado constantemente presente nos *media*. Ela vem ganhar maior ou menor atenção a depender de diversas variáveis que, entre outras coisas, obedecem a toda uma lógica produtiva dos *mass media* (Wolf, 1987; p. 157) - e sobre a qual existem várias teorias, que não cabem

ser detalhadas aqui – e, principalmente, ao rol de valores/notícia (p. 173) pelo qual comumente norteiam-se os veículos informativos.

Em suma, o que se tem é que o tema Israel-Palestina e as notícias relacionadas a ele merecem ora mais ora menos espaço nas páginas dos jornais impressos de referência no Ocidente e nos *media* em geral, mas nunca deixam de se configurar como presença recorrente e, via de regra, relevante no âmbito noticioso. Afinal, evidentemente, um estado de paz ou mesmo de estabilidade estão longe daquele pedaço do globo.

Entretanto, hoje, não se pode falar numa guerra declarada e deliberada naquela região no sentido lato da palavra - pelo menos não até a altura dos acontecimentos analisados nesta tese. Há conflitos sistemáticos e há conflitos pontuais - desde há pelo menos seis décadas, conforme já foi dito; e há também, em termos internacionais, o temor constante do estouro de grandes perturbações e enfrentamentos que potencialmente poderiam fugir ao controlo, atingindo principalmente algumas frágeis relações entre potências ocidentais e nações não-alinhadas - a Oriente, principalmente.

Todo este quadro, naturalmente, justifica que os olhos dos *media* estejam permanentemente pousados na região e que a rubrica persista nas secções destinadas ao noticiário internacional. Mas, como isso é convertido em notícia? Ou, melhor dizendo, sob quais discursos e registos os acontecimentos são reportados, no fim das contas?

A hipótese trabalhada aqui é a de que o paradigma biopolítico acaba por influenciar e permear toda a construção textual jornalística à volta das questões israelo-palestinianas, mesmo no âmbito dos *media* de referência, estabelecendo, assim, um paradoxo frente aos propósitos de objectividade, já tão arraigados às técnicas narrativas da profissão.

Somente se for admitida uma assimilação remota desse paradigma, sob uma perspectiva arqueogenealógica, torna-se possível entender como se dá a convivência, o apoio e, não raro a reprodução de determinados discursos que «justificam» a necessidade de controlo e subjugação dos corpos, por alegadas questões de segurança e de prevenção do terrorismo, a despeito de todo um conjunto deontológico e códigos éticos que colocam os interesses sociais, a verdade e, no caso dos *media* inseridos no contexto das nações democráticas ocidentais, também as liberdades individuais, como os principais valores a serem perseguidos no exercício da profissão.

Para avançar neste propósito de revelar e explorar o paradigma biopolítico, impregnado à moderna concepção ocidental de sociedade, cabe interrogar, por exemplo, se a respeito das questões israelo-palestinianas as secções dos noticiário internacional dos *media* de referência sequer conseguem identificar e nomear - ou pelo menos levantar a questão sobre

- quem são de facto os responsáveis pela crise humanitária na Faixa de Gaza. Ou será que, no final das contas, as responsabilidades não acabam por se diluírem numa teia discursiva, que deixa a impressão de que tudo pode ser creditado à conta da fatalidade?

Cabe ver ainda se toda uma certa «lógica» velada por argumentos expostos no âmbito de uma narração objectiva, não acaba por corroborar com a ideia de que, quando pensarmos em cerca de 1,5 milhão de pessoas a viverem na penúria, devemos pensar, mesmo que com pesar, que isso deve-se a meios justificados por fins maiores e mais «nobres», em nome de um modelo de sociedade que «precisamos defender».

Facto é que no campo económico há um embargo declarado por Israel à Faixa de Gaza desde 2007 – e oficialmente afrouxado, mas não de todo suspenso, desde Junho de 2010, após a sequência dos acontecimentos que constam das notícias analisadas nesta tese. Na prática, isso significa um rígido controlo - exercido também e principalmente por forças militares - não só do que sai dos territórios palestinianos, mas sobretudo do que ali entra.

Oficialmente, remédios, material de construção, roupas, alimentos e até água envasada só podem penetrar nessas áreas com a devida permissão israelita. O ingresso de estrangeiros nas áreas palestinianas é controlado da mesma forma.

Sem recorrer a uma invasão territorial e a assunção das instituições político-governamentais palestinianas, o controlo e a subjugação dos corpos, neste caso, dá-se no sentido do cerceamento ao acesso a bens de consumo e aparato tecnológico, além do congelamento da mobilidade desses indivíduos. Tudo isso é ratificado por um discurso que sustenta uma «lógica» para o cálculo da segurança e defesa do Estado israelita, para além da contenção de um potencial terrorista no seio do governo da Faixa de Gaza - personificado pela organização Hamas, que inclui um braço armado e também um partido político, que chegou ao poder na região em 2006 e é considerado por Israel como um grupo terrorista.

Embora condenado retoricamente por diversas nações e também no âmbito das próprias Nações Unidas, o bloqueio segue tolerado em nível internacional, sob as mais diversas justificações e, em vez de franca indignação e retaliações por conta desse desalinho com o que oficialmente pregam as demais nações nos fóruns da ONU, o que o Estado hebreu encontra são diversas propostas e termos para possíveis negociações à volta do afrouxamento ou suspensão do embargo. Isso pouco resolve a situação urgente e dramática da população sitiada. Antes, pelo contrário, parece corroborar para que o estado de excepção transforme-se numa política permanente e perpetuada indefinidamente, tal como na questão dos assentamentos judaicos e da criação dos campos de refugiados palestinianos. Um processo indiscutivelmente biopolítico que, conforme se verá neste estudo, converte-se em plena

tanatopolítica (Agamben, 2007).

Neste trabalho não se pode e nem se deseja afirmar que no âmbito dos *media* ocidentais, desde o início do embargo à Faixa de Gaza, não tenham havido diversas reportagens, notas e relatos jornalísticos de toda natureza que denunciassem e expusessem as verdades da situação e os problemas humanitários dela decorrentes, bem como esforços no sentido de tentar um olhar para o quadro de uma forma crítica e que inclua também o ponto de vista palestino. Houve e há.

Entretanto, não é esse o ponto desta investigação. O se quer aqui é, acima de tudo, deitar o olhar sobre o “macrodiscurso” (Djik, 1990) em torno da rubrica israelo-palestina nos *media* tidos como de referência para verificar se de facto estão, conforme a nossa hipótese - e até que ponto estão - ali presentes, mesmo que escamoteadas ou apenas sussurrantes, as matrizes de uma razão utilitarista, que coloca as vidas «inviáveis» num patamar sub humano, dentro daquilo que Giorgio Agamben (2007; 2010) vem nomear como “mera vida” ou “vida nua”.

Objectivo

A partir da já descrita hipótese de que o paradigma biopolítico permeia e influencia os discursos jornalísticos, esta investigação propõe-se a identificar, em determinadas construções textuais, a presença de alguns sistemas de crenças e valores que possam apontar para tais condicionamentos à volta de um dos temas mais emblemáticos que constam das pautas das secções de noticiário internacional nos *media* de referência ocidentais: a questão israelo-palestina. Este exercício será empreendido por meio de uma leitura crítica sobre a cobertura, em Junho de 2010, do ataque de Israel sobre a Flotilha da Liberdade.

Portanto, o objectivo primeiro desta investigação é identificar e analisar o paradoxada objectividade jornalística frente ao paradigma biopolítico, com o qual se confrontam os *media* ocidentais. Pois, ao trabalho jornalístico apresenta-se o desafio de navegar entre a retórica da objectividade, por um lado e, por outro, a necessidade de conviver, de se apoiar e, não raro, reproduzir o paradigma da biopolítica - à luz do qual se justifica a necessidade de controlo e subjugação dos corpos para a prevenção do terrorismo e de todo um alegado sistema de segurança.

A proposta é, a partir de um estudo de caso, ver e pensar como são estruturadas, actualmente, as notícias quando sobem as tensões e rebentam conflitos pontuais que exijam cobertura intensiva e diária sobre um acontecimento específico, sem maiores espaços, sem tempo e sem condições para ponderações históricas aprofundadas, contextualizações elaboradas e a pluralidade analítica desejável. Que discursos emergem daí, afinal? A lupa a ser colocada sobre a cobertura do ataque à Flotilha da Liberdade, na primeira quinzena de Junho de 2010, visa explorar determinadas micro construções textuais que possam revelar um conjunto ideológico macro, isto é, um determinado macrodiscurso.

O que se pretende é evidenciar que estas revelações estão somente na ponta do *iceberg* de uma relação dialéctica em que esses microdiscursos são tanto originários de determinadas proposições como, ao mesmo tempo, meios pelos quais elas continuam a ser sustentadas – ao mesmo tempo que permitem que sejam escamoteadas, disfarçadas e diluídas de forma a quase se tornarem invisíveis, a não ser através de escrutínios atentos e críticos e, preferencialmente, de um esquema que não perca de vistas as suas matrizes originais.

A propósito dessa questão, vale ressaltar que António Fernando Cascais (2009, pp. 31-54) lembra, a respeito da tese foucaultiana sobre a sociedade disciplinar - isto é, sobre as bases da biopolítica - que este sistema de poder estabelece-se graças a uma série de dispositivos reticulares, que são tanto discursivos quanto não discursivos. Isto é, os

dispositivos são, assim, “conjuntos heterogêneos que comportam discursos, instituições, arranjos arquitectónicos, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filantrópicas, filosóficas e morais”, conforme relatara o próprio Michel Foucault, em uma entrevista citada por Cascais (2009, p.38). Os elementos do dispositivo de poder comportam “o dito, bem como o não dito”, terá declarado Foucault. Assim, “o próprio dispositivo será a rede que se pode estabelecer entre esses elementos”.

Não há porque pensar, portanto, que com o fazer jornalístico e sua produção textual fosse diferente. Não há porque pensar que os *media* possam estar automaticamente à salvo dos dispositivos graças a um ritual de objectividade - que, aliás, não põe a salvo nem mesmo as ciências. Afinal, a obra foucaultiana comprova bastante bem como que, num amplo processo histórico, de onde nascem os métodos disciplinares, surgem também outras tecnologias, em diversos campos de conhecimento. Assim, uma segunda intenção deste trabalho é pensar algumas matrizes comuns entre alguns modelos arraigados à *práxis* jornalística e o emergir da sociedade disciplinar e seu paradigma biopolítico.

A terceira intenção deste trabalho é a de ensaiar, sob a óptica foucaultiana - na qual as relações de poder estabelecem-se a partir de uma ampla e intrincada rede que leva ao domínio dos corpos e das condições de vida a que esses corpos são submetidos, para além de questões ideológicas objectivas - algumas reflexões sobre determinados desafios postos aos *media* ocidentais na contemporaneidade. Nesse sentido, pretende-se que as abordagens jornalísticas sobre uma situação como a dos conflitos israelo-palestinos possam ser bastante reveladoras.

A partir do momento em que, oficialmente, é aceite por Israel, dentro de sua nação, a existência da Palestina - em territórios não lineares e delimitados por tratados - e que o Estado hebreu mantém toda uma política de excepção e rígido controlo de barreiras físicas e biológicas como componente principal deste tenso sistema de convivência, a questão biopolítica está, evidentemente, configurada. Para além disso, a própria configuração da questão Israel-Palestina conjugará também toda uma simbologia de representação Ocidente X Oriente inscrita no âmbito de tensões que se têm exacerbado desde o início deste século, sobretudo no que tange à questão do terrorismo.

Para reflectir acerca da contemporaneidade e suas implicações para uma compreensão do que está de facto em causa por baixo de todo este quadro global, os apontamentos de Hannah Arendt e de Giorgio Agamben em relação à formação do homem político moderno e aos registos sob os quais ainda a sociedade ocidental do Século XXI equaciona as suas noções de pertença e construção do mundo à sua volta serão essenciais.

Pois, ao final de todas as etapas do exercício empreendido nesta dissertação a expectativa é do vislumbre de algumas vias possíveis para um repensar da *práxis* jornalística e dos condicionamentos de suas construções discursivas.

Afinal, conforme destaca Judite Zamith-Cruz (2008), a categorização das pertenças - e das exclusões - que impera na percepção de determinados grupos não está associada apenas a uma questão de mudança das conotações pejorativas das palavras, por exemplo, mas no facto de que “já não nos recordamos, conscientemente, das circunstâncias em que adquirimos saberes parcelares e interacções (...), crenças e valores sobre aqueles que são vistos como *os outros*” e de como isso rege facetas significativas dos padrões e formas de convivência e também do narrar dessas experiências.

Para avançar nas reflexões propostas aqui, alguns conceitos basilares arraigados nos códigos deontológicos da actividade jornalística terão de ser colocados de frente a conceitos foucaultianos de biopolítica e em torno do binómio *saber-poder*. Porém, apesar de o alinhamento geral desta dissertação ser com as bases de um método arqueogenealógico, vale frisar que ela não se propõe a traçar nem uma arqueologia e nem uma genealogia dos discursos jornalísticos no geral e, muito menos, dos discursos jornalísticos em torno das questões israelo-palestinianas.

Castellan e Schröder (2008) explicam que os discursos ancoram-se em princípios de crença que sustentam o que é dito e, para além das formações ideológicas e discursivas reconhecidas, existem princípios axiológicos gerais que assombram todos os discursos, constituindo um inconsciente colectivo. Entretanto, sublinham, cada formação ideológica não é uma ilha isolada que não dialoga com as demais. Os discursos, tal como apontam, delineiam-se a partir de embates travados com outros discursos.

Assim, o que se espera é que as reflexões suscitadas aqui possam não só servir ao quadro imediato analisado à volta da questão Israel-Palestina mas também, por tabela, ajudar num repensar de tantas outras dicotomias que temos já cristalizadas em nosso inconsciente colectivo, tais como Ocidente-Oriente, cristãos-muçulmanos e tantas outras que desafiam a actividade jornalística perspectiva actual de um mundo globalizado.

Metodologia

O *corpus* de análise desta investigação será a cobertura jornalística empreendida por dois diários portugueses considerados de referência: *Público* e *Diário de Notícias*, acerca da interceptação, em águas internacionais, da flotilha de ajuda humanitária que se dirigia à Faixa de Gaza, em Junho de 2010, chamada Flotilha da Liberdade. Serão objecto de estudo as edições impressas dos dois diários, no período de 1 a 16 de Junho daquele ano.

Uma leitura crítica dos textos, sob uma óptica foucaultiana, é o que permitirá a sondagem a um certo “sistema de enunciabilidade” (Foucault, 1966), identificando algumas possibilidades e impossibilidades anunciativas estabelecidas que possam oferecer pistas das “leis” que regem aquilo que merece ser dito/registado/noticiado (Foucault, 1971) para, a partir daí, buscar verificar onde e como paradigmas biopolíticos possam estar a permear esses discursos proferidos pelos *media*.

Assim sendo, será tomado por base efectivamente aquilo que está textualmente registado no material seleccionado, sem entrar no mérito das contingências produtivas do trabalho jornalístico e sem levar em conta como isso pode ter ou não interferido no conteúdo reportado. Afinal, conforme cita Ângela Moraes, “a análise do discurso proposta por Foucault é um esforço de interrogar à linguagem o que foi efectivamente dito” (2010, p. 22).

Alguns referenciais do campo da Análise Crítica de Discurso (ACD) também serão evocados. Porque determinadas chaves de leitura desenvolvidas por Teun van Dijk, que utiliza-se de um “método triádico para mostrar como cognição pessoal e social faz uma mediação entre estruturas sociais e estruturas discursivas” (Silveira, 2007; p. 15), são bastante úteis como ferramenta diante de algumas microestruturas (van Dijk, 1990), isto é, para decodificar determinadas proposições e estruturas lexicais e semânticas dentro do objecto estudado, que são importantes para a formulação geral e a sustentação dos macrodiscursos.

Porém, importa frisar que em momento algum há o propósito de que a leitura crítica empreendida nesta dissertação possa ser inscrita no âmbito da ACD. É devido à sua heterogeneidade (van Dijk, 2005; p. 21) que esse campo de estudos pode figurar em algumas referências colhidas para o desenvolvimento deste trabalho, mas ele não se configura como uma proposta metodológica sistematicamente adoptada.

Um dos contributos da ACD a ser aplicado neste estudo é a premissa de que aquilo que os membros de um determinado grupo julgam estar *certo* ou *errado*, *verdadeiro* ou *falso*, conforme destaca van Dijk (2005), influencia nas abordagens noticiosas e nas formas discursivas adoptadas para reportar os acontecimentos. Em certa medida, isso é possível

relacionar ao binómio *saber-poder* que permeia as teses de Michel Foucault.

Assim, para uma leitura crítica sobre o *corpus* seleccionado, torna-se necessário identificar as representações associadas às noções de «nós» e «eles» dentro dos textos para, a partir daí, buscar verificar quais são as «verdades» que prevalecem nesse jogo de tensões.

Van Dijk trabalha essas noções «nós e eles» sob as denominações de *ingroup* e *outgroup* (2005, p. 190). Tais terminologias serão adoptadas aqui neste trabalho, uma vez que podem ser aplicadas a vários níveis de autoidentificação pelos grupos formados dentro das sociedades e, inclusive, a tribos, grupos étnicos e nações - como no caso deste estudo. A premissa desse autor é a de haver uma tendência do favorecimento do grupo discursivo de pertença, em detrimento dos grupos externos, por meio de características como ênfase, reforços positivos ou negativos, uso de figuras de linguagens, níveis de detalhamento, entre outras. É, basicamente, dessa forma que as relações entre o discurso e a sociedade atravessam a divisão conhecida *macro-micro* e *sociedade-indivíduo* (van Dijk, 1991).

No âmbito dos *media* de referência ocidentais, no que se refere às tensões do binómio Ocidente X Oriente, o presente estudo considera que o *ingroup* é representado por cidadãos que partilham a crença de estar a viver sob os registos dos valores basilares que fundam as repúblicas ocidentais laicas e soberanas, e que se identificam com esses princípios. Já o *outgroup* é composto basicamente por aqueles grupos que se considera estarem a viver fora desses registos. Assim, basicamente, estados-nação que se desenvolveram fora de um processo histórico marcado pelo pensamento Iluminista e pela lógica de uma economia política que delineia modernidade ocidental (Foucault, 2008), parecem compor o grupo visto e abordado como alheio no âmbito do foco noticioso.

Logo, o que se pretende aqui é verificar quais discursos e que identificações emergiram de um conjunto noticioso que implica directamente questões de segurança para o Ocidente, ao mesmo tempo em que no centro dos acontecimentos estão estados-nações que são externos a um eixo principal de pertença ocidental, como Israel, Turquia e a Palestina.

Por conta dessas definições tão macro em torno dos grupos de pertença abordados nesta tese, este estudo não leva em conta pormenores relativamente aos públicos-alvo dos dois jornais analisados. O mais importante é saber que essas publicações são reconhecidas no seio da sociedade portuguesa como veículos de referência, uma vez que o que se pretende verificar são algumas réguas de medida utilizadas pelos veículos noticiosos para resolver as questões de valor-notícia (Wolf, 1984; pp. 173-190) e determinar onde são postas as ênfases e os destaques, bem como determinadas construções conceituais empreendidas à volta dos elementos do *ingroup* e do *outgroup*.

É dessa forma que se pretende verificar até que ponto medidas de controlo e subjugação dos corpos são aceites ou reproduzidas em determinadas coberturas jornalísticas como justificação para alegados programas de contenção de violência e prevenção contra o terrorismo. Isto é, como o paradigma biopolítico permeia um conjunto textual e discursivo delineado sob um aspecto formal calçado em um arraigado ritual de objectividade.

A observação do *corpus* será feita tanto em sua estrutura formal - ou seja, relativamente aos títulos, antetítulos (frase que vem acima do título principal), subtítulos (frase que vem abaixo do título principal) e intertítulos (palavras que servem como «quebras» no meio do texto para dividir a leitura) e o espaço ocupado pela notícia – quanto no que se refere ao uso de normas técnicas que exigem do texto jornalístico, por exemplo, não somente coesão e coerência, mas, para além disso, uma estrutura de pirâmide invertida que já está assimilada pelo leitor, num modelo que entende que a informação *mais inédita* e a *mais grave/importante* devem abrir a redacção (Ferrari & Sodré, 1986; pp 18 e 32; Kunczik, 2002).

Feito isso, o estudo deitar  maior atenção às descodifica  es do vocabulário adoptado para designar governos e povos  rabes e muçulmano, tal como aquele utilizado para designar as acções preventivas perpetradas por Israel e pelo Ocidente; sendo que também é preciso verificar o contexto nos quais esses termos são inseridos, o ordenamento frásico, as opiniões expressas de forma explícita ou implícita no texto e a que fontes (entrevistados) são atribuídos - e se são atribuídos a alguma fonte ou tomados como verdade dada.

Uma grelha analítica será traçada para que sejam feitas todas essas verificações, que visam, em última instância detectar onde e de que forma o paradigma biopolítico revela-se nos textos. Esta grelha será aplicada aos textos principais, constantes nas matérias de abertura das reportagens veiculadas pelos dois jornais, no dia 1 de Junho de 2010 – o primeiro dia dos acontecimentos referentes à cobertura investigada -, numa descrição sequencial da estrutura narrativa feita acerca do fato noticiado. A partir dessa análise em pormenor dos textos do primeiro dia, será verificado se os pontos identificados se confirmam como tendência ou até mesmo padrões mantidos nas reportagens veiculadas ao longo da primeira semana, entre os dias 2 e 7 de Junho, sendo que esses textos serão analisados em conjunto e excertos serão reproduzidos quando forem relevantes para ratificar ou comprovar os apontamentos deste estudo. O mesmo será feito em relação   segunda semana, sendo que nesta etapa será observado como o acontecimento vai-se arrefecendo dentro do noticiário, isto é, sob que registos discursivos a cobertura noticiosa se d  por encerrada.

Não serão citados os autores dos textos. Em vez disso, será citado apenas o nome do jornal onde a peça foi publicada. A razão desta opção é puramente prática - embora

pudesse ser inscrita também numa coerência com a linha teórica foucaultiana e sua posição de “recusa da categoria de autor” (Bragança de Miranda & Cascais, *in* Foucault, 2002). Para além de se considerar aqui que a indicação do nome dos jornalistas que eventualmente assinam algumas peças é um factor irrelevante aos propósitos desta investigação, a leitura dos cortes noticiosos indica que a recolha de informações se deu maioritariamente através de material enviado por agências noticiosas.

As questões levantadas e a metodologia escolhida nesta dissertação representam um exercício inicial. Uma possibilidade de continuação dessas investigações deve levar em conta que o *corpus* seleccionado corresponde a um bom exemplo a ser analisado num estudo conotativo com este, justamente porque os conteúdos das matérias reproduzidas em Portugal tendem a ser muito semelhantes às dos veículos de outros países assinantes das mesmas agências. Assim, um trabalho comparativo que levasse em conta os textos originais das agências e as peças noticiosas deles resultantes, publicadas em outros idiomas, será uma complementação bastante pertinente a este estudo acerca do macrodiscurso ocidental em torno da questão israelo-palestiniana através dos *media*. Neste caso, uma Análise de Conteúdo, por ser um método quantitativo e que observa mais as denotações (Bardin, 2009), poderá ser incorporada à metodologia, sendo bastante útil para apontar recorrências e diferenciações discursivas em torno dos mesmos factos.

Outra possibilidade de aprofundar o que esta dissertação inicia é a de aplicar a mesma grelha analítica em outros cortes noticiosos, para além dos factos da primeira quinzena de Junho de 2010. Sequências bastante proveitosas poderão ser a do afrouxamento do embargo à Faixa de Gaza, noticiado na segunda quinzena de Junho de 2010; as crises em relação à ocupação de assentamentos, em 2011 e 2012; e a libertação do soldado israelita Gilad Shalit, em 2012, uma vez que sua captura pelo movimento palestino Hamas, em 2006, era apontada também como uma das razões para promover o embargo.

Numa terceira via, é possível ainda que as conclusões que serão aqui apresentadas - a respeito dos discursos resultantes dos equacionamentos dos rituais de objectividade com os paradigmas biopolíticos - possam servir para suscitar reflexões e (re)avaliações dos processos produtivos nos *media*. Nesse caso, as investigações poderão avançar no âmbito das metodologias sobre o *Newsmaking*, mais especificamente no que diz respeito às rotinas produtivas (Wolf, 1987; pp. 193-210), que poderão ser investigadas nos mesmos jornais.

CAPÍTULO I

1. A retórica da objectividade jornalística e o paradigma biopolítico

Ao questionar como é equacionado o ritual estratégico da objectividade jornalística na cobertura israelo-palestina nos *media* de referência actuais do Ocidente juntamente ao paradigma biopolítico, a questão que se levanta no final das contas é se, num caso como este, a actividade jornalística seria, em última instância, de fato uma actividade-fim essencial à manutenção do estado democrático de direito - como quer uma tradição deontológica moderna, a exemplo do que aponta James Caray (1995) - ou se, à medida que assume um condicionamento formal e limitado por uma série de constrangimentos deontológicos - mais especificamente o do ritual da objectividade, abordado neste estudo -, não acaba por ser, muitas das vezes, um grande *meio útil*, eficaz e importante de manutenção da “sociedade de labor e do consumo” - expressão tomada aqui no sentido dado por Hannah Arendt (2006), para quem a racionalidade utilitarista moderna representa uma barreira para um estado democrático genuíno.

Arendt descreve que numa sociedade de consumo, organizada para o consumo e determinada pelo consumo, “num mundo estritamente utilitário, todos os fins tendem a ser de curta duração e a transformarem-se em meios para outros fins” (2006, p.193). A partir dessa sentença, parece pouco provável que o exercício de uma actividade jornalística - enquanto actividade comercial ou mesmo enquanto actividade *política* - consiga ser capaz de fugir à regra. O jornalismo também necessita atender a uma finalidade utilitária, em última instância.

A questão acerca de uma finalidade utilitária do jornalismo não é inédita. Afinal, um questionamento que está sobre a mesa desde os primórdios da imprensa é se o jornalismo - ou melhor, se a informação imersa num contexto de negócios - é um modelo que serve ao interesse de toda a sociedade ou, antes, ao interesse do dono do jornal e/ou dos grupos no poder. Porém, o que se sugere ao evocar o conceito de biopolítica e uma óptica foucaultiana como grelha para essas questões é uma readequação da pergunta: os fundamentos do jornalismo contemporâneo, que tem suas raízes no pensamento moderno, não seriam, no final das contas, alinhados a um propósito de manutenção de um idealliberal de sociedade, inclusive e principalmente no que tange aos seus pontos cegos, isto é, num projecto que se diz democrático, mas que guarda sub-repticiamente mecanismos totalitários?

Afinal, pensar as relações de poder do ponto de vista biopolítico não é pensá-las

simplesmente numa perspectiva do ponto de quem ganha ou de quem perde, mas é pensar a relação que constitui os próprios sujeitos como tais.

Por outras palavras, a difusão de informação por meio de um modelo de imprensa livre e plural, que teria como finalidade mais nobre ser uma via permanente de manutenção do estado democrático e que, para isso, toma por base um rito formal fechado dentro de um modelo de discurso que se quer objectivo, seria de facto capaz de dar conta de revelar, questionar e pôr em causa para essa mesma sociedade factores que possam desestabilizar suas relações e arranjos de poder?

Um *corpus* analítico como desta investigação - onde a notícia é a acção de contingência perpetrada pelo Estado israelita sobre uma frota de ajuda humanitária dirigida aos palestinianos sitiados em Gaza - é bastante útil para uma análise desta natureza. Embora a atitude de Israel tenha sido amplamente criticada no cenário internacional, em várias instâncias, e tal facto tenha sido noticiado pelos *media* que fizeram a cobertura do tema, teriam os textos e as notícias sido capazes de se desprenderem do paradigma biopolítico, em meio ao seus rituais de objectividade?

Localizar onde se situa a génese ideológica dos meios de comunicação como mecanismos emancipatórios do pensamento e das articulações sociais numa perspectiva democrática moderna, assim como as origens e as razões utilitárias do modelo de jornalismo tido como objectivo e neutral parecem ser dois pontos essenciais para pensar todas essas questões numa perspectiva foucaultiana. Da mesma forma, identificar quando é que se dá - e sob quais condições - o nascimento, dentro das sociedades modernas ocidentais, daquilo que Michel Foucault dá o nome de biopolítica será fundamental para o exercício ora proposto, que é o de equacionar esses três pontos, sugerindo que o paradigma biopolítico, que permeia todas as nossas instituições e ecoa em seus discursos, não poupa das suas subjectividades nem mesmo a imprensa livre e objectiva.

1.1 O ideal iluminista da comunicação como meio de emancipação

Embora o modelo de objectividade e imparcialidade jornalística contemporâneo tenha tido sua génese no Século XIX, como se verá mais adiante, o ideal da liberdade de comunicação como meio de emancipação do pensamento, do indivíduo e das sociedades nasce junto com o Iluminismo, no Século XVIII, conforme aponta Paulo Serra:

Apesar da distância que nos encontramos destes usos iluminista do verbo “comunicar”, aquilo a que hoje se chama “sociedade de comunicação”, é, em grande medida, a concretização da utopia comunicacional que tem suas raízes no Iluminismo

européu do Século XVIII, já que como sublinha Armand e Michelé Mattelart, ‘(a) ideia de comunicação e transparência acompanhou a crença das Luzes no progresso social e na emancipação dos indivíduos’(Serra, 2006; p.2).

Logo, conforme a exposição de Serra, “os problemas relativos à ‘comunicação’” não só são “trazidos para primeiro plano, como também, pelo menos em parte, verdadeiramente inventados pelos iluministas” (p. 3). Este autor ressalta ainda que “os cerca de 100 anos que vão da publicação do *Ensaio do Entendimento Humano*, de John Locke, em 1690, até à redacção e publicação, na década de 90 do Século XVIII, das últimas obras essenciais de Kant”, guardam todo um conjunto de obras e de autores que são essenciais para “uma arqueologia mínima daquilo que hoje se chama ‘sociedade de comunicação’”.

O autor não só corrobora com a ideia de que John Locke é o primeiro filósofo verdadeiramente moderno, como com uma proposta de que seria o filósofo inglês o fundador dos *estudos da comunicação*, por localizar na obra de Loke toda uma reflexão sobre a linguagem como “elo de união da sociedade” (p.7) e acerca da significação dos discursos. Conforme ele demonstra, Locke antecipou o seguinte:

(...) o movimento histórico que conduziu à emergência de uma (forma de) sociedade na qual a ‘informação’ e os ‘sinais’ terão uma importância cada vez maior - a tal ponto que se denomina hoje ‘sociedade de informação’ - uma sociedade que, para usarmos a linguagem de Luhmann, se caracteriza pelo ‘primado da diferenciação funcional’ e que, por conseguinte, ‘não dispõe de nenhum órgão central. É uma sociedade sem vértice nem centro’ (p. 6).

Essa sociedade que não dispõe de nenhum órgão central, sem vértice nem centro é, conforme explica Serra a sociedade da perda do referente, isto é, onde não é a linguagem apenas que é uma convenção, mas a própria realidade. “O ‘real’ passa a ser o que todos, ou pelo menos a maioria, dizem que é real” (p. 8). É na parte final do século XVIII que surge o conceito moderno de opinião pública:

Como o “soberano secreto” e a autoridade invisível da sociedade política, a opinião pública foi estilizada como um paradoxo, como o poder invisível do visível. E, nesta forma semântica, tornou-se a ideia culminante do sistema político. O conceito de opinião pública aparece, desde o princípio, associado ao conceito idealizado de indivíduo: ela é a opinião que os indivíduos expressam, de forma livre e igualitária, no ‘espaço público’(p. 12).

Para além dessas considerações encontradas no artigo supra citado, a relação entre o potencial da comunicação e a emancipação do sujeito, como um ideal iluminista, são

também identificados em autores como Jurgen Habermans e também naqueles inteiramente localizados na chamada escola de Frankfurt (Wolf, 1987; 71-80), que trabalham essa questão em perspectivas sociológicas e filosóficas acerca tanto dos desdobramentos alcançados como, principalmente, das frustrações do projecto e das promessas do Iluminismo – isso, para citar aqui apenas alguns dos expoentes de uma determinada escola teórica, dentro das diversas vertentes das teorias da comunicação que reconhecem o Iluminismo como o ponto histórico onde a comunicação, sobretudo a possibilidade de uma comunicação em grande escala, cristaliza-se como significado de agente emancipatório do pensamento e do exercício das liberdades individuais.

1.2 As origens do jornalismo contemporâneo

Jean Chalaby (1996), por sua vez, conta que o jornalismo, tal como o concebemos hoje, é fruto de algo que floresce e consolida-se no Século XIX, assim como o é também a influência internacional da cultura anglo-americana (p.48). A partir da enumeração de diversos factores conjunturais económicos, políticos e tecnológicos, ele diz que, progressivamente, o discurso jornalístico tornou-se um campo especializado e autónomo de produção discursiva. Avanços tecnológicos e configurações industriais alcançadas a partir do Século XIX, colocaram em destaque o modelo anglo-americano de produção e difusão jornalística. É donde surge um género distinto de texto:

Agentes do campo jornalístico desenvolveram as suas próprias normas e valores discursivos, tais como a objectividade e a neutralidade (...) O jornalismo é, não só uma descoberta do Século XIX mas também uma invenção anglo-americana. Foi nos Estados Unidos e em menor grau na Inglaterra, que foram inventadas as práticas e as estratégias que caracterizam o jornalismo. É também nestes países que a imprensa industrializada depressa se tornou um campo autónomo de produção discursiva (Chalaby, 2003; p. 30).

Chalaby destaca que, comparativamente aos jornais franceses, por exemplo, até a altura da I Guerra Mundial, os jornais anglo-americanos tinham: maior número de informações e páginas; informações actualizadas mais e frequentemente, uma vez que veículos americanos e britânicos dispunham de melhores serviços de recolha; para além disso, diz, a informação era mais internacional nos jornais dos EUA e Inglaterra, por possuírem estes mais recursos que os diários franceses para manterem correspondentes em zonas remotas; e também que a informação seria “mais exacta (mais completa, mais objectiva, e mais neutral) nos diários americanos e britânicos” (p. 31).

Para além disso, este autor defende ainda que o aumento da competitividade nos

mercados de Nova Iorque e Londres forçaram os jornais a uma busca de melhoria de padrões de cobertura a ser percebida pelos seus leitores, sob pena de serem preteridos por seus concorrentes e que é “a partir da década de 1850 que os jornalistas anglo-americanos começam a praticar a tradicional exigência de um jornalismo neutral e objectivo” (p. 36). Portanto, pelas enumerações de Chalaby é seguro afirmar que o liberalismo económico de Inglaterra e Estados Unidos tenham dado as condições essenciais de desenvolvimento do padrão jornalístico que passou a predominar como referencial de qualidade no Ocidente.

Em Schudson (1978) também são enumerados vários factores económicos e também morais, tecnológicos, legais, culturais, políticos e sociais que corroboraram para traçar o padrão que se impôs a partir do Século XIX para a actividade jornalística. Todos eles, juntos, teriam permitido o surgimento de uma imprensa de baixo custo e, consequentemente, de mais ampla circulação, dirigida sobretudo a uma nova categoria de leitores: a emergente classe média urbana.

Erik Neveu (2003; p.17) também destaca a predominância do modelo de jornalismo anglo-americano nos *media* ocidentais e enumera cinco pontos referenciais como componentes-chave para este paradigma deontológico: 1) esforço na recolha da informação; 2) o surgimento de um discurso da objectividade, construído à volta de uma transmissão dos factos, separando informação e comentário; 3) a capacidade de condensação da língua inglesa, que teria beneficiado o surgimento de um estilo redaccional mais sóbrio e descritivo, em detrimento de modelo pomposo e literário, como o francês; 4) o utilitarismo baseado numa lógica empresarial; 5) a profissionalização da actividade jornalística.

Não se pretende aqui corroborar ou não com cada uma das condicionantes apontadas por Neveu. Para tanto seria necessário, por exemplo, explorar autores e linhas investigativas que analisam se, de facto, no ponto lexical a língua inglesa, quando comparada à francesa e aos demais idiomas latinos, permite uma narrativa que poderia ser classificada como mais objectiva. Porém, a sua lista é muito interessante para que se possa situar as origens da construção do discurso da objectividade jornalística.

Para Neveu (2003; p. 8) - que também cita Chalaby -, “a concentração da imprensa reflecte o desenvolvimento mais acelerado do capitalismo nos países anglo-saxónicos”.

O desenvolvimento mais precoce das cidades constitui um outro elemento de redução dos custos de distribuição e de ampliação do número de leitores, mas são as incidências desta concentração económica na imprensa que importa realçar. A lógica de maximização das audiências é indissociável dos registos utilitários e de uma atitude mais factual (Neveu, 2003; p. 18).

Érik Neveu aponta ainda que esta racionalização acaba por moldar uma actividade profissional jornalística “baseada em técnicas, capacidade de entrevistar, recurso a uma escrita normalizada que, desde os finais do Séc. XIX, é ensinada nos departamentos de jornalismo das universidades” (2003; p. 18). Do lado europeu, este modelo é assimilado mais tardiamente, não sem um longo período de severas críticas, diversas polémicas e bastante resistência. É após a I Guerra Mundial que o paradigma anglo-americano consolida-se, a partir do grande desgaste e descrédito amargado pela imprensa francesa, que teria servido “sem escrúpulos à propaganda oficial” (2003, p. 22).

Entretanto, vale aqui considerar, que toda uma estrutura organizacional que envolve lógica comercial, engrenagens e saberes produtivos, não se rompe num estalo, apagando-se de repente o passado e os seus ecos. Para além das marcas culturais, os homens que implementam tais mudanças ou os que as sofrem, por algum tempo ainda serão os mesmos de antes. A migração de um estilo produtivo para outro, de um paradigma para outro, é um processo que se faz com tempo. Assim, a forma antiga do fazer e do pensar ainda irá permear a nova forma, até que aquela seja efectivamente superada - mas que nem por isso deixa de ser, eventualmente, evocada e resgatada.

Tais considerações fazem-se necessárias perante a constatação muito clara e evidente de que naquele pós-I Guerra tenha prevalecido na Europa uma ânsia de redenção perante o modelo vitorioso norte-americano. Talvez não seja de admirar que uma lógica de dominação e adopção dos paradigmas alheios por parte dos centros europeus - não só no discurso, mas no conjunto de valores para a construção de uma nova ordem mundial - acabassem por prevalecer na hora de se compor uma nova proposta de codificação para as práticas jornalísticas. Mas isso de maneira nenhuma quer dizer que, em termos de jornalismo, o modelo anglo-americano, mesmo vitorioso, estivesse a salvo de questionamentos, contradições e variações.

“O jornalismo anglófono constitui, na verdade, um ‘modelo’ mais elaborado do que o sugerido por inúmeras descrições”, cita Neveu (2003; p. 23), para concluir mais adiante que, algumas décadas à frente, a ideia de um jornalismo *à americana*, despojado de toda a subjectividade viria a ser uma mitologia gasta - embora, ainda assim, fortemente cristalizado como um modelo desejável e paradigmático.

Gaye Tuchman (1990) é quem classifica o conceito de objectividade jornalística como um ritual estratégico, um ritual que, segundo ela, serve para mitigar pressões e riscos contíguos à actividade do fazer jornalístico. A partir de inquéritos com jornalistas, esta autora chega a um pequeno elenco dos atributos que, do ponto de vista dos próprios jornalistas

profissionais, tornam seu trabalho objectivo. São eles: 1) apresentarem diferentes versões de uma mesma realidade; 2) apresentarem provas suplementares para fundamentar um *facto*; 3) utilizarem aspas para indicar que o repórter não está a dar uma versão dos acontecimentos; 4) apresentarem primeiramente os *factos mais importantes*, e 5) separarem cuidadosamente os *factos* das opiniões através do rótulo das *notícias de análise*. Contudo, Tuchman conclui:

(...) embora esses procedimentos possam fornecer provas demonstráveis de uma tentativa de atingir a objectividade, não se pode dizer que aquele rol de procedimentos garanta o sucesso nesse intento, até porque não há uma relação clara entre os objectivos procurados (a objectividade) e os meios utilizados (os procedimentos noticiosos descritos)(Tuchman, 1990; p. 79).

Os argumentos que desmontam a tese de uma objectividade jornalística alcançada por meio dos cinco elementos identificados por Tuchman, conforme sua própria descrição são: 1) convite à percepção selectiva dos acontecimentos, 2) insistência equivocada na noção de que *os factos falam por si*, 3) serem instrumento de descrédito e um meio do jornalista fazer passar sua própria opinião, 4) serem limitados pela política editorial de uma determinada organização jornalística e 5) iludirem o leitor ao sugerir que *análise* é convincente, ponderada ou definitiva.

Tanto os elementos que caracterizam do ponto de vista dos jornalistas a objectividade das notícias produzidas e veiculadas, como os elementos que servem de argumentos contrários a essa tese requerem, obviamente, um estudo mais aprofundado e pormenorizado para que se chegue a qualquer conclusão mais definitiva.

O que importa aqui, entretanto, é observar que se comprova na realidade esta necessidade de um resguardo ritualístico para enquadrar a profissão dentro de parâmetros que talvez lhe sejam, em última instância, totalmente incongruentes. Por que, afinal, esta necessidade de conferir ao jornalismo parâmetros emprestados da ciência, como é o caso da objectividade? Tuchman (1990; p. 89) cita o ponto de vista de Everett Hughes (1964; pp. 94-98) “de que as profissões desenvolvem procedimentos ritualizados para se protegerem das críticas”. Eis aí uma pista.

Mas, admitindo a tese de Schudson e também de Chalaby, de que este paradigma da objectividade jornalística floresceu junto com a hegemonia e modelo económico anglo-americano, no Século XIX, não é demais pensar que muito mais do que resguardar uma actividade profissional, ou seja, os jornalistas em si, este ritual estratégico sirva, em última instância, como uma protecção instrumental ao lucro e à viabilidade

comercial das empresas de *media*. Isso afasta ou pelo menos coloca em segundo plano, a ideia de que os elementos aceites como componentes de uma notícia objectiva sirvam primordialmente para garantir tratamento justo e equânime às partes envolvidas no acontecimento ou ainda como um meio eficaz de se alcançar uma visão clara e plural dos factos. Prova disso é uma das razões apontadas pelos próprios jornalistas para justificar a necessidade da composição de um rol de elementos que sejam capazes de conferir objectividade a um artigo noticioso, descrita por Tuchman:

Em suma, cada notícia acarreta perigos para o corpo redaccional e para a organização jornalística. Cada notícia afecta potencialmente a capacidade dos jornalistas no cumprimento das suas tarefas diárias, afecta a sua reputação perante os seus superiores, e tem influências nos lucros da organização. Dado que o jornal é composto de muitas notícias, estes perigos são múltiplos e omnipresentes (Tuchman, 1990; p.78).

De um modelo utilitário-instrumental para a actividade jornalística com vistas numa conjuntura social própria da realidade anglo-americana do Século XIX, a retórica da objectividade não só irá influenciar, ao longo do Século XX, a *práxis* jornalística europeia e do restante do restante dos países ocidentais democráticos, como irá reverberar em documentos internacionais, no âmbito das Nações Unidas. Os dois primeiros artigos do documento da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), denominado *O Princípio Internacional da Ética Profissional dos Jornalistas*, formalizado em 1983, fazem referências directas à questão da objectividade:

Princípio I - O Direito das Pessoas de Rectificar Informação

As pessoas e os indivíduos têm o direito de adquirir um quadro objectivoda realidade por meio de informação precisa e compreensiva como também de se expressarem livremente pelas várias mídias de cultura e comunicação.

Princípio II - A Dedicção do Jornalista para Realidade Objectiva

A tarefa primeira do jornalista é garantir o direito das pessoas à informação verdadeira e autêntica através de uma dedicação honesta para realidade objectiva por meio de que são informados fatos conscienciosamente no contexto formal deles/delas e mostram as conexões essenciais deles/delas e sem causar distorção, com desenvolvimento devido da capacidade criativa do jornalista, de forma que o público é provido com material adequado para facilitar a formação de um quadro preciso e compreensivo do mundo no qual a origem, a natureza e a essência dos acontecimentos, processos e estados dos casos são tão objectivamente quanto possível compreendidos.

A propósito da declaração da UNESCO, vale ressaltar que Giorgio Agamben (2007) faz uma crítica interessante em relação às declarações universais de direitos do homem, onde naturalmente é possível também inscrever *O Princípio Internacional da Ética Profissional dos Jornalistas* - e sua origem no campo da biopolítica.

No segundo pós-guerra, a ênfase instrumental sobre os direitos do homem e o multiplicar das declarações e das convenções no âmbito das organizações supranacionais acabaram por impedir uma autêntica compreensão do significado histórico do fenómeno. Mas é chegado o momento de cessar de ver as declarações de direitos como proclamações gratuitas de valores eternos metajurídicos (...). As declarações dos direitos representam aquela figura original da inscrição da ordem jurídico-política do Estado-nação (Agamben, 2007; p.121).

A seguir por essa linha de raciocínio, isso permitirá verificar como o ideal de objectividade figura, convenientemente, como um sustentáculo contemporâneo para um discurso racional-utilitário em relação à própria condição humana, cujas raízes são anteriores às condições sociopolíticas e económicas que se configuraram no Século XIX. Naturalmente que não há a pretensão de questionar, nos níveis deste trabalho, a legitimidade dos organismos internacionais e a pertinência desses documentos públicos. O que se pretende é explorar a génese de um ideário construído em torno dos *media*, assim como sobre as suas *práxis*.

Ao final do seu artigo sobre o ritual estratégico da objectividade, Tuchman lembra que o reconhecimento da objectividade como ritual estratégico levanta outros problemas pertinentes ao estudo dos meios de comunicação de massa a serem explorados. Uma das questões que ela lança é: “Qual a interacção, se é que existe, entre essas estratégias e o conteúdo?” Pensar e entender o paradigma biopolítico, que é anterior a tudo isso e já profundamente impregnado às instituições sociais e ao ordenamento jurídico, tal como apontam Foucault em Agamben, em momentos diferentes, é algo que pode oferecer algumas pistas a essa questão.

1.3 A biopolítica e a razão governamental moderna

Se, por um lado, o conceito de objectividade jornalística obedece a uma lógica instrumental que data das condições sócio-económico-industriais que se formaram à volta dos *media* - nomeadamente os jornais e as agências de notícia - do Século XIX, por outro, Michel Foucault (2008) nos diz que pelo menos meio século antes disso é que surge uma nova concepção de exercício de poder, que daria as bases do arranjo socioeconómico que viria sustentar o mundo moderno ocidental: a biopolítica. Foucault identifica entre o final do

Século XVI e meados do Século XVIII, o surgimento de uma nova lógica governamental de onde irá emergir, mais tarde, uma sofisticada dinâmica do exercício e da manutenção do poder. E é justamente na segunda metade do Século XVIII que esta dinâmica, à qual chama de biopolítica, irá se consolidar e ditar os registos sob os quais ainda hoje viveríamos.

Um dos factores mais interessantes da constatação foucaultiana é a desconstrução do discurso iluminista de liberdade e igualdade. Foucault (2009) deixa evidente, por meio de um método arqueológico, que naquela altura a burguesia europeia que ansiava por libertar-se do jugo, dos excessos e dos desmandos totalitários, precisava principalmente ampliar sua margem de manobra para que processos de produção e mercado se realizassem na sua amplitude e necessitava também de novos cânones para a manutenção dessa nova ordem.

Assim, na verdade, o cidadão do contrato original de Jonh Locke, longe de outorgar a sua obediência, a fim de buscar permitir a edificação de uma sociedade perfeita, igualitária e justa, acaba por enredar-se numa prática de controlo extremo, a níveis infinitesimais. Nessa lógica, o poder passa a ser, acima de tudo, uma técnica infligida sob a tutela de um sistema, ou seja, um mecanismo racional – forjado sob uma retórica de *bem maior*. O poder agora exerce-se a partir de uma infinidade de pontos e num mecanismo de relações não igualitárias e móveis.

Foucault centra-se na descoberta dos micro-poderes disciplinares, surgidos durante o Século XVIII, que visavam a administração do corpo individual em consonância com a gradativa formação de um conjunto de instituições sociais como exércitos, fábricas, hospitais e escolas. Tal como Hannah Arendt (1999), que identificou o processo de banalização do mal por meio da teia burocrática, Michel Foucault percebe que esse mecanismo de controlo e subjugação do indivíduo só é possível numa sociedade tecnologizada, ou seja, a partir do momento em que se desenvolvem sistemas - dos mais diversos - processuais, físicos, matemáticos, arquitectónicos, para servir a esse propósito.

É, portanto, a partir de um poder diluído, discreto, economicamente calculado, distribuído entre várias instâncias, que o controlo torna-se mais eficaz. A dupla função de vigiar e adestrar o indivíduo está na escola, nos quartéis, nas casas de saúde e em todas as instituições com suas respectivas disciplinas - e sistemas próprios de *pequenas* punições e diversas gradações hierárquicas, que deveriam mimetizar o tribunal e também ser uma espécie de mini-sociedade.

O poder na forma como é pensado por Michel Foucault é, assim, algo que se dissolve e permeia toda a sociedade. Ou seja, para ele, o poder não parte de uma origem e vai até os corpos dos indivíduos. Antes, pelo contrário, cada indivíduo - logo, cada corpo - já tem

nesse processo uma certa cota de poder, pois fora desde sempre colonizado, apropriado, investido e transformado por este poder (Foucault, 2006; p. 44). Só assim é possível fazer parte da rede, ou seja, da sociedade. Tamanho e sofisticado sistema de poder não poderia prescindir de um discurso que o validasse. Até porque, para Foucault, a legitimação e a distribuição do poder passa necessariamente pela constituição dos saberes. Ele diz que o par *série de práticas/regime de verdade* forma o dispositivo *saber-poder*, “que marca efectivamente no real o que existe e o que não existe e submete-o legitimamente à demarcação do verdadeiro e do falso” (Foucault, 2008; p.15).

Assim, a construção de um discurso que permitirá o surgimento, o crescimento e a manutenção de um determinado modelo de poder é fundamental para que este se estabeleça e se consolide. Foucault (2008, p. 19) qualifica então as primeiras teorias de economia política, surgidas no Século XVIII, como o instrumento intelectual que irá sustentar a razão governamental moderna, ou seja, que irá sustentar o liberalismo. Para ele, só será possível entender o que é biopolítica se primeiro entendermos o regime geral da razão governamental moderna, ou seja, os fundamentos do liberalismo. Será nesse contexto que ele irá inscrever o “problema da filosofia utilitarista” e, por isso, é esta mesma matriz muito importante para uma análise que envolva os principais cânones do jornalismo moderno aqui estudados, destacadamente, a noção de objectividade.

A economia política – expressão que surge entre 1750 e 1820 - seria, segundo Michel Foucault (2008; p. 21), uma espécie de “reflexão geral sobre a organização, a distribuição e a limitação do poder numa sociedade”. Esse dispositivo teórico possibilitou um dos pontos mais importantes da nova dinâmica de poder identificada por ele: a auto-regulação. Agora, o direito já não iria mais aparecer como algo extrínseco ao poder e, portanto, capaz de lhe apontar seus limites - como ocorriam com as questões jurídicas levantadas ao longo dos Séculos XVI e XVII. O direito passaria a ser intrínseco ao governo, estaria incorporado a ele, por meio de uma noção de autolimitação: os limites do Estado são estabelecidos não por um direito divino ou original, anterior e exterior a este Estado, mas por um direito negociado no seu interior, através de uma transacção - isto é, acção entre as partes - que envolve toda uma série de acordos, conflitos, discussões e concessões recíprocas.

Todo um conjunto lógico-instrumental vem permitir esta racionalização do poder - conjunto esse que passa por cinco condições básicas: 1) o direito deixa de ser visto como algo que existe *além* do Estado ou algo dado antes dele, passando a ser algo estabelecido na parte de dentro do Estado; 2) os limites são gerais, ou seja, não visam circunstâncias específicas, mas princípios gerais e válidos para todas as circunstâncias; 3) como o princípio,

no sentido de início, dessa limitação não deve - ou não carece de - ser buscado no que é exterior, mas no que é interno à prática governamental - isto é, nos objectivos do governo - será no interior deste governo que serão discutidos e negociados os seus limites; 4) os limites são traçados no súbditos, a linha demarcatória serão as coisas a fazer e os meios para empregá-los de um lado e as coisas a não fazer do outro, ou seja, do ponto de vista do que convém e do que não convém; 5) não será mais a questão do abuso do governo que se irá objectar, mas sim o excesso de governo.

É, pois, justamente a todo esse sistema que nasce neste ponto da História que floresce isso que Michel Foucault vem chamar de biopolítica: uma nova lógica de governo e de Estado, um novo discurso e conjunto de práticas, onde as questões são colocadas sob a óptica do *sucesso* ou do *fracasso* e não mais da legitimidade ou não do poder soberano. Ele diz: “as Luzes que descobriram as liberdades inventaram também as disciplinas” (Foucault, 2009; p.209).

O que se tem aqui, então, é que esse período localizado pela tese foucaultina é também – e talvez não por acaso – o momento histórico imediatamente anterior àquele em que emerge uma aposta no poder da imprensa e da comunicação periódica para trazer “a *iluminação* generalizada ao género humano” (Foucault, 2008; p.23) e quando começa a emergir toda uma percepção sobre o campo estratégico do entendimento comum das verdades e sentidos partilhados entre os leitores, conforme visto no ponto 1.2 desta dissertação.

Em conclusão, se temos em Foucault a constatação de todo um paradigma biopolítico, por meio de sistemas regulatório dos corpos, através das disciplinas, das instituições e do controlo da biologia social, por meio de organismos e políticas estatais (Foucault, 2009; p.267), podemos dizer que temos aqui o modelo de sociedade total e completamente instrumentalizada, a exemplo do que descreve Hannah Arendt (2001). Isso significa que, se agora o homem já não é mais homem servo e controlado individualmente pela força, mas sim «homem-estatística», parte de uma massa - ou, antes, peça de uma engrenagem que tem de estar sempre a mover e cujo arranjo não é nada fácil de perceber e identificar, posto que o *poder* está dissolvido, infiltrado, ramificado, por todo o sistema de funcionamento/produção, em toda a sociedade - será também esse o modelo paradigmático da também emergente *opinião pública*.

Por outras palavras, é possível dizer, no âmbito deste estudo, que será o homem como peça funcional da sociedade o ser ideal paradigmático, tanto no juízo de quem lê quanto no de quem escreve na imprensa.

Não será preciso, antes pelo contrário, abandonar as evocações das liberdades,

muito menos de igualdade ou de fraternidade, por exemplo, para evocar a necessidade da construção de um modelo social eficiente, onde cada indivíduo e seu corpo, seus apetites e seus consumos sejam estatisticamente relevantes para o sucesso de todo o conjunto - e, da mesma forma, possam vir a representar também potenciais riscos de fracassos para um projecto de sociedade, se estiverem mal enquadrados ou desajustados nesse cálculo.

Neste ponto, pode-se dizer, portanto, que uma vez colocadas as premissas fundamentais para o entendimento da dinâmica de poder na sociedade moderna, parece ser razoável pensar que o modelo de comunicação social ideal, expresso por meio de um jornalismo que se pretende - à medida que resguarda determinados rituais, mesmo quando renega esta terminologia - objectivo e neutral, emerge, no final das contas, dessa mesma matriz biopolítica.

CAPÍTULO II

2. A Inquietação diante do discurso proferido pelos *media*

Pensar o rito da objectividade jornalística a partir da breve identificação dessas construções arqueogenealógica feitas no capítulo anterior resulta na desconfiança de que um ritual estratégico obediente a um rol de factores elencados com o propósito de conferir objectividade a uma determinada prática, ainda que conseguisse ser muito bem fundamentado e estruturado, não estaria, necessariamente, livre de impregnações vinculadas a um determinado sistema de saber (Moraes, 2010) e de, consequentemente, reproduzir valores e paradigmas ligados a essa matriz.

Como já se viu, o ritual estratégico da objectividade jornalística vem sistematicamente sendo posto em causa ao longo do tempo. No entanto, de uma forma ou de outra, ele persiste como um forte referencial para a actividade. Pode-se dizer, inclusive, que a própria necessidade de denegação desse sistema de conduta é uma prova do quanto ele é presente e do quanto se impõe numa certa ortodoxia profissional. É perante esta *práxis* tão arraigada quanto resistente que se fazem importantes os exercícios de descodificações discursivas sobre aquilo que é o fruto palpável da actividade profissional: as peças noticiosas, isto é, aquilo que efectivamente é dito pela imprensa.

Michael Foucault diz em “A Ordem do Discurso” (1971) que a inquietação diante de um discurso é a inquietação de supor poderes e perigos que mal se imagina, inquietação de supor lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tempo reduziu as asperidades. Ou seja, com o tempo e com certas lapidações - que só processos arqueológicos dos saberes poderão dar conta de identificar -, os discursos vão sendo moldados, absorvidos e elaborados, para que deles “sejam retirados os perigos dos acontecimentos aleatórios”.

Dessa forma, os discursos não só reproduzem paradigmas como também e, principalmente, constroem/destroem, ratificam e rectificam poderes. Isso, via de regra, por meio de uma íntima relação entre os saberes e seus detentores «autorizados».

O controlo da produção geral dos discursos é amplo, sofisticado, invisível e até mesmo inconsciente - contrariando muito o que supõem alguns entusiastas das teorias da conspiração em relação especificamente aos *media*, por exemplo. Foucault (1971) aponta que estão envolvidos aí processos externos - interdição da palavra, segregação da loucura, vontade

de verdade; processos internos - comentários, autor e disciplinas; e procedimento de imposição de regras aos sujeitos do discurso - ritual, sociedade de discurso, doutrina.

Por razões de ordem prática, não é o propósito aqui ir aos pormenores de cada um desses processos e conceituações, mas o que cabe ressaltar é a intenção de, a partir desses apontamentos, propor um exercício de sondar no conjunto de uma cobertura noticiosa aquilo que de facto ela nos diz. Afinal, para além do discurso estão as razões e as causas, aquilo que Michel Foucault define da seguinte forma:

[o discurso] não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo, é visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar. (Foucault, 1971; p. 9)

2.1 Uma grelha analítica para ler as notícias sobre Israel-Palestina

Ângela Teixeira Moraes (2010, p. 22) ressalta que a “análise do discurso proposta por Foucault é um esforço de interrogar à linguagem o que foi efectivamente dito, sem a intencionalidade de fazer interpretações reveladoras de verdade e sentidos ocultos”. Portanto, a análise de discurso sob uma óptica foucaultiana será empregue aqui nesta tese como uma maneira de buscar trazer à tona alguns valores e axiomas que permeiam o discurso jornalístico, dentro de um paradigma biopolítico, que possam influenciar e direccionar a compreensão dos factos relatados nos textos.

Se o ritual da objectividade jornalística, desgastado ou não, ainda é invocado como um exercício instrumental capaz de conferir maior exactidão à produção noticiosa, isto é, como um conjunto de características e técnicas próprias da profissão, é principalmente porque, para além disso, o que se vislumbra é uma perspectiva de ratificação do jornalismo como sector relevante para as articulações e debates sociais.

Dentro dessa perspectiva, Michael Schudson (2008) delinea seis funções básicas para uma actividade jornalística de qualidade inscrita em uma sociedade democrática: 1) papel vital na tarefa de informar o público; 2) investigar a acção dos diversos agentes de poder - dentre eles, o político; 3) função de análise, fornecendo quadros de interpretação que tornem compreensíveis e coerentes aspectos mais complexos do mundo; 4) empatia social, isto é, a transmissão de histórias de interesse humano provindas de pontos de vista e modos de vida que compõem o mundo – concedendo aqui espaço às vozes menos favorecidas pelas restantes instâncias sociais; 5) ser gerador de espaço público; 6) ser agente de mobilização,

advogando a favor de determinadas perspectivas ou programas políticos. Gil Baptista Ferreira (2011) considera ainda que esse sexto quesito é explicado de uma forma um tanto obscura por Schudson, uma vez que este não esclarece quais seriam os critérios para a eleição de tais perspectivas ou programas políticos, embora sublinhe que é papel de um veículo de qualidade deixar claro quais são as suas orientações e causas pelas quais advoga; assim, neste ponto, Ferreira inclui ainda um sétimo item: a divulgação da própria democracia – mais precisamente da democracia representativa.

Já Moraes (2010) diz que uma prática jornalística contemporânea que pretendesse considerar os moldes do raciocínio crítico foucaultiano deveria levar em conta as seguintes questões: a) que as opiniões e visões de mundo emitidas pelas fontes estão vinculadas a um sistema de saber – logo, alguns saberes são mais «legítimos» em uma determinada cultura e momento histórico, mas não necessariamente melhores; b) que as palavras, apesar da materialidade, significam coisas diferentes, dependendo da forma discursiva em que e os sentidos que estão inseridas – logo, é preciso investigar os sentidos que rodeiam os termos empregados pelos sujeitos, abdicando de sua aparente obviedade; c) que os sujeitos estão inseridos em ordens discursivas que os condicionam parcialmente, assim, o que as instituições permitem ou não permitem que seja dito precisa ser descrito, ao invés de se atribuir às falas como advindas de uma autonomia plena dos sujeitos; d) que vários discursos constituem os sujeitos, não se podendo reduzir a compreensão dos discursos a categoria político-ideológicas, sendo que em diferentes situações, o crivo religioso, estético ou cultural pode ser mais relevante que o crivo da “luta de classes”; e) que relacionar práticas discursivas a uma conjuntura histórica ultrapassa a mera associação entre os dizeres e as situações económicas e políticas imediatas, pois há um sistema de pensamento que subjaz aos argumentos e engendra as situações onde eles surgem; f) que um texto jornalístico que consiga um alto grau de heterogeneidade discursiva não necessariamente se deve ao número de sujeitos entrevistados - a quantidade torna-se relevante em relação à heterogeneidade dos pontos de vista apresentados.

É possível tomar esses itens elencados por Moraes como um rol de conceitos preventivos para uma prática jornalística menos condicionada, mais crítica e mais plural, numa perspectiva que poderia ser complementar ao esquema identificado por Schudson - pois, se este autor lista quesitos que compõem um papel aceite como socialmente relevante para o jornalismo numa perspectiva democrática, as considerações de Moraes podem ser tomadas como um guia prático para uma leitura crítica daquilo que toma forma assumindo os nomes técnicos de *notícia*, *matéria* ou *reportagem*, por exemplo. Dessa forma, ambos os esquemas

são úteis como referência para a composição de uma grelha analítica para verificar *corpus* seleccionado para esta tese.

Portanto, com base no cruzamento dos esquemas identificados por Schudson e por Moraes, é que foi traçada a grelha a seguir. Com ela vamos verificar como dois jornais portugueses de referência, o *Público* e o *Diário de Notícias*, saíram-se na cobertura do ataque da flotilha de ajuda humanitária que se dirigia a Gaza em Junho de 2010. Assim, os textos seleccionados serão sondados a partir das seguintes questões:

a) De quem são as opiniões expressas e a que sistemas de saber elas estão vinculadas ou parecem estar vinculadas?

b) Sob quais registos a heterogeneidade dos textos, ou seja, a diversificação das fontes faz explicar ou dá a conhecer os pontos de articulação envolvidos na questão central da sequência noticiosa (isto é, do ataque perpetrado por Israel à flotilha)?

c) O que de facto pretendia Israel a partir do ataque?

d) Quem fala por Israel?

e) Quem fala pela Palestina?

f) Quem sofre com o embargo económico - que é a causa principal do desenrolar de todo o acontecimento ora noticiado - e quais são as suas implicações nas esferas social, política, económica e militar?

CAPÍTULO III

3. O noticiário israelo-palestino em Portugal em de Junho de 2010

O acontecimento principal sobre o qual esta análise se debruça - isto é, a acção perpetrada por Israel sobre a flotilha de ajuda humanitária que se dirigia à Faixa de Gaza - ocorreu na madrugada do dia 31 de maio de 2010 e chegou às páginas dos jornais impressos no dia 1 de Junho daquele ano, quando já havia sido noticiado pelos meios electrónicos da Internet, pelas televisões e pelas rádios, e já ganhava repercussão junto aos governos de diversos países, assumindo tom de crise junto a organismos internacionais, mais precisamente na Organização das Nações Unidas (ONU) e na North Atlantic Organization (NATO) - organismos nos quais a Turquia, na qualidade de país membro, solicitou, na altura, reunião em carácter emergencial, exigindo sanções a Israel.

O navio que foi alvo do primeiro ataque carregava a bandeira turca, assim como outros da flotilha - apesar de transportarem voluntários que representavam movimentos civis de diversas nações, a fim de levar mantimentos e bens de consumo à população da Faixa de Gaza, sitiada havia na altura três anos por Israel, com a colaboração do Egipto, com quem também faz fronteira.

Diante de tais factos e dada a fragilidade das relações e a magnitude dos actores envolvidos no episódio, na cena política internacional, é esperável que o material entregue ao leitor pelos jornais impressos, já no primeiro dia de veiculação das notícias, propusesse-se a ser uma cobertura mais alargada, que superasse o que já havia sido noticiado pelos meios electrónicos, sendo capaz de avançar em os pontos ainda obscuros do acontecimento e de oferecer também uma perspectiva concreta sobre o que seria possível antever sobre o desenrolar do episódio naquele momento. Porque, afinal, isso é o que se espera, convencionalmente, dos veículos impressos de referência.

Na sequência dos trabalhos - como nos dias que se seguiram assunto não se esgotou nem tão pouco se resolveu - o desafio posto aos jornais impressos era, assim, o de permanecer no acompanhamento do caso e conseguir, ao mesmo tempo, dar a ele uma dimensão que, de um lado, não subestimasse os ecos e os desdobramentos do acontecimento e, por outro, não os superdimensionasse com alarmismos e abordagens apressadas - ou seja, o desafio perpétuo posto aos *media* de referência, nas grandes coberturas, sobretudo as que envolvem acontecimentos de magnitude internacional: ser capaz de dimensionar os factos e

de interpretar a realidade com as máximas correcção, precisão e exactidão possíveis, enquanto tudo ainda está a se desenrolar sob os olhos. Algo que Francisco José Karam (1997) sublinha da seguinte forma:

[o dever de dar ao leitor] o acesso imediato ao todo - plural e diverso - que está sendo produzido no espaço social da humanidade e no tempo presente, ao qual se agarra o passado e sobre o qual se projecta o futuro humano, cuja maior ousadia é precisamente construir aquilo que ainda não é e sobre o qual não há nada que possa garantir que um dia seja (Karam, 1997; p.16).

A leitura crítica a ser empreendida neste trabalho será, portanto, sobre uma selecção de notícias veiculadas no âmbito de uma cobertura «quente», conforme se diz no jargão jornalístico. Será feito um acompanhamento atento dos conjunto noticioso desde o acontecimento original, com uma vista minuciosa sobre aquilo que foi possível ser dito pelos *media* no primeiro dia em que deram início ao intento de reportar o facto «anormal», isto é, uma situação ou acontecimento que «quebra» a continuidade de dado quadro ou cenário. A grelha analítica desenvolvida no capítulo anterior será, portanto, aplicada às notícias veiculadas pelo *Diário de Notícias* e pelo *Público*, no dia 1 de maio de 2010, relativamente ao ataque perpetrado por Israel à Flotilha da Liberdade, em águas internacionais.

A partir dos pontos identificados na primeira etapa, a leitura segue no sentido de buscar verificar se os mesmos estão presentes também nas notícias subsequentes, ao longo de toda a primeira semana de cobertura. Para fechar a análise, o mesmo será feito com as matérias da segunda semana da cobertura, novamente com a leitura em pormenor das matérias relativas ao dia 15 de Junho de 2010, quando é possível considerar que a cobertura se encerra no âmbito dos jornais tomados para este estudo. A intenção é também observar como o assunto arrefece e sob quais registos dá-se o encerramento das coberturas. A tabela com os títulos das peças noticiosas analisadas constada próxima página.

Tabela 1: lista do material impresso analisado^(1,2)

Jornal	Dia	Página	Títulos referentes às matérias principais nas páginas ou a matérias independentes, em páginas abertas com outros temas
DN	1	25	Turquia leva ataque à ONU e à NATO
DN	2	4	Israelitas divididos sobre ataque
DN	3	24	Israel enfrenta retaliação turca
DN	4	23	Israel recusa comissão de inquérito internacional.
DN	6	25	Israel captura navio irlandês que navegava rumo a Gaza
DN	7	20	Navio turco levava “mercenários”
DN	8	21	Israelitas travam ataque por mar
DN	9	20	Israel anuncia comissão para investigar incidente naval
DN	10	25	Israel disposto a reduzir bloqueio a Gaza
DN	11	23	Um Erdogan nascido em Gaza
DN	12	48	Hamas sem acesso a ajuda dos EUA
DN	14	23	Líder da Liga Árabe em Gaza
DN	15	19	Israel cria comissão sem poderes.
DN	16	22	ONU vai entregar a Gaza carga apreendida por Israel
Público	1	2 a 4	Israel, acusado de terrorismo de Estado, enfrenta indignação global
Público	2	13	Turquia faz guerra diplomática a Israel e aumenta pressão sobre Obama
Público	3	14	Israel resiste à pressão para levantar bloqueio
Público	4	14	Israel reafirma bloqueio a Gaza, mas admite “formas criativas” para fazer chegar a ajuda
Público	5	12	"Não matará", diz Erdogan em hebraico a Israel?
Público	6	12-13	Israel respira de alívio após abordagem sem violência a navio irlandês
Público	7	14-15	Bento XVI pede esforço para evitar “maiores tragédias”
Público	8	14-15	Israel admite comissão de inquérito com estrangeiros?
Público	9	14	Deputados árabes israelitas alvo de ameaças
Público	10	17	Situação em Gaza é “insustentável”, diz Obama
Público	11	26-27	Judeus europeus pretendem chegar por mar à Faixa de Gaza
Público	14	15	Secretário-geral da Liga Árabe visita a Faixa de Gaza
Público	15	23	Israel apresenta comissão de inquérito interna
Público	16	12	Irão prepara navios com ajuda para Gaza e Israel admite aliviar bloqueio

¹ Em ambos os jornais, todas as edições entre os dias 1 e 15 de Junho foram verificadas. Assim, constam da coluna de dias somente aquelas edições impressas que trouxeram algum registo sobre o tema.

² Nesta tabela foram registados os títulos das matérias principais de cada página sobre o tema em linha correspondente ao dia e ao respectivo jornal, assim como os títulos de matérias secundárias que foram veiculadas em páginas abertas por outros assuntos.

3.1 Uma leitura crítica do primeiro dia das notícias sobre a Flotilha da Liberdade

Ao se verificar o início das coberturas acerca dos acontecimentos com a Flotilha da Liberdade, nos dois jornais pesquisados, tem-se que no dia 1 de Junho de 2010, a notícia do ataque e da crise por ele desencadeada ganha destaque nas capas de ambos os veículos. O *Público* dedicou seu editorial ao tema nesta data e, para além disso, dedicou três de suas páginas internas ao assunto, ocupando as páginas de abertura do periódico (pp. 2-4). Este jornal fez uso de fotos, matérias secundárias, caixas com pormenores e um texto analítico-opinativo (ver figuras 2, 3 e 4). O espaço dedicado ao acontecimento pelo *Público* superou, em duas páginas, o do *Diário de Notícias*, que abriu a secção *Globocom* o tema, na página 25 da edição do mesmo dia (ver figura 1).

Apesar de ter sido superado no espaço total dedicado ao tema, é possível dizer que o *Diário de Notícias* alcançou, no primeiro dia das coberturas, uma performance mais objectiva que a do *Público*. Para além disso, o *DN* também conseguiu dar uma dimensão contextual um pouco mais alargada sobre a situação na Faixa de Gaza, que era, afinal, a razão da movimentação da flotilha e da reacção militar de Israel.

3.1.1 A observação dos títulos

A observação inicia-se aqui pelos títulos de cada uma das matérias, com seus respectivos antetítulos (frase em letras menores que vem acima do título) e subtítulos (frase ou pequeno parágrafo, em letras menores, que vem abaixo do título)³:

Público(p.2)

Título: *Israel, acusado de terrorismo de Estado, enfrenta indignação global*

Antetítulo: *Bloqueio a Gaza – Nove mortos em ataque para impedir passagem de ajuda humanitária*

Subtítulo: *Exército hebraico tenta justificar com vídeos o ataque a uma frota de ajuda humanitária para Gaza em águas internacionais*³

Diário de Notícias(p.25)

Título: *Turquia leva ataque à ONU e à NATO*

Antetítulo: *CRISE - Obama exige investigação da agressão de Israel a um barco turco em águas internacionais. Houve dez mortos*

³ Os títulos, os antetítulos e os subtítulos foram grafados em itálico na transcrição feita nesta página para diferenciá-los do corpo do texto da dissertação e, ao mesmo tempo, para evitar as aspas.

O título do *Público* chama para uma situação subjectiva, pois, para efeitos práticos, o que seria a “indignação global”? Israel estaria a sofrer sanções? Se sim, de que níveis? Israel estaria a ser alvo de acusações? Se sim, em quais fóruns e que acusações seriam essas? Subjectivamente, o que se pode ler é: Israel fez algo que irritou outras nações.

Mas o que fez exactamente Israel, quais nações estariam irritadas e quais as consequências imediatas disso são questões que ficam em aberto no conjunto de chamadas de apresentação da matéria principal. O subtítulo complementa o enfoque do título, mas não responde essas questões objectivas. Em vez disso, adianta a defesa apresentada por Israel, ao afirmar que o país estava a tentar “justificar com vídeos o ataque a uma frota de ajuda humanitária para Gaza em águas internacionais”.

O antetítulo, embora faça uma boa *suíte* (termo jornalístico que designa o resgate de uma história anteriormente noticiada para contextualizar uma informação), em referência ao facto que deu origem à notícia (o ataque à flotilha, que havia resultado em morte de civis e o bloqueio a Gaza), também não dá conta de esclarecer o que anuncia o título, isto é, quem foi o autor do ataque (Israel) e no que isso, objectivamente, estava a resultar no cenário global.

Já o título adoptado pelo *Diário de Notícias* centra-se num “facto objectivo”. Referindo-se à informação de que a Turquia estava a levar o ataque à ONU e à NATO, isto é, aquele país estava a exigir debates e medidas concretas em torno da ocorrência, junto aos legítimos fóruns internacionais, o que exigiria uma tomada de posição por parte desses organismos, assim como uma resposta por parte de outros países passíveis de fazer a diferença no desenrolar político e militar do acontecimento.

O antetítulo do *DN* segue com um complemento relevante e coerente para o que a questão suscita, ao noticiar a posição expressa pelo presidente norte-americano, Barack Obama. Afinal, do ponto de vista da objectividade do que estava a ser reportado, este personagem, na qualidade de presidente dos Estados Unidos da América (EUA), aparece como figura-chave na repercussão dos acontecimentos, cujo posicionamento, atitudes e deliberações poderiam não só influenciar como definir o desenrolar dos acontecimentos, dado o poderio bélico dos EUA, seu histórico apoio a Israel e todo o eixo de tensões político-ideológicas que aquele país mantém com diversas nações a oriente. Esse mesmo antetítulo também consegue fazer referência ao facto principal (o ataque a uma frota de ajuda humanitária em águas internacionais) e humanizar a notícia, ao referir-se aos 10 mortos – sendo que o avanço militar sobre civis que seguiam em missão humanitária e, até onde se sabia, de forma pacífica, em águas internacionais, ao ponto de resultar em mortes, é um dos mais relevantes dados para o que estava sendo colocado em causa pela Turquia: se Israel teria

de facto cometido abusos e agido para além dos seus legítimos direitos de defesa de território.

A discrepância de números reportados pelos dois jornais (nove no *Público* e 10 no *Diário de Notícias*), não será colocada em causa nesta análise. Basta registar que, mais tarde, ambos os jornais passam a falar em nove mortos.

3.1.2 A observação dos *leads*

Na sequência da análise é preciso avançar para uma verificação dos *leads* das matérias principais no primeiro dia das coberturas. Novamente é possível dizer que o *Diário de Notícias* também se saiu mais objectivo neste quesito.

Na abertura do texto, o jornal conseguiu responder «o que» era o facto central da notícia: que a Turquia havia levado o caso aos organismos internacionais e que isso, junto a toda a reacção registada em outros países, era um sério sinal de crise no cenário internacional (entre países de relações tensas e de forte poderio bélico); situar «quando» tudo teria ocorrido: entre a madrugada do dia 31 de maio e o dia 1 de Junho; «quem» eram os principais actores envolvidos: Israel e Turquia; e «onde»: que no caso dessa notícia é num espaço geograficamente indefinido, mas delimitado pelo reconhecimento de organismos que representam e legitimam os acordos e regras que regem as relações entre as nações: a ONU e a NATO (e talvez não por acaso a ONU venha em primeiro lugar no ordenamento frásico, uma vez que, diferentemente da NATO, não representa apenas um eixo e tão pouco está intimamente ligada à defesa militar de apenas uma parte do globo, mas em vez disso carrega o objectivo declarado de facilitar a cooperação entre os países e a realização da paz mundial, desde a sua fundação, em 1945, após a II Grande Guerra, reunindo a maior parte dos estados soberanos do mundo); informou «como» as coisas estariam a ocorrer: por meio das petições oficiais encaminhadas aos organismos internacionais e também da convocação de diversos embaixadores em Israel; e, ao delimitar o «porquê» consegue com isso fazer também uma boa *suíte*, isto é, remeter ao facto original que teria desencadeado todo o acontecimento ora reportado: o porquê era, afinal, a acção perpetrada por Israel sobre a flotilha de ajuda humanitária, em águas internacionais, na madrugada anterior. Eis o *lead* na íntegra:

‘Inaceitável’, ‘desproporcionado’ e ‘chocante’ foram os termos ontem mais utilizados pelos responsáveis internacionais ao condenarem o ataque de Israel ao *Mavi Marmara*, um dos seis barcos da Flotilha da Liberdade. Este ataque – ocorrido às primeiras horas da manhã em águas internacionais – provocou 10 mortos e mais de 60 feridos e levou vários países a convocar os embaixadores de Israel para lhes pedir explicações. Um desses países foi a Turquia, cuja bandeira flutuava no mastro do *Mavi Marmara*.

Ancara pediu ainda reuniões urgentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas e da NATO. (Diário de Notícias, p. 25)

É preciso salientar, no entanto, que os adjectivos utilizados logo na primeira frase do texto poderiam ser apontados como elementos que depõem contra à objectividade desse *lead*, mas ao ganharem aspas essas peças sintácticas deixam de pertencer ao jornal ou ao redactor e são atribuídas, conforme diz o texto, “aos responsáveis internacionais”. Conforme já se viu, esse é um recurso accionado com frequência no ritual estratégico da objectividade, que serve para indicar que a opinião expressa no texto pertence a alguém de relevância para o entendimento da história narrada e que será apresentado logo a seguir.

No caso do *lead* em questão, os donos das aspas não foram nomeados individualmente; permaneceram como uma entidade subentendida no *lead*, “os responsáveis internacionais”. Ao classificá-los assim, poder-se-ia criar a expectativa de que essas figuras viriam a ser devidamente identificadas na sequência do texto, isto é, os parágrafos subsequentes tratariam de apresentar quem são essas pessoas e em nome de que nações falam elas - afinal, não há um governo internacional instituído e, logo, não pode haver um responsável internacional ou um grupo de “responsáveis internacionais” facilmente identificáveis pelo leitor, donde é possível concluir *priori* que o termo serviu para designar um grupo determinado do qual trata aquele texto em específico, isto é, as nações referidas ao longo da matéria, não directamente envolvidas no acontecimento, mas cujas autoridades se posicionaram perante ele.

Muito embora, conforme se verá mais tarde nesta análise, os adjectivos que abrem a matéria não tenham voltado a aparecer textualmente na fala de nenhuma liderança identificável, não sendo possível saber quem de facto havia adjectivado o acontecimento com aquelas palavras, esses elementos sintácticos, uma vez acompanhados das aspas, não chegaram a comprometer a objectividade do *lead* propriamente dito.

Já o *lead* do *Público*, por sua vez, é composto de forma analítica:

A primeira peça do dominó caiu e não é possível prever onde irá parar a reacção em cadeia. Tudo começou com um ataque das forças israelitas a uma pequena frota que levava ajuda humanitária à Faixa de Gaza, fazendo nove mortos. À hora do fecho desta edição, o Conselho de Segurança discutia um texto que condenava a ofensiva, pedia um inquérito internacional e defendia o fim do bloqueio a Gaza, numa reunião de emergência pedida pela Turquia. (*Público*, p. 2).

A primeira frase não se refere directamente a nenhum facto objectivo e poderia

servir para um noticiário de qualquer outra natureza. Em seguida apresenta-se logo a *suíte* que, para além de remeter ao facto anterior original, também explica, antecipadamente, o «porquê» da notícia que estaria por vir: “Tudo começou com um ataque das forças israelitas a uma pequena frota que levava ajuda humanitária à faixa de Gaza, fazendo nove mortos”. Quanto aos elementos formais típicos do *lead*, o que se tem neste corte de texto é que o «o quê» noticioso centra-se no facto de que até à hora do fecho da edição, o “Conselho de Segurança discutia um texto que condenava a ofensiva, pedia um inquérito internacional e defendia o fim do bloqueio a Gaza, numa reunião de emergência pedida pela Turquia”.

Ou seja, o cerne da notícia era: o maior e mais significativo organismo internacional (uma vez que o termo ONU ficou subentendido) discutia uma petição da Turquia contra Israel e em favor de Gaza. Assim, o facto reportado pelo *lead* do *Público* é um facto em aberto. Dessa forma, todas as informações adjacentes ganham tom de relevantes indicadores do que estaria por vir.

Apesar do conteúdo analítico do *lead* e da subjectividade do seu título, a matéria do *Público* desenrola-se numa narrativa que apresenta todos os demais atributos típicos do ritual da objectividade, fazendo uso da pirâmide invertida (onde a informação identificada como a mais importante para o texto é apresentada primeiro), utilizando aspas para sustentar as informações, apresentando, na sequência dos parágrafos, diferentes versões sobre o acontecimento e fazendo uma distinção gráfica clara entre a peça noticiosa e a caixa que trazia um texto facilmente identificável como opinativo.

3.1.3 A observação do restante dos textos

No *Público*, o texto da matéria principal desenrola-se com as acusações perpetradas pela Turquia e a explicação de que, embora os seis navios tivessem bandeira turca, àquela altura ainda não era conhecida a nacionalidade das vítimas. Logo no segundo parágrafo é feita uma referência ao primeiro-ministro turco, Recep Tayyip Erdogan, com aspas para designar o termo que ele teria utilizado para classificar a acção israelita: “terrorismo de Estado” e, logo adiante, outras aspas atribuídas ao mesmo personagem surgem novamente: “‘A lei internacional foi espezinhada’, disse ainda o dirigente turco (...)”.

Na sequência, o texto fala ainda de 10 mil pessoas que teriam estado numa praça em Istambul (na Turquia) para protestar. No quinto parágrafo, surge uma informação não atribuída a nenhuma fonte específica: “há quem diga que este pode ser o ponto de viragem para o fim do boqueio à Faixa de Gaza, em vigor há quase três anos. Há quem tema uma

terceira intifada”.

No parágrafo a seguir, o jornal relata que “no plano internacional, o coro de reacções não se fez esperar” e que isso teria vindo “tanto de inimigos como de aliados, tanto do gabinete de políticos como da rua” e cita o jornal israelita *Ha’aretz*, para o qual um analista militar, identificado pelo nome de Amos Harel, teria dito: “Será muito difícil exagerar o dano que Israel causou a si próprio a nível internacional” - deve-se sublinhar aqui que o verbo “exagerar” atribuído à fonte ouvida pelo jornal israelita e transcrita pelo *Público*, aparentemente, foi mal traduzido para o contexto. Se foi mesmo esse o termo usado, o que se pode deduzir é que a fonte quis dizer que não seria exagero pensar que Israel colheria sérios danos como consequência do ataque que promoveu; mas há ainda a hipótese de erro de digitação, sendo cabível especular que o verbo original pudesse ser “enxergar”, o que tornaria a declaração mais clara e objectiva, justificando a sua presença no texto. De qualquer forma, nesta passagem há uma fala em aspas, vinda de uma fonte secundária (um jornal israelita), que pouco ou nada acrescenta à compreensão dos factos e cujo autor, aparentemente, nenhuma relevância terá no desenrolar futuro dos acontecimentos. Mas, para corroborar com toda a tese em causa no texto, isto é, a da “indignação global” dirigida a Israel, essas aspas e essa personagem somaram pontos favoráveis.

Até agora, portanto, já transcorridos os seis primeiros parágrafos da matéria do *Público*, o que se vê é toda uma narrativa do ponto de vista das consequências sofridas por Israel após uma decisão militar. Consequências que incluem: o risco de uma nova intifada, a pressão pelo fim do bloqueio, ataques verbais de populares e políticos mundo afora e todo um tom especulativo que faz pairar no texto a possibilidade iminente do rebentar de conflitos e reacções violentas dirigidas àquele Estado – a começar pela primeira frase do *lead* : “A primeira peça do dominó caiu e não é possível prever onde irá parar a reacção em cadeia”.

A partir desse encadeamento noticioso, claramente evidenciado do ponto de vista israelita (não da razão, mas das possíveis consequências e dos riscos iminentes), já é possível confirmar, com certa segurança, que as nações ocidentais do hemisfério Norte de facto formam o que se pode chamar de *ingroup* neste contexto discursivo, conforme a hipótese aventada inicialmente neste trabalho, com base nos conceitos de Teun van Dijk (2005) sobre a relação *ingroup-outgroup* nos âmbitos noticiosos.

Israel é uma nação apoiada bélica e financeiramente por potências ocidentais, cravada em pleno Médio Oriente, onde está rodeada por nações árabes e/ou predominantemente islamitas, com as quais em sua maioria não mantém relações diplomáticas ou mantém relacionamentos notoriamente frágeis. O *ingroup*, portanto, é mundo

ocidental - seus valores e suas ideologias - que Israel acaba por representar naquele contexto, na qualidade de país francamente apoiado por grandes nações do Ocidente e tratado com muita cautela pelas demais deste lado do planeta.

Enfim, tudo o que o texto do *Público* nos mostra até este ponto da leitura é que, mesmo tendo sido a Turquia a alegada vítima imediata do ataque e o actor que teria levado o caso à discussão nos organismos internacionais, e sendo a Faixa de Gaza (logo, parte da Palestina) a região que deixaria de contar com a recepção da carga de ajuda humanitária que estava a caminho, o foco da notícia é o que irá acontecer agora com a segurança e o equilíbrio de forças relativamente a Israel - esta nação que o Ocidente criou e reconheceu e que se empenha para que seja bem-sucedida e mantida viável.

A partir do sétimo parágrafo em diante, o *Público* segue informando que “várias capitais iam chamando os seus embaixadores em Israel para falarem sobre o sucedido ou iam convocando o representante diplomático no Estado hebraico para lhe pedir explicações”. Diz o texto que, até o fecho da edição, pelo menos 14 nações haviam seguido esse movimento. Para além disso, várias cidades haviam realizado protestos.

No oitavo parágrafo vem a informação de que o primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, voltaria antecipadamente de uma viagem ao Canadá e que, por isso, um encontro já agendado com o presidente norte-americano, Barack Obama, seria cancelado. É quando o texto faz sua primeira referência ao representante dos EUA, para, na sequência, informar que este havia sido “cauteloso” e que divulgara uma nota, por meio de seu gabinete, ressaltando a “importância de se saber todos os factos e circunstâncias em torno dos acontecimentos trágicos, o mais depressa possível”.

Tudo até agora confirma, portanto, a identificação do *ingroup* e o décimo parágrafo é bastante revelador nesse sentido:

Os EUA ficam numa situação difícil, pois a Turquia é um dos seus maiores aliados, não só porque é uma potência muçulmana secular, mas também porque é membro da NATO desde 1952, é sede de vários dos comandos e funciona como a sua fronteira oriental. O episódio pode prejudicar ainda mais a já difícil relação entre Obama e Netanyahu.

O que esse parágrafo diz é que é o Ocidente – e logo, a sua segurança e os seus valores - que está em perigo quando Israel está no olho do furacão, sobretudo quando esses ventos vêm da fúria de outras nações do Médio Oriente, mesmo sendo liderados pela Turquia, um aliado histórico dos EUA e membro da NATO, mas que nem por isso deixa de

constar do *outgroup*, por ser um elemento não-ocidental e, assim, «diferente». Para além disso, confirma o papel táctico de Israel no Médio Oriente.

Notável é também o texto trazer uma oração coordenada, entre vírgulas, fazendo referência à Turquia como uma “potência muçulmana secular”. A expressão usada dentro desse contexto noticioso acaba por denotar uma situação não expressa verbalmente naquele texto: um antagonismo latente entre os países islâmicos do Médio Oriente e as maiores potências económicas ocidentais - a saber, os Estados Unidos e os líderes da União Europeia - e a importância estratégica da Turquia como aliada do bloco ocidental. Porém, o que é curioso é que a designação “muçulmana” não bastou para expressar toda essa ideia - que por si já seria digna de nota, uma vez que, colocada nesses termos, a palavra “muçulmana” gera, automaticamente, uma qualidade àquela república e a coloca numa designação que seria então comum a todas as repúblicas onde a população é de maioria islâmica - e o que quer que seja que isso possa significar a reboque. Foi necessário ainda incluir ali o termo “secular”.

Assim, a ideia por trás de uma formulação como “a Turquia é um dos seus maiores aliados, não só porque é uma potência muçulmana secular (...)” parece denotar que, em primeiro lugar, há algo de extraordinário na secularidade governamental de uma nação cuja maior parte da população é islâmica. Em segundo lugar, essa condição secular é o que permite a Turquia ser uma aliada do Ocidente e, por último, isso a torna um pouco mais razoável e racional do que as nações não-seculares islâmicas.

Nota-se, portanto, que embora não haja nenhuma referência directa a estereótipos como “muçulmano-extremista”, “muçulmano-radical”, “muçulmano- risco-eminente”, a definição dada à Turquia como “potência muçulmana secular” corresponde aos critérios que van Djik lista como tipicamente pertencentes ao tratamento destinado ao *outgroup*, recebendo “uma descrição vaga e geral (...) com significação implícita e sem o devido suporte argumentativo”(2009; p. 123).

A sequência informativa que segue a partir deste ponto corrobora com a identificação já feita aqui a respeito do *ingroup* formado a partir de uma noção de pertença a uma “ocidentalidade a ser defendida” ou uma visão “ocidentalista” dos factos. A partir desse ponto, o texto segue a reportar as posições de Alemanha e França – duas vozes de peso no contexto da União Europeia (UE), reproduzindo em aspas a fala do ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, que enfatizava “reconhecer o direito de Israel de defender-se, mas que esse direito deve ser exercido no quadro de uma resposta proporcional (...)”.

Também foi ministro dos Negócios Estrangeiros a autoridade a falar pela França e a ele foi atribuída uma curta frase para expressar a posição frente ao acontecido: “profundo

choque”. A posição de Espanha, que na altura detinha a presidência rotativa da UE, é informada somente a seguir, numa frase curta e que não especifica quem a teria pronunciado em nome do país para classificar o ataque como “inaceitável”.

Por fim, informa-se que a chefe da diplomacia da UE, Catherine Ashton, havia, por sua vez, pedido um inquérito a fim de apelar a Israel o fim do bloqueio. É precisamente neste ponto que o texto ganha um entretítulo: “Legítima defesa”, iniciando a sequência em que o pronunciamento oficial proferido pelo Estado de Israel viria, finalmente, a ser apresentado. Ressalta-se que o jornal não deixa de fazer, nesta etapa do texto principal, uma abordagem mais crítica a Israel, analisando que o “Estado hebraico terá grande dificuldades em conseguir fazer passar a mensagem de que os militares agiram em autodefesa (...)”, destacando críticas divulgadas pela agência *Reuters* e pelo jornal israelita *Ha’aretz*. Isso após ter informado que o vice-ministro israelita dos Negócios Estrangeiros, Danny Ayalon, havia afirmado que os activistas da pequena frota tinham ligações com a Al-Qaeda e o Hamas, e que aquela autoridade havia queixado de que seus soldados teriam caído numa emboscada.

Portanto, de um ponto de vista de estrutura de pirâmide invertida como técnica usualmente empregue nos *media* impressos, onde as informações mais relevantes são apresentadas primeiro, essa sequência informativa no texto do *Público* revela muito. Naturalmente, saber se de facto foi empregue no referido texto a técnica da pirâmide, de forma consciente, é algo possível de confirmação apenas se a interrogação for feita ao editor da secção, o que já foge da metodologia proposta neste estudo.

Porém, a ordem de apresentação das informações não deixa dúvidas de que, no enfoque dado pelo jornal, o elemento mais importante da notícia eram as dificuldades e os riscos que Israel corria a partir do acontecimento principal e que, por isso, a prioridade é saber como se posicionam as grandes potências ocidentais em relação ao assunto. Os elementos do *outgroup*, isto é, aqueles de fora desse eixo, são retratados ao mesmo tempo como tais e como ameaças em potencial para o rebentar de maiores crises diplomáticas.

Na sequência de sua reportagem especial, em uma caixa que faz as vezes de texto-legenda para uma grande foto (em seis colunas, que ocupa parte da página 2 e da página 3) de um protesto, cujo local não é identificado, o *Público* apresenta uma matéria secundária, cujo título é: “Milhares de pessoas manifestaram-se em todo o mundo”, seguido do seguinte subtítulo: “Árabes israelitas prometem paralisar Israel em protesto contra o assalto naval”. Nesta segunda página é veiculada uma caixa analítica: “Bibi e Barak fabricam um desastre internacional”.

Na terceira página da cobertura especial, a página 4, o título é: “Israel diz que

soldados foram obrigados a disparar para se protegerem dos activistas que atacaram com ‘violência’” e o subtítulo: “Bloqueio a Gaza – Barcos queriam fazer chegar dez mil toneladas de auxílio humanitário”.

Quatro pequenas fotos, que mostravam cenas de vídeos feitas do exterior dos barcos da flotilha, disposta numa composição quadricular, trazem uma única legenda: “Imagens televisivas do assalto ao Mavi Marmara”; ao lado das fotos, uma caixa traz o título: “Frota da Liberdade – Missão juntou activistas de várias áreas e nacionalidades”.

Uma matéria secundária, nesta última página da reportagem especial, encerra a cobertura do primeiro dia no *Público*, com o título: “Bloqueio é um ‘pilar central no conflito contra o Hamas’” e a linha-fina: “Coentros, brinquedos e chocolate proibidos”. Nesta peça, uma foto de uma coluna com o rosto de uma criança, possivelmente palestina, traz o texto-legenda: “As Nações Unidas classificaram o bloqueio a Gaza como ‘um castigo colectivo’, ilegal à luz do direito internacional”.

Quanto ao *Diário de Notícias*, cujo *lead* da matéria principal deste primeiro dia dos acontecimentos se saiu bastante objectivo, o mesmo pode-se dizer em relação ao restante do texto da mesma peça noticiosa. Assim, após uma abertura objectivamente centrada na reacção turca de levar o ataque perpetrado por Israel à ONU e à NATO, o texto segue a informar como esses organismos receberam os pleitos turcos, dando conta da realização de reuniões e explicando, no terceiro parágrafo, que, conforme “um diplomata”, a “NATO não tem propriamente competência para tratar este tipo de situações”, uma vez que a Turquia não havia “invocado o artigo 5º, que prevê assistência a todo aliado que é vítima de ataque (...)”.

No quarto parágrafo, o texto reporta a posição “mais frontal” do primeiro-ministro turco, dando conta de que ele havia classificado o ataque como “terrorismo de Estado” por parte de Israel. A seguir, a matéria informa que a Turquia não havia sido o único país a reagir ao ataque e que “condenações partiram de todas as capitais mundiais, onde em muitas delas se realizaram manifestações de repúdio pela operação israelita e de apoio a Gaza”. Nesta sequência, as reacções do presidente dos EUA e do secretário-geral da ONU são informadas, reportando que eles “exigiram uma investigação total e independente ao ocorrido”.

O nono parágrafo é reservado a informar o regresso às pressas do Canadá de Netanyahu a Israel.

A partir deste ponto, em mais cinco parágrafos, o texto da matéria principal do *Diário de Notícias* dedica-se à *suite* do acontecimento, isto é, à reconstituição dos factos confirmados até então sobre o ataque à flotilha ocorrido na madrugada do dia 31.

O texto revela que “os barcos haviam zarpado de Chipre” e que “tencionavam

atracar” em Gaza. “A bordo seguiam 700 activistas internacionais e dez mil toneladas de ajuda humanitária para a Faixa de Gaza, objecto de um bloqueio de Israel e do Egipto desde 2007”, detalha a matéria nesta altura, informado a seguir que Israel havia feito saber que “não admitiria que os barcos entrassem em águas territoriais de Gaza, sugerindo que todo o material fosse descarregado no porto israelita de Ashodod, a norte da Faixa de Gaza”, assim que o país soube das intenções do Movimento Libertar Gaza.

A matéria descreve ainda que “Israel enviou, durante a noite, três barcos-patrolha armados com lança-mísseis para interceptar, e acabaria por atacá-los”. Após falar das vítimas e informar da presença no *Mavi Marmara* da irlandesa Mairead Corrigan Maguire, ganhadora do Nobel da Paz de 1976, o Diário de Notícias relata as justificações de Israel de que os “militares agiram em autodefesa”,ressaltando que a declaração estava “a ser contestada internacionalmente porque os confrontos ocorreram num barco de pavilhão turco e em águas internacionais”. A peça noticiosa encerra-se no 11º parágrafo, dando conta de que Israel anunciara que faria “chegar a Gaza a ajuda humanitária transportada pela flotilha”.

Na mesma página, numa caixa, o *DN* traz um pequeno texto analítico, com o título: “Consequências – EUA ‘precisam muito mais da Turquia’”. O vice-almirante Reis Rodrigues, vice-presidente da Comissão Portuguesa do Atlântico e Vasco Martins, do Instituto Português de Relações Internacionais de Segurança foram as fontes ouvidas para analisar a situação.

Em termos de elementos gráficos, a página conta com três fotografias, publicadas num mesmo bloco, identificadas pelos números 1, 2 e 3, com as seguintes legendas: “1. Comandos Israelitas interceptam, em águas internacionais, um dos barcos da flotilha humanitária que se dirigia para Gaza”; “2) Em Istambul, milhares manifestaram o repúdio contra a acção de Israel e apoiaram o povo palestino”; “3) Em Sídón (Líbano), uma criança arvora uma bandeira turca”.

Ao pé da página, no canto esquerdo, um infográfico de duas colunas mostra um mapa que traça a rota naval de Chipre a Israel e a região identificada como “zona do ataque”; o pequeno texto informativo diz: “Faixa de Gaza- Encravado entre o Mediterrâneo, o Egipto e Israel, este pequeno território palestino assemelha-se a uma prisão a céu aberto. Mais de um milhão dos seus habitantes são refugiados, 320 mil dos quais vivem abaixo do limiar da pobreza. A Agência ONU para os refugiados palestinos (ONRWA) é uma das organizações humanitárias internacionais que mais apoiam a população da Faixa de Gaza, sujeita a um bloqueio desde 2007”. A peça traz ainda, num breve ponto a ponto, informações sobre a Faixa de Gaza: área (365 km²), o comprimento (45 km), a largura (entre 6 e 10 km), a

população (1,5 milhões) e o desemprego (45%).

Não obstante a sua abordagem mais objectiva, a leitura do *DN* também revela o *ingroup* representado pelo elemento ocidental do hemisfério Norte, ficando evidente o papel encarnado por Israel como uma zona tensa de presença e interesse ocidental naquela parte do globo. O facto de a posição oficial desse Estado frente à crise internacional que o ataque suscitara só vir a ser apresentada no sétimo parágrafo, abaixo dos EUA e da ONU, evidenciam essa representação.

O quadro analítico, que aponta para o papel estratégico da Turquia como “defensor dos árabes”, em lugar do Irão, também evidencia que, neste caso, a alegada vítima da acção marítima do dia 31 de maio (a Turquia) e as vítimas do embargo económico – os moradores da Faixa de Gaza - sem dúvida, localizam-se no *outgroup*.

Nas quatro páginas a seguir, constam as cópias reduzidas das páginas publicadas em ambos os jornais no primeiro dia em que os acontecimentos com a Flotilha da Liberdade figuraram nos jornais impressos portugueses - o dia 1 de Junho de 2010 – e que foram alvo da leitura crítica empreendida do início deste capítulo até este ponto, bem como das descrições iconográficas empreendidas para melhor compreensão de todo o conjunto noticioso.

Figura 1: Fotocópia reduzida da página 25 do Jornal *Diário de Notícias*, de 1 de Junho de 2010.

Público • Terça-feira 1 Junho 2010

Destaque

Bloqueio a Gaza Nove mortos em ataque para impedir passagem de ajuda humanitária

Israel, acusado de terrorismo de Estado, enfrenta indignação global

Exército hebraico tenta justificar com vídeos o ataque a uma frota de ajuda humanitária para Gaza em águas internacionais

Marta João Guimarães

● A primeira peça do dominió caiu e não é possível prever onde irá parar a reacção em cadeia. Tudo começou com um ataque das forças israelitas a uma pequena frota que levava ajuda humanitária à Faixa de Gaza, ferindo nove mortos. À hora de fechar esta edição, o Conselho de Segurança da ONU não tinha ainda votado sobre a ofensiva, mas um inquérito internacional e defenda o fim do bloqueio a Gaza numa reunião de emergência pedida pela França.

O primeiro ministro israelita, Benjamin Netanyahu, acusou Israel de "terrorismo de Estado". A frota tinha sido organizada por um grupo turco e alguns dos seus navios tinham bandeira turca, mas com tripulação de várias nacionalidades.

"A lei internacional foi espelhada", disse ainda o dirigente turco, que encorajou uma viagem à Anatólia Leste. Antes, já em porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, tinha afirmado que "Israel vai sofrer as consequências por este seu comportamento". Na ONU, o embaixador turco declarou que o Estado hebraico "tinha perdido toda a legitimidade internacional".

Para além das declarações políticas, dez mil pessoas juntaram-se num protesto na principal praça de Istambul.

Mãe que diz que este pode ser o ponto de viragem para o fim do bloqueio à Faixa de Gaza, em vigor há quase três anos. Mãe que tem uma terceira filha.

No plano internacional, o coro de reações não se fez esperar e veio tanto de amigos como de aliados, tanto dos gabinetes de políticos como da rua. "Será muito difícil exagerar o dano que Israel causou: a si próprio a nível internacional", afirmou o analista militar do jornal israelita *Haaretz*, Amos Harel.

Uma após outra, várias capitais têm chamado os seus cidadãos em Israel para se fazerem ouvir e manifestar os seus pontos de vista. O representante diplomático do Estado hebraico para Berlim explicou isto assim:

em pelo menos 14 países. Uma após outra, várias cidades realizaram o seu protesto contra a acção de Israel.

A gravidade do incidente levou a primeiro ministro israelita, Benjamin Netanyahu, a responder do Caracás, de onde seguiu para um encontro com o Presidente norte-americano em Washington.

Barack Obama foi cauteloso. O seu gabinete divulgou o conteúdo da conversa que este terá tido com Netanyahu, afirmando que será importante "saber todos os factos e circunstâncias em torno dos acontecimentos trágicos e da depressa possível".

Os EUA ficam numa situação difícil, pois a Turquia é um dos seus maiores aliados, não só porque é uma potência secular e secular, mas também porque é membro da NATO desde 1952, e sede de vários dos seus comandos e funciona como a sua fronteira oriental. O episódio pode prejudicar ainda mais a já difícil relação entre Obama e Netanyahu.

A Alemanha não demorou a dizer, pela voz do ministro dos Negócios Estrangeiros, que o incidente foi "desconcertante". Um porta-voz do Governo foi mais longe: "Os governos alemães sempre reconheceram o direito de Israel a defender-se, mas esse direito deve ser exercido no quadro de uma resposta proporcional. A primeira vista, parece não ter sido o caso".

Em França, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Bernard Kouchner, expressou "profundo choque" pela acção israelita. Explicou, que deu a uma publicação francesa da UE, considerada "inacreditável". É a chefe da diplomacia da UE, Catherine Ashton, pediu um inquérito ao incidente e aproveitou para apoiar a Israel que acaba com o bloqueio à Faixa de Gaza.

Legítima defesa

No ONU, o Estado hebraico acusou os activistas de serem manifestantes que não eram humanitários. Antes, Israel tinha justificado a sua acção dizendo que os navios não tinham autorização para entrar no território e que os soldados foram mortos ao cometerem o crime de terrorismo. Mas, segundo o relatório da ONU, os militares foram logo agredidos por activistas contrários e mortos. Por ainda difundido um relato de

Dez mil pessoas protestaram na principal praça de Istambul



Milhares de pessoas manifestaram-se em todo o mundo. Arabes israelitas prometem paralisar Israel em protesto contra o assalto naval

Foi um "massacre", a operação israelita contra a frota de navios estrangeiros que levavam ajuda humanitária para Gaza, comentou o presidente da Autoridade Palestiniana, Mahmoud Abbas, que decretou três dias de luto.

Os apólos israelitas também se juntaram à confusão. Nações Unidas, uma greve geral e já estão à rua em sinal de protesto.

Para fazer face a "eventuais desordens", criadas pelos Arabes israelitas, as autoridades elevaram o nível de alerta em Israel, alertando a ATE, O Alto Conselho para o Aumento do Estado da Palestina e a ATE.

A mais importante organização de defesa cidadã de 1,3 milhões de pessoas, conhecida como "paralisação geral para a justiça", pediu que os cidadãos não saíssem de casa até ao fim da tarde.

A polícia recebeu reforços para a zona de Jerusalém Oriental, e houve posições em Jaffa, perto de Tel-Aviv, Gázia e no porto de Ashdod, para onde se deslocaram milhares de forças de segurança.

O chefe de governo de Haifa, em Golan, Israel Haneqel, declarou "um crime e um atentado político e racial".

A frota de navios e a operação israelita contra a frota de navios estrangeiros que levavam ajuda humanitária para Gaza, comentou o presidente da Autoridade Palestiniana, Mahmoud Abbas, que decretou três dias de luto.

Os apólos israelitas também se juntaram à confusão. Nações Unidas, uma greve geral e já estão à rua em sinal de protesto.

Para fazer face a "eventuais desordens", criadas pelos Arabes israelitas, as autoridades elevaram o nível de alerta em Israel, alertando a ATE, O Alto Conselho para o Aumento do Estado da Palestina e a ATE.

Figura 2: Fotocópia reduzida da página 2 do Jornal Público, de 1 de Junho de 2010.



Público • Quinta-feira 1 Junho 2010 • 3

Bibi e Barak fabricam um desastre internacional

Comentário



Jorge Almeida Fernandes

Israel teve sempre o prestígio da competência do exército e das agências de informação. Nos últimos anos, sucedem-se os fiascos, o que muitos israelitas vivem como uma "ameaça existencial". Mas, mais do que militar, o problema é exclusivamente político.

Oferece-se a operação de envio de uma flotilha "palestina Livre" tinha como objectivo público levar ajuda a Gaza. Foi organizada na Turquia por uma associação pró-israela do Havaí, a HBI, e era uma iniciativa armadilhada. No "plano A", que teve o beneplácito turco, devia chamar a atenção para os palestinianos de Gaza, uma questão em que Israel já está dramaticamente isolado. No "plano B", o resultado pelo Havaí, levanta os israelitas a marcar uma expulção humanitária. E eles assim fizeram, em águas internacionais.

Os Havaí ganha em toda a linha. Bradley Burston, analista do diário *New York Times*, escrevia ontem na edição on-line: "Segunda guerra de Gaza: Israel perdeu a noção. (...) O cerco [de Gaza] tornou-se no Vietname de Israel."

Avi Thengiz, analista do *Yedioth Ahronoth*, pedira a demissão de Barak: "Israel precisa de um ministro da Defesa que saiba quando deve usar a força e quando a não deve usar." Na viagem, apelata a que ele passasse tempo à frente do cerco, que deixasse a flotilha ir para onde quisesse, mas não a caso "na armadilha". A ordem de abordar a flotilha "sem violência" cria uma "percepção de fraqueza" dos soldados israelitas, que depois se traduziu na sua brutalidade. "A prazo, é a receita para um desastre regional."

Não se trata só da "guerra das imagens" que Israel insiste em monopolizar, por meio que Judaea da Diáspora o arbore. "Pode ser mais perigoso que um fiasco militar", disse ontem em Jerusalém o francês Bernard-Henri Lévy e ministro Lior Hirsch. O que está em causa não é Gaza, é o subitaneísmo de Israel.

O bloqueio de Gaza fracassou. Nem impede a entrada de armamento, nem esvaziou o

Havaí. Depende sobretudo de o Egito fechar a sua fronteira. O Cairo terá agora mais dificuldade em o fazer.

Quem era manifestante a descoordenação do Governo, com Bibi Netanyahu nos EUA, forçado a cancelar o encontro com Obama, com Barak a justificar o insucesso e Benjamin Ben Eliezer (ao Qatar) a reconhecer uma perda de controlo das tropas e a temer a deterioração das relações com a Turquia.

No plano diplomático, sucedem-se os desastres. Os EUA não podem admitir que na declaração da Conferência do Tratado de Não Proliferação o nome de Israel fosse referido, ao contrário do do Irão. Um mês antes, Bibi cometera outra prova. Convidado por Obama a participar na Cúpula de Washington sobre energia nuclear, que visava isolar o Irão, recusou o convite para não ser confrontado com a sua política de colonização.

A razão deste masoquismo diplomático vai muito para lá de Bibi: se, como dizem os americanos, "não há política de Israel", é preciso manter fora dela os interesses estratégicos. Israel inventou os princípios: os pequenos compromissos das coligações domésticas sobrepõem-se a todos os outros interesses.

O isolamento de ontem teve uma dimensão perigosa. No domingo, o colonista Naftali Ben-Haim, no *Yedioth*, ardeu o Governo sobre a flotilha. Era elevadíssimo o risco de choquer com a Turquia: "Não são relações públicas, é um problema estratégico."

As relações entre os dois países estão tensas desde a viagem de Erdogan e Lula a Teerão. Mas a decisão de Barak e Bibi pode ter minado a longa "relação especial" de Israel com a Turquia, pois que desengancha um papel cada vez mais influente na região e lhe serviu de contraponto aos iranianos.

Ancara foi confidente no envio da flotilha, calculando que os efeitos não seriam devastadores. Convinha-lhe forçar a mão a Israel em Gaza. Erdogan subestimou os riscos da operação. Resta-lhe agora a escalada retórica, com o risco de perder o controlo sobre a sua própria "rua", e que lhe resta a liberdade e é perigoso.

Há uma vívida colateral: Obama. Não só recebe mais uma crise nos braços como se arrastado o plano de redução de tropas no Iraque, onde precisa que a inteligência turca preencha o vazio deixado pelos EUA.

Todos perderam, só o Havaí ganhou a aposta.

uma unidade fronteira que parecia que uma unidade o ia fechar.

O vice-ministro israelita dos Negócios Estrangeiros, Danny Ayalon, afirmou que os activistas da pequena frota tinham ligação à Al-Qaeda e ao Havaí e que não se de que os soldados tinham caído numa "emboscada". Netanyahu "lamentou" a perda de vidas, culpando, no entanto, os activistas.

O Estado hebreu tem graves dificuldades em conseguir fazer passar a mensagem de que os militares agiram em autodefesa. No entanto, diz a Reuters, Israel irá enfrentar questionamentos sobre o uso de militares em missões que seria mais adequado o recurso à polícia.

Faça alguns dias, Aluf Ben-Zion fez uma análise no *Haaretz* que "esse tipo de descalço [que os militares tinham sido atacados primeiro] transfere a responsabilidade das decisões po-

líticas militares para os soldados, que agiram no calor do combate tentando pelas suas vidas".

Finalmente, é questionado o motivo da acção, o que faz com que seja mais uma vez discutido o bloqueio da Faixa de Gaza. Decidiu para castigar o Havaí mas que nada lhe dá popularidade do movimento no território e já foi criticado como "castigo colectivo" pela ONU.

Esta é a nova vez que o Movimento para a Libertação de Gaza tentou enviar ajuda para o território palestiniano desde Agosto de 2008. Israel deixou passar a ajuda cinco vezes. Com seis navios, quase 300 activistas e 1000 toneladas de ajuda, esta era a maior flotilha até agora. Os navios foram imediatamente levados ao porto de Ashdod e Israel garantiu que a ajuda que esteja conforme as regras será levada até Gaza (o que deriva de fora parte da carga, já que o elemento é proibido).

manifestações a condenar Israel. Em Londres, uma acção de protesto ao lado da embaixada israelita juntou cerca de setenta pessoas. Um número considerável "postou" para uma manifestação feita em cima da faixa, anunciou o Comité de Solidariedade com a Palestina, que fez o palanque apelo para o protesto. Críticos ao "acto de solidariedade de Israel" e o bloqueio da Faixa de Gaza. Rejeitaram o fim da impunidade do país e uma "transparência clara de posição por parte do Governo português". E gritaram, visíveis para a embaixada, palavras de ordem de espólio: "Assassinos para a rua".

Figura 3: Fotocópia reduzida da página 3 do Jornal *Público*, de 1 de Junho de 2010.



Figura 4: Fotocópia reduzida da página 4 do Jornal Público, de 1 de Junho de 2010.

3.2 As notícias do dia 01 frente à grelha analítica: o que dizem efectivamente

A diferença no número de mortos relatado pelos dois jornais e a referência feita pelo *Público* de que a situação ainda se encontrava em aberto até o fecho da edição dão pistas de que boa parte das informações cruciais para o entendimento dos factos noticiados ainda estivessem desconstruídas ou não confirmadas entre os dias 31 de maio e 1 de Junho de 2010. Apesar disso, os dois veículos de referência aqui analisados deixam transparecer um grande esforço redaccional para remeter a fontes oficiais e/ou críveis - mesmo fazendo uso de fontes secundárias (ou seja, a reprodução de falas de fontes interpeladas por outros jornais e agências de notícias). E, para além de abrirem espaços de destaque nas suas edições, ambos recorreram a vários elementos gráficos e editoriais que indicam uma intenção genuína de buscar ampliar o espectro das reportagens e oferecer ângulos mais diversificados, dentro daquilo que se dispunha de informação àquela altura.

Fica evidente, portanto, o esforço de ambos os veículos em adoptar uma postura objectiva nos relatos, recorrendo a elementos típicos desse ritual estratégico no campo jornalístico. Como já foi dito, talvez seja possível afirmar, sim, que um terá sido mais objectivo do que o outro num ou noutro aspecto, mas não seria correcto sentenciar que faltou objectividade no total do material apresentado por ambos os jornais no primeiro dia de cobertura desses acontecimentos. Em suma, em termos de narrativa jornalística não foram encontradas grandes máculas ou mesmo parcialidades nos textos analisados.

Entretanto, do ponto de vista de uma leitura crítica, como a proposta neste trabalho, dentro da grelha analítica traçada para esta finalidade, o que se encontra é um discurso abrigado na retórica da objectividade, sim, mas permeado por um paradigma biopolítico. Um discurso que deixa uma margem para a justificação da violência e do estado de excepção, em nome de um alegado legítimo direito de defesa. Um discurso que também, em última instância, não deixa de advogar em favor do Ocidente e de uma ordem de protecção a determinados valores caros a esta parte do globo - embora paradoxais em relação aos princípios basilares da democracia e das liberdades individuais.

Neste contexto, a surreal situação de 1,5 milhão de palestinianos a viverem sitiados, sob os mais baixos níveis de desenvolvimento humano, como resultado de um embargo provocado por uma nação membro das ONU - que, por sua vez, já reprovou textualmente em documentos tal embargo - acaba por ser algo tratado como um pormenor no noticiário. Seis navios deixaram de chegar ao seu destino, toneladas de alimentos não tinham mais data nem garantia de serem entregues; a situação, alertavam organizações civis

internacionais, era de penúria na Faixa de Gaza; e o foco das notícias, bem como os argumentos em seu entorno, davam conta aos leitores dos riscos a que estaria exposto o Estado de Israel a partir dos acontecimentos e desdobramentos que poderiam vir daí.

É importante frisar que o propósito aqui não é, de maneira alguma, o de acusar nenhum veículo de parcialidade em favor de Israel e, tão pouco, este trabalho pretende advogar que o Estado hebreu devesse, por alguma razão, ser alvo de condenações ou ataques por parte dos *media*. Antes, pelo contrário, o que se pretende aqui, conforme já exposto na introdução deste trabalho, é investigar como são articulados os rituais estratégicos da objectividade jornalística frente a determinados paradigmas do pensamento ocidental, já tão impregnados e elaborados dentro de nossas narrativas discursivas que já não nos damos por eles de forma deliberadamente consciente.

Assim, dentro da grelha analítica desta investigação, a partir da análise do primeiro dia de noticiário sobre o ataque perpetrado por Israel à flotilha que se dirigia a Gaza, em Junho de 2010, nos dois jornais de referência seleccionados, são as seguintes conclusões:

- a) **De quem são as opiniões expressas:** o ponto de vista oficial é sempre mais importante de ser noticiado do que as reacções populares, mesmo que elas chamem atenção pela dimensão e os números e sustentem a razão de ser das notícias são as fontes oficiais que têm mais «direito» a voz para «sintetizar» o acontecimento e indicar (teorizar sobre) quais serão os seus desdobramentos; nesse aspecto, o ponto de vista dos países reconhecidos como lideranças ocidentais do hemisfério Norte também merece mais ênfase e detalhamento do que o dos países de fora desse eixo;
- b) **Sob quais registos dá-se a heterogeneidade dos textos, isto é, a diversificação das fontes:** a posição dos países árabes ou de maioria muçulmana são reportadas, mas quase nunca essas nações estão livres de aparecerem associadas aos seus aspectos religiosos, mesmo que esta não seja a situação em causa no acontecimento relatado; a remissão à questão religiosa quase nunca é claramente explicada, mas tende a aparecer em contextos que remetem subjectivamente a tensões, riscos de terrorismo, intifada e ameaças violentas;
- c) **O que de facto pretendia Israel a partir do ataque:** o Estado hebreu é abordado de forma cautelosa, não raro com eufemismos e, mesmo quando criticado, o é de forma indirecta e por meio da atribuição de aspas às fontes que o fazem; apesar de o ataque ter-se dado em águas internacionais, paira em torno das notícias a possibilidade de

justificação da acção em nome de uma legítima defesa do Estado, que goza do benefício da dúvida, mesmo após o assassinio de quase uma dezena de civis, fora de seus limites marítimos e da captura das embarcações com a ajuda dirigida aos palestinianos; por alguma razão, sobre a qual aqui só pode especular, Israel tende a ser tratado com um cuidado «extra», mesmo quando na berlinda;

- d) **Quem fala por Israel:** o premiê e ministros de Estado são autoridades que falam por Israel, mas os EUA são também tomados como as fontes oficiais que podem endossar ou não as acções israelitas, sendo, dessa forma, uma espécie de sinalizadores «capacitados» para ditar o nível de tolerância que deverá ser dedicado àquele Estado; vozes dissonantes dentro do Estado de Israel, isto é, israelitas ou organizações israelitas contrárias às medidas estatais e à política relativa aos palestinianos também podem, eventualmente, aparecer para figurar no papel de críticos habilitados (talvez únicos) e isentos o suficiente para fazerem repreensões ao Estado hebreu e emitirem juízos francamente desabonadores àquele Estado;
- e) **Quem fala pela Palestina:** há uma deficiência na apresentação e na diversificação das fontes que falam em nome da Palestina, não ficando claro quem pode de facto falar oficialmente neste caso, até porque a situação palestiniana é descrita com superficialidade e generalizações que não contemplam a complexidade do seu quadro político;
- f) **Quem sofre com o embargo económico (causa principal do desenrolar de todo o acontecimento então noticiado) e quais são as suas implicações sociais e políticas:** isso praticamente não é destacado, senão como uma forma apenas superficial necessária para a contextualização dos acontecimentos, sem ênfase ao drama humano sofrido pelos palestinianos ou sem maiores atenções às nuances sobre a realidade da população sitiada na Faixa de Gaza.

3.3 Os padrões na primeira semana de cobertura dos acontecimentos

Por pelo menos mais seis dias consecutivos, ambos os veículos dedicaram, em média, de uma a duas páginas ao tema do ataque à Flotilha da Liberdade. Na sequência da cobertura dos acontecimentos, o que se verifica é que os padrões discursivos identificados na análise do primeiro dia das coberturas, no geral, se mantêm.

Os tópicos a seguir descrevem como os seis pontos identificados na leitura crítica foram localizados no restante dos textos da primeira semana dos acontecimentos:

a) Ponto de vista oficial em detrimento de reacções e relatos de pessoas comuns e destaque às lideranças ocidentais do hemisfério Norte.

Na primeira semana da cobertura dos conflitos, o *Diário de Notícias* só deixou de abrir página com o assunto nos dias 05/06, quando não houve nenhuma referência ao tema nas peças noticiosas do jornal; e no dia 06/06, quando deu apenas uma matéria independente, na página 25. Em todos esses dias, a contar do dia 01/06, as matérias principais giraram em torno de fontes oficiais e seus pronunciamentos, sendo que a relação das fontes e principais referenciais noticiosos nesses dias foram os seguintes:

Dia 01/06 – aparecem como referenciais noticiosos, no *lead* da matéria principal, os “responsáveis internacionais”, no sentido de “autoridades internacionais” e Ancara, no sentido de Governo turco; e no restante da matéria: James Asppthurai, porta-voz da Aliança Atlântica; “um diplomata”, cujo nome e nacionalidades não são revelados; o primeiro-ministro turco Recep Erdogan; o presidente dos EUA, Barack Obama; o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon; o primeiro-ministro israelita Benjamin Netanyahu; e o “exército israelita”.

Dia 02/06 - aparecem como referenciais noticiosos na matéria principal o escritor Amos Oz; a secretária de estado norte-americana Hillary Clinton; Alon Liel, um antigo encarregado de Negócios israelitas na Turquia; Moshe Moos, professor da Universidade hebraica de Jerusalém e David Grossman, escritor. A presença da secretária norte-americana Hillary Clinton nesta matéria é que demarca o tom oficial do texto, neste caso específico, transferido para uma autoridade estadunidense, conforme poderemos ver numa análise mais detalhada das passagens dessa matéria, na página 20 deste estudo. Já as proeminentes figuras israelitas ouvidas enquadram-se noutro ponto que identificamos na grelha analítica: a dos israelitas

como únicas personagens que legitima e abertamente podem criticar Israel, por serem, de antemão, livres de qualquer possível acusação de anti-semitismo.

Dia 03/06 - aparecem como referenciais noticiosos na matéria principal o primeiro-ministro turco Recep Erdogan; Ancara (no sentido de governo turco); “o parlamento turco”; o ministro de Negócios Exteriores turco Ahmet Davitoglu; o ministro da Defesa de Israel Ehud Barack; o presidente dos EUA, Barack Obama; “jornais turcos”; a Alta Representante para a Política Externa da UE Catherine Ashton; o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu.

Dia 04/06 - aparecem como referenciais noticiosos na matéria principal “Israel”, no sentido de “governo de Israel”; o Conselho de Segurança da ONU; EUA, Holanda e Itália, no sentido das representações dos governos dos EUA, Holanda e Itália na ONU; França e Reino Unido, no sentido das representações dos governos de ambas as nações na ONU; o porta-voz do Departamento de Estado israelita, Philip Crowley; o primeiro-ministro israelita Benjamin Netanyahu; “congressistas influentes de Washington”; o ministro israelita Moshe Yaalon; a Liga Árabe; o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon; e “uma das entidades da organização da flotilha, a ONG islamita IHH, acusada de terrorismo”.

Dia 06/06 - aparecem como referenciais noticiosos numa matéria independente sobre o assunto: a marinha de Israel; “autoridades do Estado judaico”, no sentido de governo de Israel; o primeiro-ministro israelita Benjamin Netanyahu e, nas últimas quatro linhas, a “organização irlandesa que fretou o barco”.

Dia 07/06 - aparecem como referenciais noticiosos na matéria principal: o primeiro-ministro israelita Benjamin Netanyahu; o “conselho de ministros semanal”; a “opinião pública israelita”; “membros do Executivo”; o diário turco *Hurriyet*; a ministra israelita da Educação Limor Livnat; “reunião do Governo”; secretário-geral da ONU Ban Ki-moon; “organizadores da flotilha”; “Bulent Yildirim, da entidade organizadora turca, IHH, uma ONG islâmica que Israel é acusada de ter ligações ao terrorismo”; ministro israelita Isaac Herzog; e Irão, no sentido de Governo do Irão.

No *Público*, ao longo da primeira semana de cobertura, o assunto também ganhou abertura de página inteira, na maioria dos dias. Em todos eles, o enfoque principal das manchetes e textos principais versava sobre questões oficiais e pronunciamentos de

autoridades. A lista das fontes e referências abordadas nas matérias principais de abertura de página deste jornal entre os dias 01 e 07/06 é a seguinte:

Dia 01/06 - aparecem como referenciais noticiosos na matéria principal: o premiê turco Recep Tayyip Erdogan; o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros (turco), sem ser nomeado; o presidente norte-americano Barack Obama; o ministro dos Negócios Estrangeiros Alemão, sem ser nomeado; o vice-ministro dos Negócios-Estrangeiros (israelita) Dammy Ayalon; o premiê israelita Benjamin Netanyahu; e dois analistas citados por jornais israelitas.

Dia 02/06 - aparecem como referenciais noticiosos na matéria principal a Turquia, no sentido de governo turco; governo israelita; governo irlandês; Conselho de Segurança da ONU; NATO; Ancara, no sentido de governo da Turquia; Washington, no sentido de governo dos EUA; ministro dos Negócios do Exterior turco Ahmet Davutoglu; a secretária de Estado dos EUA Hillary Clinton; Casa Branca, no sentido de governo norte-americano; o premiê turco, Erdogan; o Estado de Israel; o ministro das Minas e Energia turco Taner Yildiz; um editorialista do jornal israelita; o director da Mossad, Meir Dargan; um professor de relações internacionais de Harvard, citado pelo *Washington Post*.

Dia 03/06 - aparecem como referenciais noticiosos na matéria principal Israel, no sentido de governo de Israel; o primeiro-ministro britânico David Cameron; o PM israelense “Bibi Netanyahu”; Egipto, no sentido de governo do Egipto; o ministro da Defesa de Israel Ehud Barack; o papa Bento XVI; a secretária norte-americana Hillary Clinton; o ministro dos Negócios Exteriores turco Ahmet Davutoglu; Mark Heller, analista de estratégia da Universidade de Tel Avive; Efraim Inbar, analista do Centro Begin-Sadat; “outros analistas”; Parlamento turco; premiê turco Erdogan; “Kemal Kiliçdarogen, novo líder do laicista Partido Republicano do Povo”; “um think tank turco”, que não foi nomeado; e, nas linhas finais, a Nobel da Paz norte-irlandesa Mairead Conigan-Maguire e Guta Berlin, líder do movimento Gaza Livre.

Dia 04/06 - aparecem como referenciais noticiosos na matéria principal o premiê israelita Benjamin Netanyahu; o gabinete de segurança israelita; o vice-presidente dos EUA, Joen Biden; o presidente turco, Abdullah Gul; “uma jovem”, em Istambul.

Dia 06/06 - aparecem como referenciais noticiosos na matéria principal o exército de Israel; o

jornal *Today's Zaman*; a Procuradoria de Istambul.

Dia 04/06 - aparecem como referenciais noticiosos na matéria principal o papa Bento XVI e o “comunicado oficial da igreja católica”.

Nesta primeira semana, pontualmente, em matérias secundárias e pormenores encontrados no *Público* é que começam a surgir declarações, pontos de vista e audições a personagens não-oficiais envolvidos nos acontecimentos.

Um exemplo disso está no dia 03/06 (quando a matéria principal foi *Israel resiste à pressão para levantar bloqueio* e dava conta do pedido do primeiro-ministro britânico David Cameron pelo “fim do cerco” à Faixa de Gaza e do facto de o premiê israelita, chamado no *lead* de “Bibi Netanyahu”, ter respondido “denunciando ‘a hipocrisia internacional’”) em que numa matéria secundária, pela primeira vez no âmbito dessas coberturas, aparecem as falas de pessoas directamente envolvidas no acontecimento. A retranca em questão traz o título *Jerusalém deporta mais de 500 activistas e desiste de levar alguns a tribunal* e informa, no terceiro parágrafo:

No caminho para Amã, alguns activistas contaram à agência britânica *Reuters* a sua versão do sucedido a bordo do *Mavi Marmara*: ‘Os israelitas atacaram-nos sem aviso depois da oração da madrugada’, disse Norazma Abdullah, da Malásia. ‘Dispararam com balas de borracha mas depois usaram munições reais. Cinco pessoas morreram logo e outras depois de nos termos rendido’, contou. Abdullah disse ainda que os comandos deixaram os activistas amarrados durante 15 horas, até chegarem ao porto de Ashdod. (p 20)

Dois parágrafos abaixo, o texto diz ainda que, de Valência, “a mãe de um jornalista espanhol queixava-se das autoridades israelitas por estas não terem entregado os activistas a embaixadas ou consulados” e reproduz a fala da referida fonte, identificada como Cristina Soler, que teria sido citada pelo período espanhol *El País*. “‘Puseram-nos, sim, em autocarros sem informar para que aeroporto os levavam’”.

Mais adiante, a matéria informa que o comandante de uma das embarcações componentes da flotilha, Huseyin Tokalak, teria dado uma “conferência de imprensa para descrever como os comandos israelitas tinham entrado no navio e dominado a tripulação”. Breves aspas dele também foram transcritas: “‘Eles apontaram duas armas à cabeça de cada um de nós’, disse Tokalak em Istambul. Tokalak não seguia no navio onde se centrou a violência, o *Mavi Marmara*”, veiculou o jornal.

O que se vê, portanto, é que os relatos de quem esteve *in loco* nos acontecimentos já surgem nesta altura. Mesmo assim, as matérias principais da cobertura noticiosa, nesta primeira semana, centram-se nas figuras oficiais.

b) Posição dos países árabes ou de maioria muçulmana reportadas em associação aos seus aspectos religiosos, com associações subjectiva a tensões, riscos de terrorismo, intifada e ameaças violentas:

No segmento da cobertura do ataque à flotilha por Israel, com a maior parte das páginas abertas com informações oficiais, relativamente às movimentações de governos e diplomacias, não foram localizadas matérias secundárias, infográficos ou caixas dedicados a explicar, em pormenores, o quadro sócio-político-religioso dos países envolvidos na questão – tanto dos árabes quanto dos ocidentais, já que estamos a investigar a perspectiva de um tratamento noticioso equânime-, salvo duas caixas analíticas incluídas na cobertura do primeiro dia, 01/06, na página 03 do *Público* e na página 25 do *Diário de Notícias*.

Entretanto, em algumas retrancas, ao longo da primeira semana, a associação directa à questão religiosa (muçulmana) acontece algumas vezes, assim como a relação implícita nas construções frásicas entre a condição árabe e/ou muçulmana com verbetes como “terrorismo”, “violência” e “intifada”.

Como já relatado neste estudo, houve, logo no primeiro dia de cobertura, a caracterização pelo *Público*, na sua matéria principal, da Turquia como uma aliada importante para Israel por ser uma “potência muçulmana secular”, sendo esta preferível como defensora dos árabes do que o Irão. Ainda no primeiro dia de cobertura, o analista do *Diário de Notícias* informa em seu texto que “os EUA já precisavam da Turquia para muitas coisas no quadro bilateral e da NATO em relação ao mundo muçulmano”. Nota-se que, por esta construção frásica, o que se tem aqui é a ideia de um mundo muçulmano do «lado de lá», ou seja, num *outgroup*; e de um mundo não-muçulmano (secular ou cristão?) do «lado de cá», no *ingroup*.

No dia 02/06, o *Público* faz menção semelhante na sua matéria principal, cujo título era “Turquia faz ‘guerra diplomática’ a Israel e aumenta pressão sobre Obama”. Dizia o texto: “Ancara e o Hamas são os ganhadores imediatos do incidente da flotilha que, além de isolar o Estado hebraico, põe em causa a abertura americana ao mundo muçulmano” (p. 4).

O termo “muçulmano” não volta, porém, a ser evocado no âmbito das notícias nesta primeira semana, em ambos os jornais. Em vez disso, diversas referências foram feitas aos seus sinónimos: “islâmicos” e “islamitas”, como se verá mais adiante.

A palavra “muçulmano” voltará a ser citada e, desta vez, enfaticamente, no dia 07/06, a propósito de um pronunciamento do Papa Bento XVI e de um documento divulgado pela igreja católica. Numa matéria secundária, o *DN*(p. 20) informa: “Apelo de Bento XVI a favor dos Cristãos no Médio Oriente – Vaticano critica ‘fundamentalistas’ cuja leitura literal da Bíblia torna ainda mais difícil a vida das comunidades cristãs na região”. A matéria segue então a informar que o documento continha “críticas à ocupação israelita dos territórios palestinianos” e que o texto eclesialístico mencionava “‘grupos fundamentalistas cristãos’ que justificam pelos textos bíblicos a ‘injustiça política imposta aos palestinianos (...)’”, sendo que, no quarto parágrafo, surge a menção ao “extremismo muçulmano”:

No texto publicado pelo sínodo dos bispos consta um apelo às três religiões monoteístas da região (cristãos, judeus e muçulmanos) a enfrentarem juntas a ‘ameaça’ colocada pelas ‘correntes extremistas’ muçulmanas (Diário de Notícias, 07/06/10;p.20).

Como se nota, as aspas usadas pelo jornal estão no termo “correntes extremistas” e não em «muçulmanas». Assim, pela mera leitura do jornal não é possível dizer se, nesta passagem do documento católico que o jornal descreve, somente os muçulmanos foram chamados de extremistas ou se este foi um adendo feito na redacção do jornal, num movimento interpretativo da posição do Vaticano. Vale ressaltar também que, a partir da leitura, é possível ter a impressão de que a cúpula da igreja católica parece estar também a criticar os judeus extremistas, embora esse termo não tenha vindo a ser expresso nem pelo documento da igreja, nem pelo jornal.

Pode ser que exista, ainda, alguma possibilidade de que o termo muçulmano tenha vindo a ser utilizado pelo Vaticano num outro sentido, significando aqueles que “estão expostos, resignados e sem acção” Anderson Esteves (2010) - este autor lembra Giorgio Agamben, em sua obra *O que resta de Auschwitz*, remete ao uso dessa terminologia no campo nazi para uma determinada qualidade dada aos internos, que não está relacionada à religião islâmica, mas devido a uma aceção etimológica que remonta a um termo medieval europeu para designar aquele que “se submete incondicionalmente à vontade de Deus”.

Pensar que a igreja católica possa ter empregado o termo muçulmano nessa aceção é até possível, mas que os jornais não tenham buscado decodificá-la para a massa leitora é algo que só se pode justificar por meio de duas alternativas: ou de facto os redactores desconhecem essa possibilidade semântica - mas nesse sentido seria conveniente buscar interrogações mais profundas àquilo que se está a reproduzir, se quiserem ser de facto

coerentes com os papéis sociais que chamam para si (e aí o problema nasceria de uma tendência já identificada de reprodução automática dos discursos de autoridades reconhecidas); ou, então, a confusão deve-se a um descuido e uma desqualificação já tão arraigados relativamente ao elemento islâmico que o sentido do termo reproduzido possa ter passado despercebido.

A mesma reprodução do documento eclesiástico, identificada no *Diário de Notícias*, ocorreu no *Público*, com uma notícia cujo título era “Bento XVI pede esforço para evitar “maiores tragédias” e o subtítulo complementava: “Documento divulgado no último dia de visita a Chipre refere-se à ameaça do extremismo muçulmano e à ‘injustiça’ imposta aos palestinianos”, numa peça que abriu a secção *Mundo* naquele dia.

Logo no *lead*, o jornal também informa sobre o alerta feito pela igreja católica em relação às “correntes extremistas” e associa a elas os termos «muçulmano» e «ameaça», sem ser possível ao leitor identificar com clareza se estes termos estavam ou não claramente expressos no documento:

(...) documento do Vaticano que refere as ‘correntes extremistas’ muçulmanas como uma ‘ameaça’ e se insurge contra a ‘injustiça imposta aos palestinianos’ por Israel.”(*Público*, 07/06/10, p. 20)

Nota-se, portanto, que os veículos aparentam terem estado à vontade para associar à condição muçulmana o termo “extremismo”, expresso pelo Vaticano, mesmo que ela não fizesse referência exclusivamente à condição islâmica neste caso e que isso não tenha sido decodificado para o leitor. Por outro lado, a crítica implícita do Vaticano ao elemento hebreu e a condição judaica num sentido também de um possível radicalismo religioso - que talvez possa sustentar ou agravar determinadas distinções étnicas, penalizando os palestinianos no seio do Estado hebreu - não foi sublinhado.

Já noutros excertos do noticiário dos acontecimentos, ao longo da primeira semana das coberturas aqui analisadas, é possível localizar mais associações entre a religião muçulmana e/ou estados árabes e/ou muçulmanos à ideia de “terrorismo”.

No dia 03/06, uma pequena caixa na pág. 24 do *DN* informa: “TERRORISMO – Grupo turco ligado aos radicais islamitas”. O texto dizia que tal ligação era uma tese em relação a integrantes alegadamente infiltrados no *Mavi Marmara* e que a ideia vinha sendo corroborada, inclusive, por diários turcos.

O que se vê, portanto, é que houve uma ênfase no verbete “terrorismo”, em

associação a “turcos” e “islamitas”, para anunciar o que era, no final das contas, uma hipótese levantada por Israel e corroborada, por alguma razão, por um diário turco - o que pareceu suficiente para dar à hipótese ares de facto consumado na chamada da peça noticiosa, mesmo que isso não seja de facto possível de sustentar no conteúdo textual da notícia.

Para além disso, o veículo, ao não dizer em que contextos os alegados jornais turcos estariam a corroborar com a hipótese de haver terroristas à bordo do *Mavi Marmara*, acaba por contradizer um texto-legenda do dia anterior: “Solidariedade incondicional do mundo árabe à Turquia” (Diário de Notícias, 02/06/10; p. 4).

Em primeiro lugar, fazer uma referência a um “apoio incondicional” vindo do mundo árabe em relação à Turquia, nesse contexto é, no mínimo, uma generalização típica do tratamento discursivo reservado aos elementos do *outgroup* (Van Dijk). E, no dia seguinte, dizer que jornais turcos estariam a noticiar a tese de terroristas infiltrados no navio era ou contradizer esse “apoio incondicional” anteriormente anunciado, ficando ainda mais evidente a generalização deliberada grafada no dia anterior; ou, por outra hipótese, incluir “jornais turcos” como fonte da informação que “confirmariam” as suspeitas de terrorismo era admitir que os veículos de comunicação turcos estariam a noticiar o acto terrorista como algo positivo. Caso contrário, onde estaria o tal “apoio incondicional”?

No dia 04/06, numa caixa destinada a notas com as reacções de diversas nações aos acontecimentos, o *Diário de Notícias* (p. 23) lista Israel, EUA, Turquia, Palestina e Portugal. No texto referente à Turquia, surge a ressalva: “(...) até o incidente de segunda-feira, Israel e Turquia tinham boas relações políticas e militares, apesar do actual governo turco ser oriundo do movimento conservador islâmico (...)”.

O pormenor em relação ao “actual governo turco” não é erróneo, nem descabido. Entretanto, não são encontradas ocorrências semelhantes sobre as orientações político-religiosas de nenhuma das lideranças ou composição de governo de nações ocidentais apontadas nos textos, ao longo de toda a cobertura. Nesse sentido, cabe pensar então em toda uma carga representativa no termo “conservador islâmico” e não é equivocado dizer que ele aponta para uma ideia de radicalismo latente, para dizer o mínimo.

Nesse mesmo dia, no fecho da sua matéria principal (“Israel recusa comissão de inquérito internacional”), o *DN* (p. 23) diz o seguinte nas frases de encerramento: “Uma das entidades da organização turca da flotilha, a ONG islamita IHH, foi acusada de ligações terroristas. Os israelitas dizem que é próxima ao Hamas.”

A possibilidade levantada de que turcos a bordo do *Mavi Marmara* fossem, na verdade, terroristas é textualmente expressa, portanto. Porém, isso é feito de forma indirecta e

sob argumentos genéricos e unilaterais. Não é possível identificar quem acusa e parece bastar dizer que “os israelitas” atribuem à ONG turca uma proximidade com o Hamas, para que a possibilidade de cariz terrorista não só seja automática como passe a ter uma conotação de probabilidade.

Um fecho semelhante foi encontrado no dia 06/06, numa matéria secundária do *Público*, quedizia no título *Resultados são embaraçosos para Israel*, e cujo subtítulo era “Autópsias encontraram 30 balas nos corpos de nove activistas mortos”:

Um relato muito diferente do que é contado em Israel. Ao *Jerusalém Post*, um sargento que participou na operação disse ter-se deparado com uma ‘multidão de mercenários’ que feriram três dos soldados que o antecederam. ‘Eram, sem dúvida, terroristas, podia ver o ódio nos seus olhos’, relatou o militar, adiantando que matou seis deles para proteger a vida dos companheiros. O Exército israelita acrescentou ter apreendido coletes à prova de bala, máscaras antigás e granadas de atordoamento (*Público*, 06/06/10, p.13)

Assim, a matéria que abre com um fato antagónico a Israel fecha lançando suspeitas sobre as atitudes de parte dos integrantes do *Mavi Marmara*. A frase “Podia ver o ódio nos olhos deles”, proferida pelo sargento israelita, figura como uma daquelas colocações que, permeando um relato noticioso objectivo, ajudam a construir uma determinada subjectividade. Neste caso: ter ódio nos olhos é igual a querer destruir Israel e querer destruir Israel é merecer ser morto preventivamente. A mensagem é de que é preciso destruir aquele que sonha com “a nossa” destruição, antes que eles o façam de facto.

Já o dado objectivo do jornal, informando logo a seguir que o “Exército israelita acrescentou ter apreendido coletes à prova de bala, máscaras de gás e granadas de atordoamento”, nesse ordenamento frásico, acaba por, numa leitura ligeira, dar a ideia de que aquele artefacto era comprobatório de um propósito terrorista.

Porém, basta parar para reflectir um pouco para concluir que esses são equipamentos muito mais úteis num movimento de defesa do que de ataque. Então, se estavam de facto os integrantes civis do *Mavi Marmara* preparados para resistir a uma abordagem, isso justificaria o uso pelo exército israelita de armas letais e, sobretudo, seria legítima a abordagem ainda em águas internacionais? São questões que não voltam a baila no texto. Os indícios e as suspeitas que começam a recair sobre os tripulantes do barco foram suficientes para encerrar o assunto.

Um outro registo interessante sobre a associação do termo «árabe» com «terrorismo» está numa matéria secundária veiculada pelo *Público* no dia 05/06, sob o título

“Ameaça a deputada árabe acusada de traição”. O texto informa que a deputada árabe-israelita Hanin Zoab estava a sofrer ameaças anónimas por ter estado a bordo de um dos navios da flotilha de ajuda humanitária que se dirigia a Gaza.

Dizia a matéria que a mulher estaria a enfrentar sozinha os “insultos dos seus concidadãos, que a acusam de ‘traição’ e apoio a ‘terroristas’”. Mais adiante diz-se ainda que a deputada estaria a receber até ameaças de morte. Nota-se que, mesmo sendo a figura árabe-israelita o alvo de ataques por anónimos, o termo “terrorista” aparece associado aos elementos que já identificamos neste estudo como o *outgroup*.

Por outras palavras, a deputada, por ser parte árabe e por tomar publicamente partido dos palestinianos, estava a ser acusada de “terrorismo” e, por isso, sofrendo vários tipos de ameaças, inclusive, de morte. Portanto, uma leitura crítica do facto reportado evidencia que «alguém», do lado oposto ao da parlamentar, apropriou-se do discurso de vítima de «terrorismo» e que, sob a justificativa desse discurso, esse «alguém» age, ele mesmo, de forma deliberadamente terrorista, por meio das ameaças de atentado contra a referida deputada. Porém, a notícia, embora revele objectivamente os factos, reproduz o discurso do elemento que está do lado oposto ao da parlamentar - que por sua vez é de origem árabe e assume posições pró-palestinas. São nas frases relativas a ela - e somente a ela - que o termo “terrorista” aparece na peça noticiosa, mesmo que entre aspas e atribuído a outrem - um outrem anónimo.

Outro caso em que as aspas acabam por antagonizar o *outgroup* ocorre no dia 07/06, no *Diário de Notícias*, que abre a página 20 com a seguinte manchete: “Navio turco levava ‘mercenários’”, seguida do subtítulo: “Flotilha de Gaza. Israel ataca activistas e jornal da Turquia divulga fotos de agressões a comandos durante abordagem”.

A acusação anunciada no título é atribuída no texto às falas do primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu e, com base nele, o título da matéria acaba por adjectivar pelo menos parte da tripulação do *Mavi Marmara*. Diz o texto que a acusação israelita possivelmente era corroborada por um diário turco, o *Hurriyet*, a quem o *DN* atribui uma possível “intenção de reduzir as tensões neste conflito (...)”.

Sobre os alegados vídeos que comprovariam a presença de mercenários no barco, por conta de imagens que demonstravam grande animosidade na recepção dos soldados israelitas que tomaram a embarcação, dias depois o *DN* e o *Público* veiculam, em matérias secundárias, denúncias de entidades internacionais de jornalistas que acusavam Israel de ter confiscado as gravações a equipas de TV e de as terem manipulado antes da divulgação, para que seus soldados aparecessem vitimizados.

Pela guerra de informações e contra-informações enviadas aos jornais, portanto, não é possível ao leitor ficar sabendo com clareza até essa altura se, afinal, os tripulantes do *Mavi Marmara* feridos de morte por militares israelitas eram mesmo apenas activistas ou se entre eles haviam mercenários (ou mesmo terroristas, como se chegou a insinuar a dada altura), mas facto é que pelo menos uma manchete de abertura de página havia feito esta afirmação: “Navio levava ‘mercenários’”, conforme já foi apontado.

Nota-se ainda que, conforme o levantamento das fontes e referenciais principais adoptados nas matérias principais da primeira semana dos acontecimentos, todas as vezes em que a organização não-governamental IHH, uma das organizadoras da flotilha, foi citada pelo *DN*, veio acompanhada do adendo “acusada de terrorismo” (por Israel) e da identificação pelo adjectivo “islamita”.

Nunca é demais ressaltar que no âmbito deste estudo não há qualquer intenção de dizer que nenhuns dos dois jornais analisados foram parciais ou que erraram nas suas coberturas. Porém, o que neste segundo tópico da grelha analítica fica evidente é que algumas associações negativas relativamente aos elementos do *outgroup* são reproduzidas com certa facilidade, a ponto de ganhar a manchete principal de algumas páginas, sem elementos que comprovem com mais consistência a veracidade e a adequação adjectivos utilizados.

c) Estado hebreu é abordado de forma cautelosa, não raro com eufemismos:

No antetítulo da matéria principal do *Público*, no dia 02/06, a acção que resultara em nove civis mortos e dezenas de feridos por militares israelitas é chamada de incidente: “(...) Ancara e o Hamas são os ganhadores imediatos do incidente da flotilha (...)”. Nos dicionários de língua portuguesa, incidente é uma palavra que designa “evento não planeado” que “levou ou com potencial de levar a um acidente”.

Porém, conforme os próprios jornais informaram, desde o início dos acontecimentos, o contacto de Israel com as embarcações da flotilha havia-se dado ainda antes da madrugada do dia 31 de maio, com avisos de que a abordagem seria efectuada. Outros excertos de ambos os jornais também dão conta de que os navios da flotilha foram apresados pelas forças israelitas.

Logo, nada disso configura-se como um incidente, na acepção da palavra, cabendo seu uso no antetítulo do texto apenas como uma figura de linguagem, que, neste caso - independentemente do que pretendiam ou não os redactores e editores do jornal -, veio a abrandar o sentido da acção perpetrada por Israel, abrindo a possibilidade de que as mortes

daí resultantes fossem mera fatalidade - isto é, um acidente resultante do incidente inicial, onde não havia qualquer intenção de matar.

Outra passagem interessante no sentido da cautela reservada ao Estado israelita dá-se relativamente à matéria veiculada pelo Público no dia 06/06. A manchete da página era: Israel respira de alívio após abordagem sem violência a navio irlandês, sendo que seu antetítulo dizia: “Turquia abre inquérito contra líderes israelitas pelo ataque de segunda-feira”. O “respiro aliviado” relativo a Israel indica que o país havia, pelo menos por ora, conseguido livrar-se da carga de pressões de que vinha sendo alvo no cenário internacional ao longo da semana. Um eufemismo, portanto.

No mesmo dia, numa caixa, o *Público* informa: “Situação em Gaza é ‘inaceitável’”. As aspas, explica o texto logo a seguir, pertencem à secretária de Estado norte-americana Hillary Clinton. Eis o excerto:

A chefe da diplomacia norte-americana comentou ontem que a situação em Gaza é ‘inaceitável e não poderá durar’ muito tempo, cita a AFP. ‘É preciso atender às necessidades legítimas de segurança de Israel, da mesma maneira que a necessidade legítima dos palestinianos de receber ajuda humanitária duradoura deve ser satisfeita’, afirmou Hillary Clinton. A secretária de Estado lamentou a ‘trágica perda de vidas’. E mostrou-se favorável a um inquérito israelita credível. ‘Do nosso ponto de vista, a situação é muito difícil e necessita de respostas cautelosas e ponderadas de todos os envolvidos’, cita a *Reuters*. (Público, 02/06/10; p. 17)

Dessa vez, duas agências internacionais de notícias reproduzem textualmente o recado directo da secretária de Estado norte-americana para que Israel seja tratado no âmbito das repercussões dos acontecimentos com a flotilha, com “cautela e ponderação”.

Enquanto afirma ser “inaceitável” a situação na Faixa de Gaza, sem nomear os responsáveis (que poderiam ser até mesmo os palestinianos) e lamenta a “trágica perda de vidas” (no *Mavi Marmara*), Clinton rechaça a ideia de uma investigação do acontecimento por organismos internacionais, ao dizer que era favorável a um “inquérito israelita credível” e defende a legitimidade da acção perpetrada por Israel, ao dizer que era “preciso atender às necessidades legítimas de segurança” daquele Estado.

Por sua vez, o direito legítimo dos palestinianos, no discurso da secretária estadunidense, é o “de receber ajuda humanitária e duradoura”. Por meio desta auto-apresentação positiva do *ingroup* por parte da norte-americana, reproduzida pelos *media*, o que se está a dizer no final das contas é: Hillary Clinton afirma que Israel tem o direito legítimo de sitiar os palestinianos e de atacar quem tente levar ajuda aos mesmos, embora seja

desejável encontrar uma saída melhor para essa população, que não tem, no seu ponto de vista, o mesmo direito legítimo de defesa, mas que merece, por misericórdia, ajuda humanitária.

Outra matéria, no mesmo dia 02/06, também do *Público*, traz o seguinte título “Israel anunciou deportação de todos os activistas”, sendo que, a dada altura, a matéria faz a seguinte revelação: “as autoridades do Estado hebraico exigiam aos detidos que assinassem documentos dizendo que entraram ilegalmente em Israel. Cerca de 50 já regressaram”. Nota-se aqui que o jornal não deixa de registar, por outras palavras, a coacção por Israel para os detidos assinarem a declaração obrigatória da culpa, mas abre a informação com o anúncio oficial de Israel e deixa para o texto a informação da obrigatoriedade da assinatura do documento, ressaltando que isso era algo que não se havia podido checar, muito embora tivesse atribuído a informação a fontes como o ministro irlandês dos Negócios Estrangeiros, Michael Martin. A denúncia existente na matéria, portanto, não ganha ênfase e é enfraquecida por alguns atenuantes que se devem meramente a um esforço retórico.

d) O premiê e ministros de Estado são autoridades que falam por Israel, mas os EUA são tomados como fonte oficial a endossar ou não as acções israelitas

As referências e citações atribuídas ao primeiro-ministro israelita Benjamin Netanyahu são constantes nas matérias principais das páginas de ambos os jornais na primeira semana dos acontecimentos, assim como são também diversas as referências ao ministro da Defesa israelita Ehud Barak e outras autoridades israelitas. Entretanto, são também recorrentes as complementações com referências a autoridades norte-americanas, dando conta de como as coisas estariam a ecoar nos Estados Unidos.

Isso ocorre mesmo no caso da matéria do *Diário de Notícias* do dia 02/06 (p. 4), cujo título era: “Israelitas divididos sobre ataque” e o antetítulo: “Gaza. Hillary Clinton disser ser ‘inaceitável’ a situação neste território palestino e avisou que ‘não pode durar’”. Nota-se na peça um esforço e uma ênfase em apontar israelitas com vozes proeminentes e personalidades ilibadas dispostos a criticar a atitude de Israel, sendo a primeira delas, logo no *lead*, a do escritor Amos Oz. Porém, neste mesmo parágrafo aparece o posicionamento da secretária de Estado norte-americana (cuja identificação do cargo é omitida), Hillary Clinton, reiterando a fala que havia sido anunciada no antetítulo.

Somente no último parágrafo, o texto do *Diário de Notícias* faz jus ao seu título e informa que em Israel realizaram-se “manifestações de apoio à operação, principalmente em Jerusalém, e de condenação da mesma, em Telavive”. Assim, a matéria anuncia que os

“israelitas estão divididos sobre o ataque”, mas o que a cobertura textual demonstra é que alguns intelectuais israelitas estão a criticar o seu próprio Estado. Ao mesmo tempo, a figura oficial norte-americana de Hillary Clinton aparece meio que ratificando as críticas, mas apenas com duas falas evasivas e genéricas: “é inaceitável” (a situação geral) e “não pode durar” (a situação em Gaza). Não haveria outra razão para a presença de Clinton no texto, com falas tão inconclusivas, senão o reconhecimento dos EUA como entidade ratificadora da visão e do tratamento a ser dispensado a Israel.

Outros excertos que denotam a ênfase nos EUA como referencial utilizado para um olhar sobre Israel e suas acções são:

No plano da diplomacia multiplicaram-se os contactos, como o ministro dos Negócios Estrangeiros turco, Ahmet Davutoglu, a telefonar ao ministro da Defesa de Israel, Ehud Barak, e Recep Erdogan a conferenciar, também por telefone, com o Presidente americano Barack Obama. (Diário de Notícias, dia 03/06; p.3)

(...) Israel pode conduzir um inquérito justo, transparente e credível? A resposta é sim’, disse Philip Crowley, em nome da diplomacia americana. (Diário de Notícias, dia 04/06; p. 23)

(...) Em Washington, esta tese é apoiada por congressistas influentes que querem impedir eventuais sanções contra Israel. Para muitos, Israel usou de forma “legítima” o direito à “autodefesa”. (Diário de Notícias, dia 04/06; p.23)

Os EUA ficam numa situação difícil, pois a Turquia é um dos seus maiores aliados (...).(Público, dia 01/06; p. 2)

Ontem era manifesta a descoordenação do Governo, com Bibi Netanyahu nos EUA, forçado a cancelar o encontro com Obama, com Barak a justificar o injustificável e Benjamin Bem Eliezer (no Qatar) a reconhecer uma perda de controlo das tropas e a temer a deterioração das relações com a Turquia.(Público, dia 01/06; p.3)

No plano diplomático sucedem-se os desaires. Os EUA não puderam evitar que na declaração da Conferência do Tratado de Não Proliferação o nome de Israel fosse referido, ao contrário do Irão (...). (Público, dia 01/06;p.3)

Encurralado entre dois aliados, os Estados Unidos tentam aliviar a tensão e propuseram uma investigação ao incidente que seja aceitável para as duas partes (...). Ontem, o vice-presidente Joe Biden admitiu que Israel ‘tem direito absoluto’ a defender-se, mas avisou que Washington tentará convencê-lo a aliviar o bloqueio. (Público, dia 04/06; p. 14)

(...) Mas os EUA não apoiam a missão independente que o Conselho de Direitos Humanos (da ONU) aprovou anteontem, por 47 votos contra 32 (...).(Público, dia 04/06, p. 14)

E mesmo nos Estados Unidos, onde é maior a compreensão com as preocupações de segurança israelitas, se exigem cedências (...). (Público, dia 06/06, p.12)

Neste quarto tópico da grelha analítica aplicado ao noticiário geral do acontecimento na primeira semana, o que se coloca em causa é a óbvia pertinência noticiosa de acompanhar junto a lideranças norte-americanas a repercussão de acontecimentos envolvendo Israel no cenário internacional. Afinal, por razões que envolvem estratégias geopolíticas, questões económicas e militares e, naturalmente, dado o histórico apoio estadunidense a Israel, os EUA ocupam uma posição-chave na cena internacional para a solução das justas em que se envolve o Estado hebreu.

O que se vem interrogar aqui, porém, é a introjecção nos discursos reproduzido pelos *media* do papel norte-americano como agente determinante e ratificador de como deve ser o olhar para Israel, como se isso fosse algo que faça parte de uma “natureza” das coisas, ditando, automaticamente, a posição ocidental em relação àquele estado - mesmo que algumas de suas acções estejam, inclusive, a desrespeitar deliberadamente algumas resoluções nos níveis dos fóruns da ONU.

Logo, diante dessa “naturalidade” com que se absorve o discurso estadunidense frente a Israel, é cabível questionar se questionamentos sobre a ordem e o desenrolar de determinados acontecimentos, no final das contas, não deixam de ser feitos no âmbito dos *media*, contrariamente ao próprio papel de defensor da democracia que o segmento evoca para si, na sua retórica a respeito do seu papel e da sua relevância social.

e) Deficiência nas fontes relativamente à Palestina

Durante a primeira semana de cobertura dos acontecimentos, os termos “Gaza”, “Faixa de Gaza” e “Palestina” figuraram em praticamente todas as matérias veiculadas sobre o assunto nos dois jornais analisados. Entretanto, personagens tomadas como fontes oficiais relativamente à Palestina ou à Faixa de Gaza aparecem em apenas três peças noticiosas. Assim, o que se observa é uma deficiência na apresentação e na diversificação das fontes que possam de facto representar o lado palestiniano, não ficando claro quem realmente

está habilitado a falar oficialmente neste caso, até porque a situação palestiniana é descrita com superficialidade e generalizações que não contemplam a complexidade do quadro seu político - ressalte-se que no primeiro dia de cobertura dos acontecimentos, no *Público*, a matéria secundária “Bloqueio é um ‘pilar central no conflito com o Hamas’” explica, a certa altura, que o “Governo israelita justifica o bloqueio como uma forma de pressionar o Hamas, que não reconhece o Estado de Israel, e que em Junho de 2007 subiu ao poder em Gaza (...) Documentos a que a BBC teve acesso em Maio explicam a estratégia: o bloqueio é para Israel um ‘pilar central no conflito armado com o Hamas’”; tirando este registo, mais pormenores sobre as razões e as implicações do bloqueio não foram publicados naquela semana.

No *Público*, no dia 01/06, uma caixa que tratava dos protestos mundo afora em decorrência das mortes registadas no *Mavi Marmara* abre com a frase “Foi um ‘massacre’, a operação israelita contra a frota de navios estrangeiros que levavam ajuda humanitária para Gaza, comentou o presidente da Autoridade Palestiniana, Mahmoud Abbas, que decretou três dias de luto (...)”. Em uma semana, essa foi a única vez que uma autoridade ligada aos palestinianos foi “ouvida” como fonte nas matérias veiculadas por este jornal sobre o assunto.

Já no *DN*, um infográfico, no dia 01/06, traz algumas estatísticas sobre a Faixa de Gaza, conforme se pôde verificar na primeira parte desta leitura crítica. Entretanto, a primeira menção à Autoridade Palestiniana aparece somente no dia 03 de Junho.

Num quadro intitulado “CRÍTICAS”, no pé da página 24, no dia 03/06, o *DN* reporta em notas de uma coluna, as repercussões dos acontecimentos colhidas junto a autoridades de: UE (seis linhas); EUA (10 linhas); Autoridade Palestiniana (seis linhas); União Africana (cinco linhas); Grupo dos Anciões (oito linhas); Grã-Bretanha (sete linhas). Diz o texto integral da nota sobre a Autoridade Palestiniana: “O presidente da Autoridade Palestiniana, Mahmud Abbas pediu a Obama que trabalhe para uma ‘total mudança de política, a começar pelo fim do bloqueio a Gaza’”.

No dia 04/06, num quadro semelhante, só que dessa vez intitulado “Reacções”, o jornal publica novamente notas curtas numa caixa complementar à matéria principal. A caixa traz os seguintes países: Israel (14 linhas), EUA (12 linhas), Turquia (18 linhas), Palestina (14 linhas), sendo que a nota sobre a Palestina teve como fonte o emissário americano para o Oriente Médio, George Mitchell, que teria feito um apelo a Abbas pela manutenção dos “progressos” nas negociações com Israel.

Tirando essas duas notas, não há mais registos no *Diário de Notícias* de fontes oficialmente ligadas à Palestina nesta primeira semana dos acontecimentos, sendo que em nenhum dos dois dias, nenhuma fonte ligada ao Hamas foi citada.

É claro que diversas considerações podem ser feitas sobre as razões para a ausência de fontes oficialmente ligadas à Palestina e, sobretudo, à Faixa de Gaza, onde está concentrada a população directamente atingida pelo bloqueio israelita. As próprias cisões internas da Palestina, entre a Autoridade Palestiniana e o Hamas, que controla Gaza, certamente contribuem para uma desarticulação dos discursos provindos do lado palestino dos acontecimentos, enfraquecendo a sua representatividade junto aos *media* tradicionais.

Entretanto, isso seria apenas especulações sobre o processo de produção e veiculação das notícias, que não são alvo de maiores aprofundamentos neste estudo. O facto que chama a atenção no âmbito desta tese é o de que, a tirar pelo que foi efectivamente publicado na primeira semana da cobertura dos acontecimentos, buscar fontes de informação (oficiais ou não) ligadas à Palestina ou à Faixa de Gaza não foi uma preocupação textualmente manifesta pelos veículos aqui investigados.

A Faixa de Gaza está sitiada; 1,5 milhões de pessoas estão a depender de ajuda de entidades humanitárias para ter acesso a bens básicos de consumo, o desemprego e a criminalidade atingem índices alarmantes, o bloqueio é citado textualmente por um dos jornais como um meio táctico para atingir a liderança política de Gaza, o Hamas... E os maiores implicados nesses acontecimentos não foram convocados a falar.

f) Descrição superficial das implicações do bloqueio para a população palestina

Tal como a deficiência na apresentação e diversificação de fontes “oficiais” ligadas aos palestinianos, a contextualização e descrição geral da situação enfrentada pelos habitantes da Faixa de Gaza também se configura. É compreensível que em termos de valor-notícia o bloqueio à região não figurasse nas matérias principais, uma vez que este não era um acontecimento “quente” – para usar aqui um jargão jornalístico que designa os factos mais recentes e impactantes relativamente a um acontecimento. Como na altura o bloqueio já se estendia há três anos, é possível ainda que noutros momentos ou noutros cortes noticiosos, em ambos os jornais, informações mais ampliadas sobre o que estava a se passar com aquela população possam ser encontrados.

Entretanto, para um acontecimento noticioso que reverberou por 15 dias nos *media* de referência, a questão que serve de pano de fundo (o bloqueio à Faixa de Gaza) para todo o acontecimento em torno da Flotilha da Liberdade, definitivamente, não é esclarecida em sua amplitude para o leitor.

As alegadas causas do bloqueio e as divergências dos pontos de vista acerca dele são questões intimamente ligadas às razões e ao contexto da formação da flotilha, assim como

do ataque à mesma pelas forças israelitas. Da mesma forma, questionamentos sobre a legitimidade das acções de ambos os lados – tanto de Israel na abordagem dos barcos quanto dos activistas na determinação de levar ajuda e de furar o bloqueio marítimo israelita também careciam ser feitos do ponto de vista de uma cobertura jornalística alargada e intensa sobre esses factos. No entanto, essas foram questões que correram à margem de toda a cobertura, pelo menos nas páginas noticiosas (uma vez que as de opinião e os editoriais não configuram neste estudo), sem merecer pormenores nem maiores inquéritos.

Ainda dentro de um entendimento do papel jornalístico numa cobertura desta monta, é de se pensar que seria esperável contar com um esforço de investigação junto à população que está no cerne dos acontecimentos, isto é, os palestinianos. Afinal, ao mesmo tempo em que estão directamente implicados nas causas do ataque à flotilha, são eles também que sofrem as consequências directas do embargo e de qualquer sequestro de mantimentos e bens de consumo que estivesse a ser dirigida à área sitiada.

Para quem acompanhou a primeira semana dos acontecimentos nos dois jornais de referência portugueses, o registo de 1,5 milhões de pessoas confinadas na Faixa de Gaza, representa meramente um número. Durante os sete primeiros dias em que o assunto sobre a Flotilha da Liberdade abriu páginas e figurou nos dois jornais, nenhum palestiniano teve registado, por nenhum dos dois veículos noticiosos, o seu depoimento ou relato pessoal sobre como o embargo estaria a afectar sua vida; nenhum palestiniano teve o rosto e o nome estampado nos jornais.

Neste sentido, a quarta função básica do jornalismo, enumerada por Schudson, isto é, “a empatia social (...) a transmissão de histórias de interesse humano providas de pontos de vista e modos de vida que compõem o mundo – concedendo aqui espaço às vozes menos favorecidas pelas restantes instâncias sociais” é um ponto que as ambas as coberturas deixam a desejar, pelo menos relativamente à primeira semana das coberturas.

3.5A segunda semana da cobertura dos acontecimentos

Nota-se que na segunda semana o assunto começa a arrefecer em ambos os jornais. Ainda não há, nessa altura, uma conclusão sobre a legalidade da acção israelita sobre a flotilha; as circunstâncias das nove mortes a bordo do *Mavi Marmara* ainda não foram esclarecidas e pressões para o fim do bloqueio à Faixa de Gaza permanecem no discurso de diversas lideranças e movimentos internacionais. Mas o assunto já não merece destaque nas

capas e nem consta, necessariamente, como matéria principal de abertura de páginas, sendo que em alguns dias, nesse intervalo, ele nem sequer é citado.

Porém, ainda dentro dessa primeira quinzena, em vários dias, o tema se mantém de alguma forma nas páginas internas dos jornais, conseguindo voltar a tona com certo destaque em alguns momentos. O encolhimento do espaço ocupado foi a única mudança sensível observada em relação à primeira semana dos acontecimentos, uma vez que os elementos discursivos identificados anteriormente pouco ou nada se alteraram.

No dia 11/06 o *Público* abre a secção *Mundo* com uma matéria cujo título é “Judeus europeus pretendem chegar por mar à Faixa de Gaza”. O antetítulo da peça diz o seguinte: “Médio Oriente – Turquia desmente afastamento dos aliados ocidentais” e o subtítulo: “Um israelita de 83 anos, sobrevivente do Holocausto, vai juntar-se a activistas da Alemanha, do Reino Unido e de outros países”. A cobertura naquele dia mereceu duas páginas, sendo que na segunda surge, pela primeira vez em toda a sequência acompanhada, uma caixa com um ponto a ponto com certos pormenores sobre a situação na Faixa de Gaza.

Um enfoque como este, naturalmente aponta para uma intenção de evidenciar uma posição sensibilizada frente à situação palestiniana, bem como de um esforço de oferecer um conteúdo jornalístico mais humano, menos “oficializado” e até mais plural naquele 11º dia de acompanhamento do assunto.

Mas isso não significa, necessariamente, que o *outgroup* possa, nesse caso, estar a ser retratado sob uma nova perspectiva ou a merecer as mesmas atenções e deferências do *ingroup*. O mote da matéria principal indica que é dentro do próprio grupo de pertença ocidental que há pontos de vista e valores a serem revistos e que estão a ser questionados no seu interior. O texto afirma a certa altura: “há judeus que querem justiça para os palestinianos” e lança luz sobre a presença de um sobrevivente do Holocausto no movimento – uma informação de grande simbolismo que remete, ao mesmo tempo, ao teor objectivo de reivindicação de direito aos palestinianos e ao subjectivismo da dívida talvez impagável do Ocidente com os judeus do Holocausto e seus descendentes.

O texto fala ainda numa “grande voz alternativa dos judeus na Europa” que entendem o bloqueio como “um ato altamente imoral, que obriga as pessoas a viverem nas ruínas de suas casas” – e vai além da questão do bloqueio, informando que “os judeus europeus querem protestar contra a intenção do Governo israelita de anexar grande parte da terra palestiniana”. Adjectivar de forma tão crítica e contundente a opressão de Israel sobre aquele contingente palestiniano é algo que para certos *media* ocidentais parece ser possível somente na voz dos próprios judeus ocidentais contrariados com os factos. Ninguém mais

isento para criticar o Estado hebreu do que um judeu – livre de qualquer suspeita ou acusação de anti-semitismo e de querer reactivar os horrores praticados em nome deste sentimento, ainda tão vivo na memória (e na culpa) europeia.

Esse é, portanto, o texto que abre caminho para um olhar mais humanizado e detalhado para a Faixa de Gaza no âmbito da cobertura dos acontecimentos com a Flotilha da Liberdade. Na caixa com pormenores, 11 tópicos “explicam” como é a vida naquela parte do globo: “O que é o bloqueio a Gaza? Quais as consequências para o movimento de pessoas? Que bens são proibidos? Que áreas são mais afectadas? Alimentação; Combustível; Saúde; Iniciativa privada; E o contrabando? O bloqueio cumpriu os seus objectivos? O que poderá agora acontecer?” O título geral era: “Perguntas e respostas. A vida num território sob bloqueio”.

Ainda no dia 11/06, uma terceira matéria, menor, é veiculada. Era a matéria à qual se referia o antetítulo da reportagem principal: “Política externa – Erdogan nega que a Turquia esteja a virar-se para o Oriente”. Eis aqui uma notícia factual, sem dúvida, afinal tratava-se do registo de uma fala do primeiro-ministro turco, proferida no dia anterior, mas, novamente, eis também uma ratificação de que *oingroup* não havia sido perdido de vista. Os interesses ocidentais, afinal, estavam a ser vigilantemente monitorados, mesmo em meio a esta pausa para um olhar em pormenor sobre a crítica situação humana na Faixa de Gaza.

Depois dessa reportagem especial do dia 11 de Junho, o *Público* praticamente encerra a sua cobertura no âmbito dos acontecimentos com a Flotilha da Liberdade, voltando ao tema somente no dia 15/06, com a seguinte matéria: “Israel apresenta comissão de inquérito interna”. Eis o *lead*:

Num equilíbrio entre ceder um pouco à pressão internacional e não parecer fazê-lo, Israel anunciou ontem uma comissão interna ao incidente com a pequena frota de activistas pró-palestinos com presença internacional. O Estado hebraico considera ainda modos de suavizar o bloqueio à Faixa de Gaza.

Não se pode dizer que a medida anunciada por Israel foi tratada com eufemismo nesse *lead*, mas, seguramente, a medida que contrariava frontalmente as Nações Unidas parece suavizada quando anunciada por meio da frase: “Num equilíbrio entre ceder um pouco à pressão internacional e não parecer fazê-lo”. O padrão de abordagem e descrição cautelosa das acções israelitas, identificado na leitura das notícias da primeira semana, mantém-se aqui, na última peça do *Público* seleccionada para este estudo.

No *sublead*, o texto informava ainda que “a ONU já reagiu dizendo que continua

a querer um inquérito internacional (...). Em termos de valor-notícia é discutível, portanto, qual das duas informações merecia de facto abrir a matéria e merecer o título.

A escolha pelo foco na posição burocrático-israelita corrobora com todas as constatações que já feitas até aqui neste estudo a respeito daquilo que Castelan e Schroder (2008) chamam de matriz ideológica que se faz presente no discurso – neste caso, no discurso “delicado” em relação à desobediência, já recorrente, de Israel às Nações Unidas e às generalizações que transformam o drama humano dos palestinianos em frias estatísticas e alinha turcos, árabes, muçulmanos, extremismo e ameaças terroristas num mesmo eixo (mesmo quando alguns desses elementos figuram como aliados estratégicos do *ingroup*).

O texto do *Público* que fecha a quinzena analisada nesta tese segue a apresentar as duas personalidades internacionais convidadas a acompanhar o inquérito anunciado por Israel para, no quarto parágrafo, informar: “O inquérito não irá questionar os participantes na operação e terá de se basear em sumários de investigação interna do Exército. A missão do painel será examinar se o bloqueio naval a Gaza e a acção israelita são legais do ponto de vista da lei internacional”. E, mais adiante, denuncia: “O inquérito vai ainda considerar as acções dos que organizaram e participaram na frota – um modo de o Governo de Israel tentar mudar o foco da sua actuação para a acção dos activistas”.

Nota-se, portanto, que as informações essenciais estão aí para quem as puder ler. Israel havia, na prática anunciado um inquérito com todos os meios para culpar os activistas pelo desfecho trágico da abordagem da flotilha no dia 31 de maio. A matéria mantém-se, assim, objectivamente calçada nos dados oficiais, permitindo-se um pormenor analítico – na frase “uma forma de o Governo de Israel tentar mudar o foco de sua actuação (...)” – frente à evidente parcialidade da medida anunciada por Israel.

Na sequência, surge a posição de Washington, endossando outro parâmetro identificado na primeira semana, o do papel norte-americano para “ditar” o nível de absorção discursiva às acções de Israel: “Washington reagiu à notícia dizendo que ‘é um importante passo em frente’ - a composição internacional do inquérito terá tido aprovação da Administração americana”, diz o sexto parágrafo.

O texto segue com breves frases sobre as ressalvas da ONU e dedica seus dois últimos parágrafos a informar que “Israel continua entretanto sob pressão para suavizar o bloqueio que impõe a Gaza” e aponta indícios que o país poderá anunciar nos próximos dias o “alívio ao cerco”, para citar depois vários exemplos de figuras de expressão internacional que reprovavam o embargo, tais como: Tony Blair, os países europeus, os próprios EUA e o Comité Internacional da Cruz Vermelha.

O anúncio de Israel também mereceu registo no *Diário de Notícias* no dia 15/06 de Junho. Nesse dia, o jornal, que não abria página com o tema desde o dia 08/06, dedicando ao mesmo apenas matérias curtas ou notas, volta a alçar a questão como matéria principal na secção *Globo*. O título foi: “Israel cria comissão sem poderes”. O *lead* é o que se tem a seguir:

A decisão do Governo de Benjamin Netanyahu de criar uma comissão de inquérito ao incidente de 31 de Maio, envolvendo a flotilha que se dirigia à Faixa de Gaza, foi recebida com críticas pela Turquia, Autoridade Palestiniana e pelo Hamas, que que controla o território desde 2007 (p. 19)

Nota-se aqui que, assim como constatado na análise pormenorizada feita no primeiro dia da cobertura, o *Diário de Notícias*, do ponto de vista meramente da objectividade, conseguiu uma performance melhor que a do Público. A começar do título e seguindo com o conteúdo do *lead*, o *DN* apresenta uma notícia, sem rodear a informação com itens subjectivos.

Após informar também a repercussão da comissão junto à UE e os EUA e apresentar os membros que a irão compor, o texto informa, no oitavo parágrafo que “A comissão não poderá interrogar nenhum militar envolvido na operação, só podendo ouvir o chefe de estado-maior; em contrapartida, poderá consultar os sumários da investigação interna em curso no exército israelita”. E na sequência diz: “A tarefa da comissão acabará por se restringir à determinação ou não da conformidade com o direito internacional da operação militar, notavam ontem alguns media israelitas”. Essas duas passagens endossam, portanto, aquilo que correctamente o *lead* havia anunciado.

Junta-se a este texto também o facto de que a opinião de uma autoridade turca (nação que afinal estava na origem da crise por conta da flotilha) foi ouvida, assim como a do presidente da Autoridade Palestiniana e, pela primeira vez no âmbito das coberturas sobre o incidente, a voz do Hamas: ““Israel se condena a si próprio ao recusar um inquérito internacional”” - é o que se lê nas três últimas frases, sem especificar qual integrante do movimento havia proferido a frase.

A despeito da objectividade e da pluralidade identificadas na matéria principal, entretanto, nota-se nesta edição que, numa caixa secundária, o título diz: “Crise humanitária – Vai ser revisto o bloqueio a Gaza”. O texto dava conta de que Tony Blair, então premiê inglês, revelara ter obtido um acordo de princípio do Governo de Netanyahu para a diminuição das restrições à entrada de bens e mercadorias em Gaza.

Dessa forma, fica no ar um questionamento a respeito do quesito valor-notícia.

Afinal, naquela edição, a garantia oficial de um desfecho para um impasse relativo à questão palestiniana - e de 1,5 milhões de vidas sitiadas - permanece sendo uma notícia secundária, um pormenor, mesmo ao lado de uma notícia sobre a criação de “uma comissão sem poderes” e meramente burocrática, que nada poderá resolver. Apesar de suscitar embates entre nações caras ao Ocidente, como Israel e a Turquia, o bloqueio a Gaza é um “detalhe” do ponto de vista noticioso.

Desta forma, o que se pode dizer no geral sobre todo o edifício noticioso analisado no âmbito desta tese é que foi possível encontrar registos que muito sintomaticamente reflectem não só uma introjecção do paradigma biopolítico como a aceitação de uma lógica de tanatopolítica. Foram esses os discursos que emergiram, muitas vezes simplesmente sussurrantes ou diluídos, em meio àquilo que - com alguma licença para a generalização – podemos chamar de conjuntos de valores e posicionamentos gerais da nossa sociedade contemporânea.

CAPÍTULO IV

4. Da introjecção do paradigma biopolítico à aceitação da tanatopolítica

A leitura crítica da cobertura da acção de Israel sobre a Flotilha da Liberdade, na primeira quinzena de Junho de 2010, nos dois veículos impressos de referência portugueses seleccionados para este estudo mostra que, relativamente à objectividade jornalística, não há máculas significativas. Em algum momento um jornal terá sido mais objectivo que o outro, mas, no geral, nos conjuntos noticiosos examinados em ambos encontram-se o resguardo das aspas, a preocupação com os números, assim como a creditação das informações a fontes consideradas habilitadas e um esforço para demonstrar a diversificação de pontos de vista e de checagem do material. Apesar disso, conforme foi visto, o paradigma biopolítico revela-se em diversos pontos. Em diversos momentos da cobertura, prevalecem discursos que justificam a forma como se dá o embargo à Faixa de Gaza por Israel, colocando as condições dramáticas de subsistência daquela população ao nível de meras consequências de uma finalidade maior.

A morte, no entanto, é um valor-notícia que aparece em primeiro lugar nas teorias da comunicação centradas no *Newsmaking* (Traquina, 2002) - “onde há morte, há jornalistas”, eis uma sentença que já virou lugar-comum para designar a íntima relação entre este evento biológico e seu potencial noticioso. Conjugada com outros critérios substantivos e circunstanciais, a morte é, via de regra, encarada como um acontecimento que irrompe e interrompe a “normalidade”. Sem entrar nos méritos pertinentes às teses à volta dos *Newsmaking* e pensando-se esse facto apenas sob a noção do quanto o paradigma biopolítico permeia a Modernidade - numa lógica de gestão, aperfeiçoamento e perpetuação da vida -, é perfeitamente compreensível essa “inconformidade” dos *media* perante a morte.

Nas primeiras notícias veiculadas pelos jornais impressos a respeito do ataque à Flotilha da Liberdade, ambos os *leads* traziam a morte dos nove activistas a bordo do barco *Mavi Marmara* como uma importante componente do conjunto noticioso do *lead*; seja figurando como o «o quê» acontecido ou como o «porquê» que justificaria toda a crise diplomática desencadeada, a notícia das baixas entre os manifestantes estavam, desde o princípio, ligadas ao acontecimento principal e figuravam como dado significativo para dimensionar os factos. Porém, o confinamento de 1,5 milhão de pessoas na Faixa de Gaza e toda a crise humanitária por detrás do acontecimento do dia 31 de maio de 2010 figura em toda a cobertura como um pormenor contextualizante.

Entretanto, de elemento que contextualiza as notícias iniciais, o embargo à Faixa de Gaza, à medida que a cobertura prolonga-se por pelo menos duas semanas, transforma-se numa realidade dada e assimilada - isto é, algo que não será destacado e nem merecerá maiores esforços de reportagem por já ter entrado para uma categoria de «normalidade».

A partir do momento que o sítio a Gaza, aparentemente, não encontra abrigo fácil em outros elementos do rol dos critérios substantivos que compõem as variáveis dos valores-notícia, tais como *proximidade*, *novidade*, *impacto* ou *escândalo*, todo seu potencial como terror histórico que se desenrola sob os olhos e ouvidos dos *medias* - e de toda a sociedade - fica represado em sua latência, à espera de que alguém, um dia, uma hora, encontre alguma brecha, em algum facto, para enquadrá-lo nos critérios noticiosos arraigados e condicionante do trabalho jornalístico. Conforme se viu na análise dos textos, os questionamentos à volta do quadro são, muitas das vezes, centrados em questões que, por outras palavras, estão a por em causa se «vale a pena ou não o embargo», se a «táctica está ou não a ser eficaz» e nada para muito além disso.

Giorgio Agamben (2008) explica com muita clareza como é que um paradigma biopolítico converte-se, no seio até mesmo das sociedades democráticas, em pura tanatopolítica, quando o cálculo da vida converte-se no regulamento oculto da morte. Este é o sistema que simplesmente deixa morrer ou conduz e induz à morte e à extinção daquele que não é interessante ou simplesmente não tem valor para a sociedade:

[...] Se, em todo o Estado moderno, existe uma linha que assinala que a decisão sobre a vida, torna-se decisão sobre a morte, e a biopolítica pode neste ponto converter-se em tanatopolítica, tal linha não se apresenta hoje como um confinamento fixo a dividir duas zonas claramente distintas; ela é, ao contrário, uma linha em movimento, que se desloca para zonas sempre mais amplas da vida social [...] (Agamben, 2008; p. 116)

Agamben articula as teorias de Michel Foucault sobre a biopolítica com os estudos de Hannah Arendt sobre a condição humana na Modernidade, ao mesmo tempo em que faz um minucioso estudo da história jurídica ocidental. Unindo esses pontos, ele volta até a Antiguidade para resgatar os conceitos de *bios* – aquela vida que tinha o direito de participar da *polis* e, portanto, estava inscrita na cena política – e *zoé* - aquela mera vida “vivente”, como era concebida a vida do escravo, dos animais domésticos e até das mulheres – e nos explica que o que ocorreu na Modernidade foi a entrada da *zoé* para a *polis*, isto é, a vida inscrita na “política” passa a ser justamente a *mera vida*, que será agora gerida, concebida ou descartada dentro de uma lógica de funcionamento desse sistema (bio) político.

A partir do momento em que o Estado, por um lado, assume e integra em sua esfera o cuidado da vida natural dos indivíduos, Agamben visualiza, na outra face da moeda, o que chama de “tecnologias do eu”, isto é, a forma de integração da identidade e da consciência do indivíduo a um sistema de poder e controlo que não tardará a criar meios jurídicos para legalizar a exclusão dos elementos não interessantes, isto é, daqueles que encarnam a mera vida, a vida nua. A esses elementos, em referência a uma figura do antigo direito romano, ele chamou *homo sacer* (Agamben, 2008), isto é, aquele que não se pode deliberadamente matar, mas é possível deixar morrer.

A morte «não vista» do *homo sacer* dá-se naquilo que ele chama de *campo*, áreas em que existe um vácuo jurídico simplesmente não alcança, graças a existências de leis que determinam quem é o cidadão inscrito, incluído e digno de consideração. Logo, quem não está dentro, está fora. Não é preciso fazer uma lei para mandar executar o *homo sacer*. Nas sociedades modernas, artifícios requintados - como um embargo aos habitantes uma faixa de terra onde se considera que há um risco eminente de terrorismo - são muito hábeis em criar meios «justificáveis» para deixar de fora aquele que não se quer incluir. Agamben defende que neste ponto a tese foucaultiana pode ser complementada:

(...) com o processo pelo qual a excepção se torna em todos os lugares a regra. O espaço da vida nua, situado originariamente à margem do ordenamento, vem progressivamente a coincidir com o espaço político, e exclusão e inclusão, externo e interno, bíos e zoé, direito e facto entram em uma zona de irreduzível indistinção (2008, p. 115).

A seguir por esta linha de reflexão, é razoável pensar que, no caso da Faixa de Gaza, uma vez estabelecida a área de exclusão, basta não mais deixar que os meios de subsistência entrem. Entender essa dinâmica é relativamente fácil. Estranho é pensar como e porquê os questionamentos no campo jornalístico parecem não alcançar essas questões, justamente quando chamam para si um papel crítico diante das injustiças e discrepâncias sociais; justamente porque estão sempre a evocar os direitos dos homens e os organismos supranacionais, em última instância.

Em Giorgio Agamben é possível ver que a explicação está precisamente no ponto em que ele identifica que o caminhar da biopolítica para a tanatopolítica ocorre no seio das democracias modernas, num progressivo convergir com os estados totalitários, criando aquilo que classifica como sociedades pós-democráticas espectaculares. Assim, a biopolítica está de tal forma intrincada à sociedade de consumo e do hedonismo de massa que é a própria política que deixa de existir.

Envolto numa rede de dispositivos que condicionam sua existência biológica e ao mesmo tempo o inscrevem numa sociedade de consumo, o homem moderno simplesmente não mais teria capacidade de elaborar certas questões - até porque não as percebe. Os estudos de Hannah Arendt subsidiam a tese agambeniana nesse sentido.

Uma das coisas fundamentais que Arendt (2001) sublinha é que o mundo humano só o é como tal por ser mediado por outros seres humanos. Assim, aquilo que ela chama de *vita activa* - aquela vida para além da vida animal e inscrita em um mundo partilhado com outros homens - tem de ser constituída por três factores primordiais: o labor, o trabalho e a acção. O labor, classifica ela, é a actividade mais básica, centrada na subsistência da vida biológica. Já o trabalho está relacionado ao sonho humano de construir um mundo durável. E a acção, diz, é o mais político de todos os aspectos, a única actividade que depende exclusivamente da constituição de um espaço público para se desenvolver e que só é possível mediante a presença de outros seres humanos.

Em suma, Hannah Arendt sustenta a tese de que o agir em relação ao outro é o factor que define a nossa humanidade. Pode o homem até viver sem trabalhar, usufruindo do trabalho alheio, ou pode também satisfazer às suas necessidades vitais, consumindo o que estiver à mão, “sem lhe acrescentar um só objecto útil” (Arendt, 2001; p. 225). Mas renunciar à habilidade de se colocar distintamente perante o outro levaria este homem a renunciar ao que fundamentalmente o distingue dos objectos ou até mesmo do restante do mundo animal: a paradoxal pluralidade dos seres humanos singulares.

Acontece que na tese arendtiana, a Modernidade coroa “a vitória do *animal laborans*” (Arendt, 2001; p. 389). Para ela, a ascensão do *homo faber*, isto é, do homem capaz de construir um mundo durável à sua volta acabou por culminar numa sociedade onde o consumo é um fim em si mesmo e onde o espaço público (o espaço da acção) desaparece para dar primazia ao privado, isto é, às questões individuais em primeiro plano. É nesse registo que o homem moderno perde a sua capacidade de perceber, se sensibilizar e agir perante o outro. A respeito da tese arendtiana, Margarida Amaral (2007) resume o seguinte:

(...) o que está em causa com a vitória do *animal laborans*, ou, antes, com a do *homo faber*, é a destruição da estrutura humana que, tanto quanto aqui foi proposto, tem implicações sérias relativamente à racionalidade pública, isto é, à capacidade de julgar tendo como cenário o mundo comum que se constrói pela acção e pelo próprio discurso que sobre ela se pronuncia na exacta medida em que julga (Amaral, 2007; p. 94).

4.1 A verdade objectiva dos textos jornalísticos

Num mundo racional-utilitário, conforme o descrito por Hannah Arendt, onde todos os meios têm de atender a uma finalidade útil e prática inscrita numa lógica consumista, já não parece assim tão estranho que os registos jornalísticos operem sob essa mesma razão - mesmo sem que os actores directamente envolvidos na produção noticiosa não se apercebam disso. Constrangido por rituais de objectividade - que, conforme visto no Capítulo I deste trabalho, apontam em última instância para o resguardo da empresa jornalística ao mesmo tempo em que condicionam directamente a forma dos textos -, o desafio que o trabalho jornalístico enfrenta parece, portanto, ser num nível bem maior do que os próprios profissionais de *media* conseguem se dar conta.

Kovach e Rosenstiel (2004), por exemplo, citam que “a primeira obrigação do jornalismo é para com a verdade”:

À medida que a imprensa moderna começou a tomar forma, lado a lado com a teoria democrática, a promessa de verdade e rigor rapidamente se tornou parte importante do *marketing* jornalístico, logo desde os primórdios dessa actividade (Kovach & Rosenstiel, 2004; p.39).

Mas, ao mesmo tempo, os autores também se referem à verdade como “o primeiro e o mais confuso dos princípios” (Kovach & Rosenstiel, 2004; p. 40). Assim, eles afirmam que o que o jornalismo busca, no quotidiano, “é uma forma prática e funcional da verdade, e não a verdade no sentido absoluto e filosófico (...) O jornalismo pode – e deve – procurar uma verdade no sentido que nos permita agir quotidianamente” (p. 41). E complementam:

Na verdade, é mais útil e mais realista entender a verdade jornalística como um processo – ou um percurso contínuo até ao entendimento – que começa com as primeiras notícias e se desenvolve ao longo do tempo (Kovach & Rosenstiel, 2004;p.44).

Assim, vinda do seio de discussões sobre as quais se debruçam jornalistas contemporâneos acerca de uma *praxis* jornalística “ideal”, temos a afirmação da verdade jornalística como uma construção permanente e sempre por terminar. É possível considerar essa uma perspectiva que alcança certo avanço, em termos do reconhecimento do papel social da actividade jornalística e dos deveres que ela chama para si. A noção de que nenhuma actividade jornalística, por mais correcta, ética, cuidadosa, plural e objectiva que seja, será capaz de encerrar em si a verdade definitiva e absoluta, sem dúvida poderá suscitar novas e

importantes perspectivas para o exercício e a deontologia da profissão.

Porém, é possível questionar aqui se ponto a que chegam Kovach e Rosenstiel também não é o de admitir, por outras palavras, a existência de verdades pontuais. Ora, um enfoque pontual depende, naturalmente, do ponto elegido para ser privilegiado ou, melhor dizendo, enquadrado na narrativa. Dizer uma verdade é, em última instância, deixar de narrar outras verdades, tão verdadeiras relativamente a um acontecimento quanto a verdade que ganhou o direito de ser verbalizada.

Não se trata departir aqui e agora, com essas reflexões, para uma proposta filosófica mais aprofundada sobre o sentido de verdade. Antes, pelo contrário, trata-se de chamar para os aspectos práticos da elaboração dos discursos jornalísticos. A finalidade dessas interrogações é a de deixar emergir no discurso uma relação descritível com o conjunto de outras práticas. As colocações de António Fernando Cascais (2009) sobre a composição dos arquivos dentro das sociedades modernas dão-nos algumas pistas extremamente pertinentes sobre aquilo ao que se quer atentar neste ponto.

Segundo Cascais, numa perspectiva da arqueologia foucaultiana sobre os discursos (científicos – e, portanto, onde localizamos também as intenções canónicas do jornalismo contemporâneo quando eles passam a buscar referenciais num ritual de objectividade) é possível sondar como a relação entre práticas políticas e os campos discursivos:

A partir dessa análise, Foucault está convencido que se torna possível saber como descrever entre um discurso científico e uma prática política um conjunto de relações que é possível seguir em detalhe e cuja subordinação é possível compreender, como atribuir o papel próprio da prática política em relação a um discurso científico, como é que as relações entre uma prática política e um campo discursivo se podem articular, por sua vez, com relações de uma outra ordem e como é que os fenómenos que temos por hábito pôr em primeiro plano encontram a sua condição histórica de possibilidade nessas modificações primeiras (Cascais, 2009; p. 114).

Falar de arquivos (isto é, daquilo que se elege para se registar, listar e/ou catalogar) é falar das suas regras, portanto. Então não é demais pensar que, ao sondar determinado discurso como o jornalístico isto também pode “revelar os esquecimentos e levantar as oclusões, ao que há que se contrapor a análise de sistemas historicamente definidos, aos quais se podem fixar limiares e atribuir condições de nascimento e de desaparecimento” (Cascais, 2009; p.113).

Como dito nas páginas iniciais deste trabalho, jamais houve aqui a pretensão de uma construção arqueológica do discurso jornalístico. O exercício proposto é no sentido

mesmo de buscar contribuir para questionamentos práticos e constantes, no seio da produção noticiosa e, quem sabe, pelos próprios profissionais de *media*, a respeito daquilo que se produz, isto é, daquilo que se elege e se reporta como notícia. Nesse sentido, como diz Cascais (2009, p.114), um dos pontos-chave é o de “levantar a denegação que se impôs ao discurso na sua própria existência, à qual há que se contrapor que o discurso não é aquilo que se quis dizer, nem o que permaneceu mudo, mas antes aquilo que é constituído pela diferença entre o que se poderia dizer correctamente numa época e que o foi efectivamente”.

Nesta perspectiva, vale ressaltar que Herbert Gans (1980) sustenta que o jornalista, em geral, traça seus julgamentos - isto é, faz a sua avaliação conceitual dos dados e factos - a partir de valores dominantes no espaço social. “Eles trabalham dentro daquilo que é moralmente consensual”, define Fernanda Lopes (2007).

Na construção noticiosa analisada no âmbito desta tese foi possível encontrar registos que muito sintomaticamente reflectem não só uma introjecção do paradigma biopolítico como a aceitação de uma lógica de tanatopolítica. Foram esses os discursos que emergiram, muitas vezes simplesmente sussurrantes ou diluídos, em meio àquilo que - com alguma licença para a generalização - podemos chamar de conjuntos de valores e posicionamentos gerais da nossa sociedade contemporânea.

4.1 O desafio de Foucault

Uma história curiosa sobre Michel Foucault, pouco discutida hoje em dia, mas muito interessante para as questões que estão em causa nesta tese foi uma curta experiência do filósofo no campo jornalístico, produzindo uma série de artigos, em plena revolução islâmica, no Irão, entre 1978 e 1979. Aurélio Guerra (2009; pp. 55-70), num artigo denominado *Michel Foucault e a Questão Islâmica*, ressalta dois pontos muito significativos: o primeiro é a de que o próprio Foucault teve a oportunidade de estar ele mesmo frente a um outro sistema de pensamento, diferente daquele que age dentro de uma história e “formas de acção cujos componentes pertencem ao mundo ocidental” (p. 55). A outra questão significativa era o desafio do intelectual, acostumado a uma prática de “pesquisa exigida pela minúcia do saber” (p. 55) e que agora depara-se com o desafio do tempo escasso do jornalista.

Ou seja, Michel Foucault experimentou nesse episódio a angústia do jornalista de buscar ser fiel à verdade dos factos enquanto eles ainda estavam a acontecer sob seus olhos. Diante daquilo que estava a se passar na queda do regime pró-Occidente iraniano e ascensão do regime dos aiatolas, o filósofo expressa a certa altura o que poucas vezes o jornalista tem coragem ou percepção para afirmar: “Eles[os iranianos, no caso] não têm o

mesmo regime de verdade que nós [os ocidentais]”, terá dito Foucault, conforme relata Guerra (p. 55).

Naquele mundo em ebulição, o filósofo centra-se nas turbulências do presente e na singularidade da revolta xiita, numa disposição genuína de buscar perceber e respeitar que o sistema de pensamento do «outro» - que diferia do ocidental e que, nem por isso, era para ele necessariamente pior.

Nas entrevistas que fez e relatou nos artigos publicados em jornais, o que Foucault identifica no Irão, acima de tudo, é uma resistência à tentativa ocidental de “modernizar” os países islâmicos a partir dos seus próprios modelos. Guerra afirma que esses textos oscilam entre um jornalismo *sui generis* e uma real reflexão filosófica. Altamente criticado na época, chegando a ser acusado mesmo de erro em suas análises, Foucault iria defender-se mais tarde, numa carta a Jean Paul Sartre, resumindo aquela experiência no campo jornalístico, dizendo que se tratava de ter a filosofia a serviço de um diagnóstico do presente.

Sobre tudo isso, Guerra (2009, p. 61) conta que Foucault ressaltará a certa altura que “o passo fora daquilo que já foi pensado, a aventura fora do conhecido exige a invenção de novos conceitos para as terras desconhecidas e que, assim, os métodos e as morais desandam. Portanto, pensar torna-se um acto perigoso”. Nem é preciso lembrar que são muitos os equívocos que na contemporaneidade têm sido cometidos em nome de uma compreensão equivocada e distorcida das diferenças.

Já sobre o desafio jornalístico, Guerra (2009, p. 66) relata que o filósofo ressaltará, mais tarde, sua angústia de tentar perceber o que estava em vias de acontecer: “Nesses dias nada estava acabado, nada estava realizado e os dados ainda estavam em jogo, rolando. Talvez seja este o trabalho de jornalista (...)”. Com base nessa experiência vivida por Michel Foucault, Aurélio Guerra constrói uma reflexão muito útil para responder a uma das perguntas feitas no início deste trabalho, sobre a possibilidade de haver ou não vias alternativas para a construção dos discursos jornalísticos:

Quando o pensamento se realiza acoplado com um processo radical de alteridade, como era o caso nessa situação [de Michel Foucault no Irão], nesse momento de uma história outra, o jornalismo não basta, ele é insuficiente. São necessários outros recursos. O que nos parece verdade é que Foucault terá tido nesse momento da sua vida e da sua produção a oportunidade ímpar, rara e única, de engalfinhar-se com um problema inóspito, num país desconhecido, no interior de uma cultura irreduzível e diferente da sua. O tempo era retorcido, condensado e precioso (Guerra, 2009; p. 67)

Não será colocado em causa aqui se o filósofo de fato foi pró-revolução naqueles textos, tal como chegou a ser acusado. O que ocorre é que o exercício de compreensão, fora das matrizes da consciência ocidental, da «lógica» do movimento da revolução iraniana empreendido por Foucault e incompreendido à altura -e talvez ainda hoje, por muitos - exigiu dele duas coisas: a primeira, o seu próprio arsenal teórico, a sua maneira singular e inédita de perceber o «nosso» sistema de verdades. A segunda: coragem.

A despeito de toda a identificação arqueogenealógica que fez sobre o surgimento e a consolidação do sistema biopolítico, para Foucault, nem sempre os indivíduos são sujeitos passivos ou receptáculos sobre os quais o poder incide. Pelo contrário, para ele, as relações de poder trazem em si próprias a possibilidade da resistência “onde há poder há resistência”:

Esta resistência de que falo não é subsistência. Ela é anterior ao poder que ela enfrenta. Ela é co-extensiva a ele e é absolutamente contemporânea (...). Não coloco uma substância da resistência face a uma substância do poder. Digo simplesmente que onde há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa (Foucault, 1979; p. 241).

Desta forma, uma das conclusões importantíssimas deste estudo é a de que determinados desafios, antes de serem colocados aos *media* como entidades colectivas, são colocados aos próprios jornalistas, individualmente. A questão, tudo indica, não reside numa ansiedade de luta contra o poder simplesmente, visto que ele é diluído, reticular, invisível. Antes, como também propunha Hannah Arendt, reside numa saudável insubmissão à dominação, sobretudo a ideológica.

Na perspectiva daquilo que foi estudado nesta dissertação, tudo isso começa numa atenção acurada aos discursos - e suas arqueologias e genealogias. Ainda nesse sentido, a leitura de Agamben mostra que muito mais que pensar política, hoje, faz-se necessário questionar as fracturas internas à política, aquilo que é «antipolítico» ou «impolítico» dentro da política; o que não é direito mas está contido dentro daquilo que reconhecemos como direito e, a partir daí, começarmos a questionar como é que essas estruturas de dominação são acobertadas pela própria democracia.

A política como um cálculo sobre a «mera vida» -tal como os registos históricos do Século XX estão aí para mostrar - implica na necessidade da construção de diversos discursos sobre o que e quem tem o direito ao «humano» ou, melhor dizendo, quem está incluído e quem está excluído das vistas das teias sociais. Saber que essa é uma armadilha a ser evitada, já é um começo importante para encontrar uma via de saída para o jornalismo.

CONCLUSÃO

A leitura crítica da cobertura jornalística empreendida por dois jornais de referência portugueses (*Público* e *Diário de Notícias*), na primeira quinzena de Junho de 2010, sobre o ataque israelita à Flotilha da Liberdade comprovou a hipótese inicial levanta nesta tese: a de que nenhum discurso está imune a contaminações por determinados conjuntos de valores, mesmo no âmbito de uma narrativa cercada por um ritual de objectividade. O paradigma biopolítico não só permeia as construções noticiosas e pode ser identificado por meio de uma descodificação discursiva, como também converte-se em grande medida na aceitação da tanatopolítica - isto é, o código não escrito que determina a exclusão e a «matabilidade» da vida «inconveniente».

Assim, independentemente de uma tradição deontológica marcada por um ritual que evoca a objectividade, o que o exercício empreendido aqui demonstrou foi a importância de constantes revisões críticas sobre os discursos jornalísticos. Num meio como o dos *media*, onde tradicionalmente há uma forte resistência à penetração das investigações e abordagens académicas é importante insistir nesses exercícios. Constantes revisões e escrutínio daquilo que está a ser dito, poderão, assim, contribuir não só para que os *media* sejam de facto «os olhos e os ouvidos da sociedade» quanto para que esta mesma sociedade possa almejar formas de estar mais consciente sobre si mesma.

Giorgio Agamben prova que a biopolítica - naquilo que se pode classificar como sendo uma espécie de totalitarismo moderno e que ele chama de “permanente estado de excepção” (2008; 2010) - está de tal forma intrincada à sociedade de consumo e do hedonismo de massa que, assim, seria a própria política que teria deixado de existir. O desafio então é o de repensar novas construções a partir desta própria realidade biopolítica.

Se poderá ser da «vida nua» que uma nova política irá emergir, não é algo que seja possível responder ainda. Porém, no âmbito desta dissertação, a impressão que fica é a de que, pelo menos numa perspectiva daqueles que trabalham directamente no campo das construções discursivas, como os jornalistas, uma intenção genuína de buscar menos uma verdade utilitária em detrimento de abordagens que coloquem todas as vidas humanas numa mesma medida, já é será um grande contributo possível para o empreendimento de uma outra sociedade a se vislumbrar.

Ter a coragem, a persistência e a insistência de identificar os pontos de contradição entre uma retórica de direitos humanos e práticas assimiladas e sistematizadas de

exclusão são condições essenciais esse empreendimento. Isso exige atenção e revisão constante dos discursos que marcam as construções noticiosas e sua *práxis* arraigada.

É claro que tudo isso enseja o repensar de questões que vão muito além de tudo o que comporta um estudo como este. Tal como dito nas partes iniciais deste trabalho, as investigações não se encerram por aqui. Elas podem e devem ter continuidade tanto no campo da verificação de outros cortes noticiosos, com outras metodologias analíticas, e também no campo operacional das rotinas produtivas e do *modus operandi* dos *media*.

Especificamente sobre o caso israelo-palestiniano e o cerco à Faixa de Gaza, os jornais vieram noticiar na segunda quinzena de 2010 que Israel anunciara um afrouxamento ao cerco - sendo que esta é uma outra sequência noticiosa bastante interessante para uma continuação das investigações iniciadas por esta tese. Inequivocamente, muitos poderão associar não só a força da pressão de outras nações como a atenção pelos *media* dada ao ataque à Flotilha da Liberdade como factores importantes para que o embargo viesse a ser abrandado. Mas facto é que, efectivamente, pouca coisa mudou após esse anúncio e que o estado de coisas na rubrica Israel-Palestina segue inscrita nos *media* de referência como algo em aberto e sobre o qual muito ainda há que se dizer.

Conforme visto na leitura crítica aqui empreendida, o Estado de Israel, via de regra, é abordado no discurso mediático com muita cautela - trata-se, pois, de um país forjado no Século XX, dentro de um território ocupado por outros povos, como uma resolução que se pretendia justa, após o trauma do Holocausto da II Guerra, para algo há muito reivindicado pelo movimento sionista judeu, isto é, um país feito para receber um movimento migratório do Ocidente para o Oriente, em suma.

Numa conjuntura como a contemporânea, de grandes tensões e onde há uma enorme dificuldade em assimilar o elemento islâmico e um forte pendor a generalizações, Israel - mesmo com todas as suas incoerências - representa o ponto de presença ocidental no Oriente. Portanto, nos momentos de embate, o Estado hebraico ocupa, nas construções discursivas o papel de elemento representante do grupo a ser “resguardado e protegido”. O que a História mostra é que este modo de pôr as coisas, definitivamente, não tem levado a soluções satisfatórias nem a um lado e nem a outro. A guerra, o terrorismo, a violência e os ataques persistem.

Propor para já que sejamos capazes de operar construções fora das noções de grupo de pertença, talvez seja muito no âmbito da Comunicação, visto que esta maneira de elaborar as relações e interações com o outro entram também nos campos da Psicologia e da Sociologia. Porém, é possível começar imediatamente a descortinar discursos e verificar como

determinadas representações, inclusões e exclusões que reproduzimos ou permitimos que sejam reproduzidas como verdades dadas fazem parte de construções discursivas construídas em tempos remotos, que já não correspondem à razão - a não ser que seja uma razão utilitária, para fins políticos, aos quais é preciso decidir se queremos ou não nos submeter.

BIBLIOGRAFIA

- Agamben, G. (2002). *L'Uomo e l'animal*. Torino: Bollati Boringhieri.
- Agamben, G. (2007). *Homo Sacer I – O poder soberano e a vida nua*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Amaral, M. (2007). *Hannah Arendt – os Mundos da Razão*. Lisboa: Esfera do Caos.
- Arendt, H. (1991). *Homens em Tempos Sombrios*. Lisboa: Relógio D'água.
- Arendt, H. (1999). *Eichmann en Jerusalém: un estudio acerca de la banalidad del mal*. Barcelona: Editorial Lumén.
- Arendt, H. (2001). *A Condição Humana*. Lisboa: Relógio D'água.
- Arendt, H. (2004). *As Origens do Estado do Totalitarismo*. Alfragide: Publicações Dom Quixote.
- Arendt, H. (2006). *Entre o Passado e o Futuro – Oito exercícios sobre o pensamento político*. Lisboa: Relógio D'água.
- Carey, J. W. (1995). *Public opinion and the communication of the consent*. Nova Iorque: Guilford Press, pp. 373-402.
- Cascais, A. F. (2009). Escrita, Memória, Arquivo. *Revista de comunicação e linguagens*, nº 40. Lisboa: Relógio D'água, pp. 109-118.
- Cascais, A. F. (2009): O que é um dispositivo. In Cascais, F., Leme, J.L, Nobais, N. (Ed.) *Lei, Segurança e Disciplina. Trinta anos depois de Vigiar e punir de Michel Foucault*. Lisboa: 2009, pp. 31-54.
- Chalaby, J. (2003). O Jornalismo como Invenção Anglo-Americana: Comparação entre o Desenvolvimento do Jornalismo Francês e Anglo-Americano. *Revista Media & Jornalismo*, nº3. Coimbra: Edições Minerva, pp. 29-50.
- Costtelan, J. C. & Shroder, L. Tomé (2008). Ah, eu não tenho dó. *Revista Veredas*, nº1.
- Deleuze, G. (2005). *Foucault*. Lisboa: Edições 70.
- Ferrari, M.H & Sodré, M. (1986). *Técnica de Reportagem – Notas Sobre a Narrativa Jornalística*. São Paulo: Summus.
- Ferreira, G. B. (2011). Qual o papel do jornalismo nas democr cias contemporâneas? - Jornalismo público e deliberação política. *Revista Exedra*, n  temático(pp 79-92) – “Comunicação nas Organizações”. Coimbra.
- Foucault, M. (1966). *As Palavras e as Coisas*. Lisboa: Edições 70.

Foucault, Michel. (1971). *L'Ordre du discours, Leçon inaugurale au Collège de France*. Paris: Éditions Gallimard.

Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (1994a). *História da Sexualidade I - A Vontade de Saber*. Lisboa: Relógio D'Água.

Foucault, M. (1994b). *História da Sexualidade II – O Uso dos Prazeres*. Lisboa: Relógio D'Água.

Foucault, M. (1994c). *História da Sexualidade III – O Cuidado de Si*. Lisboa: Relógio D'Água.

Foucault, M (2002). *O que é um autor?* Vega: Passagens.

Foucault, M. (2006). *É preciso defender a sociedade*. Lisboa: Livros do Brasil.

Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2009). *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Vozes.

Ganhs, H. (1980). *Deciding what's news*. New York: Vintage Books.

Geary, P.J. (2008). *O Mito das Nações*. Lisboa: Gradiva.

Karam, F.J. (1997). *Jornalismo, Ética e Liberdade*. São Paulo: Summus.

Keane, J. (2002). *A Democracia e os Media*. Mafra: Memórias e Debates.

Kovach, B. & Rosenstiel, T. (2004). *Os Elementos do Jornalismo – o que os profissionais do jornalismo devem saber e o público devem exigir*. Porto: Porto Editora.

Lopes, F. (2007), *Entre a Objectividade e a Vigilância: contradições do trabalho e da identidade jornalísticos*”, *Revista Verso e Reverso*, Ano XXI, nº 47.

Lyotard, Jean-François (2011), *Heidegger e 'Os Judeus'*. Lisboa: Instituto Piaget.

Neveu, E. (2003). *Sociologia do Jornalismo*, (Coord. Joaquim Fidalgo e Manuel Pinto), Porto: Porto Editora.

Schudson, M. (1978). *Discovering the news: a social history of American newspapers*. New York: Basic Books, p. 228.

Schudson, M. (2008), *Why democracies need an unlovable press*. Malden: Polity, p.26.

Serra, P. (2011). *Iluminismo e Comunicação – de Loke a Kant*. In Alves, P., Santos, J.M; Serra, J. (Org.) *Filosofias da Comunicação*. Covilhã: LabComBooks (pp 49-82).

Traquina, N. (2002). *O que é Jornalismo*. Lisboa: Quimera.

Tuchman, G. (1999). A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In Traquina, N. (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, pp 74-90.

van Dijk, T. A. (1984). *Texto y Contexto – Semântica e pragmática del discurso*. Madrid: Editorial Cátedra.

van Dijk, T. A. (1990). *La Notícia como Discurso*. Barcelona: Editorial Paidós.

van Dijk, T. A. (2005). *Discurso Notícia e ideologia*. Porto: Campo das Letras.

Wolf, Mauro. (1987). *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.

SUPORTES ELETRÓNICOS

Cabecinhas, R. (2005). Processos cognitivos, cultura e estereótipos sociais. IN http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=1043. Acedido a 1 de dezembro de 2012.

Van Dijk, T.A. (1991). Racism and the Press. IN http://www.overcominghateportal.org/uploads/5/4/1/5/5415260/teun_a_van_dijk_-_racism_and_the_press.pdf. Acedido a 1 de dezembro de 2012.

Moraes, A. T. (2010). O discurso em Foucault: noções para uma prática jornalística. IN <http://www.intercom.org.br/sis/regional/resumos/R21-0050-1.pdf>

ANEXO I

Jornal: Público

Dia: 01/06/2010

Página: 2

Título: Israel, acusado de terrorismo de Estado, enfrenta indignação global

Antetítulo: Bloqueio a Gaza – Nove mortos em ataque para impedir passagem de ajuda humanitária

Subtítulo: Exército hebraico tenta justificar com vídeos o ataque a uma frota de ajuda humanitária para Gaza em águas internacionais

A primeira peça do dominó caiu e não é possível prever onde irá parar a reacção em cadeia. Tudo começou com um ataque das forças israelitas a uma pequena frota que levava ajuda humanitária à Faixa de Gaza, fazendo nove mortos. À hora de fecho desta edição, o conselho de segurança discutia um texto que condenava a ofensiva, pedia um inquérito internacional e defendia o fim do bloqueio a Gaza numa reunião de emergência pedida pela Turquia.

O primeiro-ministro turco, Recep Tayyip Erdogan, acusou Israel de “terrorismo de Estado”. A frota tinha sido organizada por um grupo turco e alguns dos seis navios tinham bandeira turca, mas ontem ainda não era clara a nacionalidade das vítimas.

“A lei internacional foi espezinhada”, disse ainda o dirigente turco, que encurtou uma viagem à América Latina. Antes, já um porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros tinha informado que “Israel vai sofrer as consequências por esse seu comportamento”. Na ONU, o embaixador turco declarou que “o Estado hebraico tinha perdido toda a legitimidade internacional”.

Para além das declarações políticas, dez mil pessoas juntaram-se num protesto na principal praça de Istambul. Há quem diga que este pode ser o ponto de viragem para o fim do bloqueio à Faixa de Gaza, em vigor há quase três anos. Há quem tema uma terceira intifada.

No plano internacional, o coro de reacções não se fez esperar e veio tanto de inimigos como de aliados, tanto dos gabinetes dos políticos como da rua. “Será muito difícil exagerar o dano que Israel causou a si próprio no plano internacional”, afirmava o analista militar do jornal israelita Ha’Aretz, Amos Harel.

Uma após outra, várias capitais iam chamando os embaixadores em Israel para falarem sobre o sucedido ou iam convocando o representante diplomático do Estado hebraico para lhe pedir explicações (isto aconteceu em pelo menos 14 países). Uma após outra, várias cidades realizaram seu protesto contra a acção de Israel. A gravidade do incidente levou o primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, a regressar do Canadá, onde seguiria para um encontro com o presidente norte-americano em Washington.

Barack Obama foi cauteloso. O seu gabinete divulgou o conteúdo da conversa que esse terá tido com Netanyahu, afirmando que será importante “saber todos os factos e circunstâncias em torno dos acontecimentos trágicos o mais depressa possível”.

Os EUA ficam numa situação difícil, pois a Turquia é um dos seus maiores aliados, não só porque é uma potência muçulmana secular, mas também porque é membro da NATO desde 1952, é

sede de vários dos seus comandos e funciona como uma fronteira oriental. O episódio pode prejudicar ainda mais a já difícil relação entre Obama e Netanyahu.

A Alemanha não demorou a dizer, pela voz do ministro dos Negócios Estrangeiros, que o incidente foi “desconcertante”. Um porta-voz do Governo foi mais longe: “Os governos alemães sempre reconheceram o direito de Israel a defender-se, mas esse direito deve ser exercido no quadro de uma resposta proporcional. À primeira vista, não parece ter sido o caso”.

Em França, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Bernard Kouchner, expressou: “profundo choque” pela acção israelita. Espanha, que detém a presidência da UE, considerou-a “inaceitável”. E a chefe da diplomacia da UE, Catherine Ashton, pedia um inquérito ao incidente e aproveitou para apelar a Israel para que acabe com o bloqueio à Faixa de Gaza.

Legítima defesa

Na ONU, o Estado hebraico acusou os activistas de terem motivações que não eram humanitárias. Antes, Israel tinha justificado a acção divulgando vídeos: um mostrava a descida dos soldados por cordas até ao convés do navio; os militares foram logo agredidos por activistas com cadeiras e bastões. Foi ainda difundido um relato de um soldado dizendo que parecia que uma multidão o ia linchar.

O vice-ministro israelita dos Negócios Estrangeiros, Danny Ayalon, afirmou que os activistas da pequena frota tinham ligações à Al-Qaeda e ao Hamas e queixou-se de que os soldados tinham caído numa “emboscada”.

Netanyahu lamentou “a perda de vidas”, culpando, no entanto, os activistas. O Estado hebraico terá grandes dificuldades em fazer passar a mensagem de que os militares agiram em autodefesa. No mínimo, diz a *Reuters*, Israel irá enfrentar questões sobre uso de militares em missões que seria mais adequado o recurso à polícia.

Para além disso, AlufBenn diz numa análise no *Ha’Aretz* que “este tipo de desculpa [que os militares tinham sido atacados primeiro] transfere a responsabilidade dos decisores políticos-militares para os soldados, que agiram no calor do combate, temendo por suas vidas”.

Finalmente, é questionado o motivo da acção, o que faz com que seja mais uma vez discutido o bloqueio à Faixa de Gaza. Decidido para castigar o Hamas mas que nada fez à popularidade do movimento no território e já foi criticado como “castigo colectivo” pela ONU.

Esta é a nona vez que o Movimento para a Libertação de Gaza tenta enviar ajuda para o território palestino desde agosto de 2008. Israel deixou passar a ajuda cinco vezes. Com seis navios, quase 700 activistas e 1000 toneladas de ajuda, esta era a maior frota até agora. Os navios foram entretanto levados até ao porto de Ashdod e Israel garantiu que a ajuda que esteja conforme às regras será levada até Gaza (o que deixa de fora parte da carga, já que o cimento é proibido).

ANEXO II

Jornal: Diário de Notícias

Dia: 01/06/2010

Página: 25

Título: *Turquia leva ataque à ONU e à NATO*

Subtítulo: *Crise. Obama exige investigação da agressão de Israel a um barco turco em águas internacionais. Houve dez mortos*

“Inaceitável”, “desproporcionado” e “chocante” foram os termos ontem mais utilizados pelos responsáveis internacionais ao condenarem o ataque de Israel ao *Mavi Marmara*, um dos seis barcos da Flotilha da Liberdade. Este ataque – ocorrido às primeiras horas da manhã em águas internacionais – provocou 10 mortos e mais de 60 feridos e levou vários países a convocar os embaixadores de Israel para lhes pedir explicações. Um desses países foi a Turquia, cuja bandeira flutuava no mastro do *Mavi Marmara*. Ancara pediu ainda reuniões urgentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas e da NATO.

James Appathurai, porta-voz da Aliança Atlântica, confirmou ontem estar a ser preparada, “a pedido das autoridades turcas”, uma reunião que deverá realizar-se hoje. Appathurai disse presumir que os responsáveis turcos “devem querer falar do incidente naval” que ocorrera ao largo de Gaza.

Um diplomata explicou que a NATO “não tem propriamente competência para tratar este tipo de situações. A Turquia não invocou o artigo 5º, que prevê a assistência a todo o aliado que é vítima de ataque, mas, tendo em conta que vários dos seus cidadãos estão entre as vítimas, é compreensível que realize consultas políticas com os seus parceiros”.

Mais frontal, o primeiro-ministro turco, Recep Erdogan, que se encontra de visita ao Chile, classificou como “terrorismo de Estado” o ataque de Israel à flotilha humanitária. Ao mesmo tempo, a Turquia chamou o seu embaixador em Israel, e todas as relações económicas – incluindo entre a companhia aérea turca e a israelita – foram congeladas, tal como as militares. Ancara ameaça que, da próxima vez, os barcos de ajuda humanitária serão acompanhados pela sua marinha de guerra.

A Turquia não foi o único país a reagir ao ataque de Israel aos barcos da Flotilha da Liberdade: as condenações partiram de todas as capitais mundiais, onde em muitas delas se realizaram manifestações de repúdio pela operação israelita e de apoio a Gaza.

Por seu turno, o Presidente dos EUA, Barack Obama, e o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, exigiram uma investigação total e independente ao ocorrido. O primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, que iniciou ontem uma visita oficial ao Canadá, de onde seguiria para os EUA, decidiu regressar de imediato a seu país.

Os barcos haviam zarpado de Chipre no domingo e tencionavam atracar ontem no porto da cidade de Gaza. A bordo seguiam 700 activistas internacionais e dez mil toneladas de ajuda humanitária para a Faixa de Gaza, objecto de um bloqueio de Israel e do Egipto desde 2007.

Logo que foi conhecida a decisão do Movimento Libertar Gaza, Israel fez saber que não admitiria que os barcos entrassem em águas territoriais de Gaza, sugerindo que todo o material fosse descarregado no porto israelita de Ashdod, a norte da Faixa de Gaza. E, para evitar que a Flotilha da

Liberdade chegasse às costas do pequeno e superpovoado território palestino, Israel enviou, durante a noite, três barcos-patrolha armados com lança-mísseis para interceptar, e acabaria por atacá-los.

O maior número de vítimas registou-se no *Mavi Marmara*, onde os activistas procuraram impedir os militares israelitas de se apoderarem do barco, a bordo do qual se encontrava a irlandesa Mairead Corrigan Maguire, Nobel da Paz 1976. O exército israelita alegou que os militares agiram em autodefesa, uma declaração que está a ser contestada internacionalmente porque os confrontos ocorreram num barco de pavilhão turco e em águas internacionais.

Apresados por Israel, os barcos foram levados para o porto de Ashdod, onde os activistas foram detidos enquanto os feridos eram levados para os hospitais. Israel anunciou que fará chegar a Gaza a ajuda humanitária transportada pela flotilha.